

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Portugal:
A Operação de Campo Maior, Novembro de 1944**

Pedro Nuno Martins de Almeida Guerreiro da Silva

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora
Auxiliar

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

**Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Portugal:
A Operação de Campo Maior, Novembro de 1944**

Pedro Nuno Martins de Almeida Guerreiro da Silva

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora
Auxiliar

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

AGRADECIMENTOS

Quero começar por agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Maria Luísa Tiago de Oliveira, por tudo o que me ensinou e pela máxima dedicação e disponibilidade no acompanhamento da elaboração da presente dissertação.

Às Professoras Doutoradas Dulce Simões e Paula Godinho, pelas muito úteis recomendações sobre bibliografia e arquivos que me facultaram no decurso do trabalho. Às Professoras Doutoradas Ana Pina e Maria João Vaz, pelos esclarecimentos prestados. À Professora Doutora Teresa Moure Pereiro, pelo auxílio em matéria de tradução de conceitos de espanhol para português.

À Dr.^a Fátima Gaminha, pelo auxílio prestado durante a investigação no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior.

Agradeço, também, aos meus amigos e colegas de curso que me acompanharam ao longo destes anos e, por último, à minha família, em particular aos meus pais, por todo o apoio ao longo do meu percurso académico.

SUMÁRIO

Uma operação conjunta, em novembro de 1944, entre a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), Guarda Nacional Republicana (GNR), Exército Português e a Guarda Civil espanhola, levou à captura de mais duas dezenas de cidadãos espanhóis no Concelho de Campo Maior, Distrito de Portalegre. A operação foi organizada pela PVDE e tinha como missão deter um grupo de refugiados espanhóis considerados «perigosos salteadores e comunistas», que se encontravam no território compreendido entre a Vila de Campo Maior, a Referta de Arronches e as aldeias de Oguela e Degolados.

Palavras-chave: Campo Maior, Arronches, Oguela, Degolados, refugiados espanhóis, Guerra Civil de Espanha.

ABSTRACT

A joint operation in November 1944 between the State Surveillance and Defense Police (PVDE), the National Republican Guard (GNR), the Portuguese Army and the Spanish Civil Guard led to the capture of another two dozen Spanish citizens in the Municipality of Campo Maior, District of Portalegre. The operation was organized by the PVDE and had the mission of detaining a group of Spanish refugees considered «dangerous robbers and communists», who were in the territory between the town of Campo Maior, Referta de Arronches and the villages of Oguela and Degolados.

Keywords: Campo Maior, Arronches, Oguela, Degolados, Spanish refugees, Spanish Civil War.

INDICE

Agradecimentos.....	i
Sumário.....	iii
Índice.....	v
Glossário de siglas.....	vii
1. Introdução.....	1
1.1. Problemática e objetivos.....	1
1.2. Estado da arte.....	2
1.3. Metodologia e estrutura.....	11
2. O contexto.....	13
2.1. As relações luso-espanholas durante a Guerra Civil de Espanha.....	14
2.2. Os refugiados espanhóis em Portugal.....	23
3. Os refugiados espanhóis no Alentejo durante a Guerra Civil de Espanha.....	33
3.1. As autoridades portuguesas, os franquistas e o controlo de fronteiras.....	40
3.2. Os refugiados detidos: prisões e campos de concentração.....	48
4. A operação de Campo Maior, novembro de 1944.....	55
4.1. Os contactos prévios entre as autoridades portuguesas e espanholas.....	58
4.2. O decurso da operação.....	69
4.3. Os detidos e o material apreendido.....	71
5. Conclusão.....	79
Fontes e bibliografia.....	87

Anexo..... 93

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

3 AAA - Ação Antifascista e Anticlerical

CEDA - Confederação Espanhola de Direitas Autónomas

EN - Emissora Nacional

FAI - Federação Anarquista Ibérica

GC - Guarda Civil espanhola

GF - Guarda Fiscal

GNR - Guarda Nacional Republicana

LP - Legião Portuguesa

MMPOE - Missão Militar Portuguesa de Observação a Espanha

MP - Mocidade Portuguesa

MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Antifascista

ORA - Organização Revolucionária da Armada

PCE - Partido Comunista de Espanha

PCP - Partido Comunista Português

PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado

PSP - Polícia de Segurança Pública

PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RC1 - Regimento de Cavalaria 1, de Elvas

RCP - Rádio Clube Português

UN - União Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USC - *Unitarian Service Commitee*

1. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Em consequência da Guerra Civil de Espanha, iniciada a 18 de julho de 1936, Portugal viu-se confrontado com o problema dos refugiados vindos do país vizinho. Um importante elemento na colaboração portuguesa com os franquistas radica na política do então Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, face aos refugiados espanhóis, durante e depois da guerra.

Depois de finalizar o conflito em Espanha, a presença de refugiados espanhóis em Portugal continuou a ser uma realidade. As razões que levavam estas pessoas a refugiarem-se em território português são diversas e tinham que ver, na maioria dos casos, com a fuga à repressão por parte dos vencedores da guerra ou com a pertença a grupos guerrilheiros antifranquistas que continuaram a luta armada depois do triunfo do general Francisco Franco Bahamonde, em abril de 1939.

É neste contexto que em 1944 as autoridades portuguesas tomam conhecimento da presença de um grupo de espanhóis, classificados como «perigosos salteadores e comunistas», no território compreendido entre a Vila de Campo Maior, a Referta de Arronches e as aldeias de Ouguela e Degolados. Depois de várias diligências entre as autoridades de ambos os países, foi preparada, no mês de novembro, uma operação policial-militar conjunta entre forças portuguesas e espanholas, levando à captura de mais duas dezenas de cidadãos espanhóis.

Vários dos detidos recebiam um subsídio da *Unitarian Service Commitee* (USC, com as siglas em inglês), uma agência fundada pela Igreja Unitária Norte-americana e que estava sediada na Cidade de Boston. Esta organização encarregava-se de auxiliar refugiados essencialmente de nacionalidade espanhola.

Neste trabalho procuramos estudar um fenómeno pouco explorado que corresponde a uma operação bastante importante que combinou forças portuguesas e espanholas.

Enquadrando a problemática em estudo na conjuntura político-social do país, em 1944, pretendemos estudar as atitudes e comportamentos das autoridades portuguesas perante os

refugiados em Campo Maior. Assim, vamos observar o modo como as autoridades portuguesas tomaram conhecimento da existência de espanhóis naquela zona; analisar como se procedeu à preparação de toda a operação, atendendo às conversações prévias existentes entre as autoridades dos dois países; em seguida, examinaremos como decorreu a ação; averiguaremos se os fugitivos eram simples indocumentados, exilados políticos, ou se estavam acusados de algum delito, traçando o seu perfil; finalmente, faremos uma comparação entre esta operação e outras do mesmo género.

1.2. ESTADO DA ARTE

Os refugiados da Guerra Civil de Espanha em Portugal é um tema sobre o qual se têm desenvolvido diversos estudos nos dois países ibéricos. Começemos por César Oliveira. Em 1987, quando publica *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*¹, Oliveira menciona a entrega, aos nacionalistas do general Franco, de refugiados republicanos em território português, como «uma das questões mais frequentemente aludida» pelos escassos autores que até então tinham tratado o papel de Portugal na Guerra Civil de Espanha. Ao contrário de Iva Delgado², Oliveira não relaciona o surgimento deste fenómeno diretamente com a conquista de Badajoz pelas forças do tenente-coronel Juan Yagüe a 14 de agosto de 1936³. Segundo o historiador, embora a tomada da cidade tenha dado a esta questão maior dimensão, a entrada de espanhóis em Portugal verificou-se antes e depois desta data e ao longo de toda a fronteira portuguesa, com maior incidência nos primeiros meses da guerra, tendo o número de entradas começado a declinar em dezembro de 1936. Neste sentido, Oliveira menciona a primeira detenção de refugiados a 20 de julho de 1936, levada a cabo pela Guarda Fiscal de Safara, que entregou os cinco detidos à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) de Moura e atribui o aumento de entrada de refugiados, a partir de então, ao avanço dos sublevados para norte, a partir de Sevilha.

¹ Oliveira, César (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

² Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, s.l, Europa América, p. 95.

³ Sobre a tomada de Badajoz e a posterior repressão ver: Neves, Mário (1985), *A chacina de Badajoz. Relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da guerra civil de Espanha (Agosto de 1936)*, Lisboa, O Jornal.

O historiador atribui a fuga de refugiados para Portugal a três motivos essenciais: à conquista de territórios pelas forças sublevadas; à repressão sobre os partidários da Frente Popular; e, à mobilização forçada para as forças militares de Franco. Divide, também, os «refugiados vermelhos» em duas categorias principais: os civis e os militares e militarizados. Os primeiros eram entregues à PVDE «no caso de estarem indocumentados, ou sobre eles recair qualquer suspeita de esquerdismo ou republicanismo», os segundos «eram entregues à unidade militar mais próxima do local da captura ou da sua apresentação às autoridades portuguesas». Oliveira faz, ainda, referência a um outro tipo de refugiados «constituído por indivíduos afetos à sublevação franquista», aos quais era permitido circular em território nacional, em liberdade, depois de confirmadas as suas convicções políticas e a quem eram entregues documentos pelos consulados espanhóis partidários de Franco⁴.

Para o ano de 1936, Oliveira diz ter sido possível calcular o número de 1350 «refugiados vermelhos» referentes aos detidos no Forte de Caxias em Oeiras, Forte da Graça em Elvas e no campo de concentração da Coitadinha na zona de Barrancos. Contudo, acrescenta que «o número de refugiados foi certamente muito superior aos 2000, podendo mesmo ter ultrapassado, substancialmente, os 3000» se se tiver em conta os refugiados detidos noutras localidades, os que foram entregues, diretamente, aos franquistas, sem detenção prévia e, os que escaparam à detenção graças à solidariedade da população portuguesa e de parte da colónia espanhola em Portugal, partidária da República⁵.

Em setembro de 1936, o Governo português acorda com o Governo republicano a repatriação dos refugiados para Tarragona, a bordo do navio *Niassa*. Segundo Oliveira foram transportados, no mês de outubro, 1500 refugiados republicanos⁶.

Embora o fluxo de refugiados se tenha dado ao longo de toda a fronteira portuguesa, os investigadores têm dado especial atenção aos limites fronteiriços do Alentejo com a Estremadura espanhola e ao de Trás-os-Montes com a Galiza. No que diz respeito aos aspetos da atuação das autoridades portuguesas face ao problema dos refugiados; à organização do

⁴ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, pp. 155-156.

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 158-159.

⁶ Idem, *ibidem*, p.159.

sistema de vigilância fronteiriço português e, às principais ações para capturar os fugitivos, há que reportar para os artigos de Fábio Alexandre Faria, publicados em 2017 e 2020⁷.

O caso dos refugiados de Barrancos foi amplamente estudado pela antropóloga Dulce Simões⁸. Simões dá destaque, nas suas obras, ao caso do tenente da Guarda Fiscal António Augusto Seixas, oficial da Secção de Safara, que ocultou a presença de centenas de espanhóis na sua zona de vigilância. Fruto disso, foi acusado de ter sido responsável pelo aumento dos gastos do Estado português com os refugiados, tendo sido condenado a dois meses de suspensão e à passagem à reforma⁹. Contudo, em 1938, o castigo foi anulado, tendo Augusto Seixas regressado à Guarda Fiscal¹⁰. Num artigo de 2020, Simões relata um conjunto de memórias de refugiados e exilados republicanos que passaram por Barrancos no verão de 1936. Entre eles está Purificación Almarza Chaves, que contava apenas um ano aquando do começo da guerra civil, e que em 2015, a partir do México onde se exilara em 1953, contactou Simões para dar a conhecer a história da sua família¹¹.

A questão dos refugiados, no Alentejo, já havia sido alvo de estudo por parte de Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira que, em 1996, com um grupo de alunos, recolheu um conjunto de depoimentos em Barrancos, sobre a Guerra Civil de Espanha¹². Um ano mais tarde, João Urbano Pires apresentou a sua dissertação de mestrado sobre a memória da Guerra Civil de

⁷ Faria, Fábio Alexandre (2017), «Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)», *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, pp. 61-84. Idem (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia, O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), pp. 27-52. Idem & Vaz, Maria João (2020), «Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro (1936-1939)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 20, pp. 221-242.

⁸ Simões, Dulce (2007), *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e Testemunhos, 1936*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Barrancos. Idem (2013), *Frontera y guerra civil española: dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz. Departamento de Publicaciones.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 290-291.

¹⁰ Faria, Fábio Alexandre (2017), *Op. Cit.*, p. 74.

¹¹ Simões Dulce (2020), «A construção da memória pública dos refugiados da guerra civil espanhola» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia, O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), p. 78.

¹² Ferreira, F. E. Rodrigues (1996), «Os Barranquinhos e a memória da Guerra Civil. “Os fugitivos eram entregues aos soldados de Franco, que os matavam...”», *História*, n.º 20, (Reeditado em 2002, como *Guerra Civil de Espanha na Memória de Barrancos*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência).

Espanha no Baixo Alentejo raiano¹³, onde analisou a recordação que os refugiados deixaram nas populações das áreas dos concelhos de Barrancos, de Moura e na zona oriental do de Serpa. Em 1997, Maria Fernanda Candeias apresenta a sua dissertação de mestrado em História, onde estuda a vigilância e a fiscalização das povoações da raia alentejana, durante a Guerra Civil de Espanha¹⁴. Num recente artigo sobre o impacto da citada Guerra Civil junto das populações raianas, Candeias destaca a importância dos testemunhos orais, como elemento essencial para o estudo deste tema. Refere ainda que quando fez a dissertação, em 1997, o acesso a fontes era muito limitado e havia dificuldade em aceder localmente à documentação¹⁵.

Em novembro de 1999, a Câmara Municipal de Barrancos organizou um evento que reuniu um conjunto de investigadores portugueses e espanhóis, com vista a abordar os impactos da Guerra Civil Espanhola na raia portuguesa. Os oradores, nas suas comunicações, abordaram a colaboração do Governo português com os sublevados e descreveram a realidade vivida nas populações raianas nos dois lados da fronteira, dando especial atenção à vila espanhola de Aroche. O investigador espanhol Augusto Thassio contou a história do poeta Miguel Hernández, detido em Moura a 4 de maio de 1939 e entregue à Guarda Civil de Rosal de la Frontera, segundo dizem, a troco de cinco pesetas de recompensa. É condenado à pena de morte, mas esta acaba por ser comutada a 30 anos de prisão, acabando Miguel Hernández por morrer devido a doença, a 28 de março de 1942¹⁶.

A antropóloga Eduarda Rovisco fez a sua tese de doutoramento sobre a interação entre as populações de Salvaterra do Extremo e Penha Garcia, freguesias do Concelho de Idanha-a-Nova, e Zarza la Mayor (Cáceres, Estremadura espanhola) a partir de 1940, dando especial atenção às práticas de contrabando ou *estraperlo* como é denominado pelos espanhóis. Embora a Guerra Civil de Espanha não constituísse o objeto da investigação, Rovisco não pôde deixar

¹³ Pires, João Urbano (1997), *A memória da guerra civil de Espanha no Baixo Alentejo raiano*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

¹⁴ Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a guerra civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁵ Idem (2020), «O outro lado da fronteira – memória de espaços, imagens e diálogos a propósito da guerra civil espanhola.» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), p. 67.

¹⁶ Thassio, Augusto (2001), «Miguel Hernandez, prisionero en Portugal y Rosal de la Frontera» in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Camara Municipal de Barrancos, pp. 49-51.

de analisar as consequências da repressão e os fluxos de refugiados na fronteira portuguesa da Beira Baixa e do Alto Alentejo, durante e depois do conflito¹⁷.

Moisés Alexandre Antunes Lopes dedicou a sua dissertação de mestrado ao caso dos refugiados espanhóis em Elvas¹⁸, tendo recentemente publicado, com base nesta, um artigo na revista *O Pelourinho*¹⁹. Segundo Lopes, a fuga de espanhóis para Elvas verificou-se a partir de fevereiro de 1936, mês em que tomou posse o Governo da Frente Popular. Isto indica que estes espanhóis eram afetos aos partidos de direita e decidiram deixar o país, tendo em conta o clima de violência que se vivia em Espanha. Esta comunidade espanhola chegou a realizar «uma celebração solene em memória de José Calvo Sotelo», figura importante da direita espanhola, assassinado poucos dias antes do início da Guerra Civil. «Por sua vez, [diz-nos ainda Lopes, que] no dia 14 de agosto, momento final da conquista de Badajoz pelos nacionalistas, a comunidade espanhola que esteve durante algum tempo em Elvas retornou, na sua larga maioria, às localidades de origem»²⁰.

A conquista da Cidade de Badajoz pelas forças do tenente-coronel Yagüe e a repressão que se seguiu fez continuar a entrada de espanhóis em Portugal, nomeadamente pela região de Elvas. Segundo os dados oficiais, estiveram neste concelho, no ano de 1936, 1017 espanhóis, dos quais 806 teriam sido remetidos para a Praça de Touros e 211 para o Forte da Graça. A partir de finais de finais de 1936, não há registos exatos do número de refugiados em Elvas, porém, segundo o autor, a entrada foi muito menor²¹.

Saindo da paisagem alentejana, passemos agora para a fronteira galaico-portuguesa. Em 1981, o historiador Jorge Alves publicou uma investigação sobre o tema dos refugiados na região do Barroso, na fronteira com a província galega de Ourense²². A Galiza esteve, desde o

¹⁷ Rovisco, Eduarda (2013), *Não Queirais ser Castelhana. Fronteira e contrabando na Raia da Beira Baixa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁸ Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2017), *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁹ Idem (2020), «Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1939): O caso de Elvas.» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia.*, *O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), pp. 119-142.

²⁰ Idem, *ibidem*, pp.131-132.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 131 e 142.

²² Alves, Jorge Fernandes (1981), *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre.

início da guerra, sob domínio dos sublevados, tendo-se iniciado o fluxo de refugiados, essencialmente galegos, logo após o início do conflito.

A amizade entre as populações raianas e a tradição de entreajuda, motivadas pela prática de contrabando, fez com que não fosse difícil aos refugiados encontrarem apoio. Alves conta a história do Padre Afonso Baptista, uma figura que se tornou bastante popular em Montalegre, face à sua ajuda prestada aos refugiados. Defendia aquele, publicamente, o auxílio aos mesmos, tendo mesmo participado, com um grupo de populares, numa ação para libertar um galego detido pela PVDE²³.

Segundo Jorge Alves, o assassinato de um militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) e o ferimento de outro por um contrabandista espanhol, no Concelho de Boticas, no dia 2 de novembro de 1938, viria a acabar com a situação de relativa tolerância das autoridades da zona para com aos refugiados, tendo-se intensificado as perseguições a partir daí²⁴.

Após o fim da Guerra Civil, em abril de 1939, persistiu a presença de espanhóis em território português. Muitos deles eram membros de grupos guerrilheiros antifranquistas que continuavam a lutar, mesmo depois do fim da guerra, utilizando o território português como refúgio. Neste contexto, há que mencionar os acontecimentos de 20 de dezembro de 1946, na Aldeia de Cambedo da Raia, onde ocorreu um confronto armado de dois dias e uma noite, entre um grupo de guerrilheiros e as autoridades portuguesas, com mortos e feridos dos dois lados. Este episódio foi também estudado, no final dos anos 80, pela antropóloga Paula Godinho, expondo-o num artigo publicado em 1996 sobre o *maquis* espanhol; num livro publicado em 2004, dedicado ao caso de Cambedo da Raia e, posteriormente, numa obra publicada em 2011, onde aborda as relações culturais na raia galaico-portuguesa²⁵. Encontramos, ainda, sobre este tema, um artigo de Carlos Pessoa no jornal *Público*²⁶.

²³ Idem, *ibidem*, pp. 21-23.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

²⁵ Godinho, Paula (1996), «O maquis na Guerra Civil de Espanha: O caso do cerco a Cambedo da Raia», *História*, n.º 27, pp. 28-45. Idem (2004), «"Maquisards" ou «atracadores»? A propósito da revisão da História no caso de Cambedo da Raia, 1946» in Daviña, Luis Martínez-Risco (coord.), *O Cambedo da Raia 1946 – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da República. Idem (2011), *Oír o galo cantar duas veces. Identificacións locais, culturas de marxes e construción de nacións na froneira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprensa da Deputación.

²⁶ Pessoa, Carlos, «Cambedo da Raia. Uma aldeia transmontana "maldita"», jornal *Público*, de 20 de julho de 2008.

Há que destacar o artigo de Aurélio Velázquez Hernández, publicado em 2017 na revista *Hispania*, onde aborda a questão da presença e fuga de refugiados espanhóis através de território luso, de 1936 até 1950²⁷.

Hernández põe em evidência que a política do Estado Novo face aos refugiados espanhóis é mais ambígua do que geralmente se pensa. Apesar das simpatias do Governo português pelos sublevados, o Estado português concedeu certificados de residência a muitos espanhóis considerados suspeitos ou fugitivos pela representação franquista em Lisboa, que só viria a ser oficializada em junho de 1938 quando Nicolás Franco obteve as credenciais de embaixador, quase dois anos depois do embaixador republicano Claudio Sánchez-Albornoz abandonar a capital portuguesa em outubro de 1936. Mesmo depois de Nicolás Franco se tornar embaixador, Portugal continuaria a emitir tais certificados de residência, o que suscitou a indignação dos representantes Franquistas em Lisboa²⁸.

Como já foi referido anteriormente, depois de finalizada a guerra em Espanha, a questão dos refugiados espanhóis em território luso estava longe de terminar. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a França ocupada pela Alemanha, Lisboa constituía um importante refúgio para os exilados espanhóis. Estes, ao chegarem a Portugal, mais do que se instalarem no país vizinho, pretendiam embarcar para a América Latina, sendo o México o seu destino preferencial. A permissão de saída devia ser assinada pela polícia política portuguesa, que na maioria dos casos concedia a permissão para o embarque²⁹.

Esta atitude ambígua do Estado português face aos espanhóis refugiados em Portugal não se deve a uma tentativa de demarcação da política relativamente aos franquistas. O fenómeno deve-se sim, em grande parte, às pressões internacionais, nomeadamente de diplomatas britânicos e do mexicano Francisco Ortíz Monasterio³⁰.

²⁷ Velázquez Hernández, Aurélio (2017), «Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español através de Portugal (1936-1950)», *Hispania*, n.º 257, pp. 857-883.

²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 864-865. Vicente, António Pedro (2007), «O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., p. 19.

²⁹ Velázquez Hernández, Aurélio (2017), *Op. Cit.*, pp. 869-870.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 866.

Hernández faz referência ao apoio patrocinado a refugiados sem recursos por parte da já anteriormente referida agência de caridade estabelecida pela Igreja Unitária Norte-americana USC.

Apesar das desconfianças da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) – recriação da PVDE - em relação à USC, as duas instituições celebraram um acordo em 1945, segundo o qual, a USC se comprometia a enviar à PIDE todos os espanhóis sem documentos. Em troca, aquela polícia portuguesa instalava-os na Ericeira, em regime de residência forçada³¹, enquanto esperavam permissão para viajar para o México. Porém, este acordo nunca foi verdadeiramente respeitado. «[A USC] nunca fez uma entrega sistemática de espanhóis à PIDE» e esta continuou a fazer detenções e devoluções à Espanha. Numa operação conjunta com a Guarda Civil espanhola na zona de Campo Maior, as autoridades portuguesas efetuaram diversas detenções de espanhóis que recebiam subsídio da USC³².

Sobre a operação no Concelho de Campo Maior, encontramos um artigo de Carlos Pessoa no jornal *Público*, onde descreve, de forma bastante pormenorizada, toda a operação, recorrendo a um relatório da PVDE e a um número do jornal *Avante!* de março de 1945, que noticiou o acontecimento³³. Por outro lado, o historiador campomaiorense Rui Rosado Vieira já havia mencionado este episódio num livro sobre a história de Degolados, publicado em 1987³⁴. Os degoladenses com quem Rosado Vieira contactou falaram de republicanos espanhóis refugiados «na vizinha “Referta” e mesmo na povoação, onde chegou a haver tiroteios ao serem perseguidos pelas forças policiais de Salazar». Porém, não avança mais pormenores. Num artigo recente sobre o drama dos refugiados espanhóis neste concelho alentejano, recorrendo a fontes muito variadas, inclusive às suas memórias pessoais, Rosado Vieira descreve a realidade vivida por aqueles que se viram forçados a fugir para Portugal, fenómeno que se verificou em Campo Maior desde o início da Guerra Civil Espanhola, até aos finais dos anos cinquenta. Vieira dá especial atenção à solidariedade de várias figuras locais,

³¹ Sobre o regime de residência forçada ver: Pereira, Carolina Henriques (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri.

³² Velázquez Hernández, Aurélio (2017), *Op. Cit.*, pp. 875-876.

³³ Pessoa, Carlos, «Campo Maior, 1944 – A operação secreta que abalou o Alentejo», jornal *Público*, de 3 de abril de 2011. (Disponível em: [Campo Maior, 1944 - A operação secreta que abalou o Alentejo | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)).

³⁴ Vieira, Rui Rosado (1987), *Degolados (Elementos para a sua História)*, Degolados, Edição da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Degolados, p. 50.

entre elas militares portuguesas, que ao contrário das ordens recebidas, auxiliaram diversas vezes os refugiados espanhóis a escapar à detenção³⁵.

No segundo volume da biografia de Álvaro Cunhal, José Pacheco Pereira aborda também a operação de Campo Maior, tendo para isso recorrido à um número do jornal *Avante!* de dezembro de 1944, bem como ao relatório da PVDE, antes mencionado. Pacheco Pereira descreve, ainda, o importante papel da USC no apoio aos refugiados que se encontravam em Portugal³⁶.

Luís da Cunha, na sua tese de doutoramento em antropologia, dedica um capítulo à Guerra Civil de Espanha, onde entre outras coisas, procura medir o impacto do fluxo de refugiados em Campo Maior³⁷. Cunha descreve a realidade vivida pelos refugiados neste concelho, nomeadamente daqueles que permaneceram na região depois do fim da Guerra Civil. Excetuando casos de alguns elementos isolados, sem passado político, que acabaram por se inserir na sociedade, arranjando emprego ou constituindo família, os refugiados que permaneceram no concelho nunca conseguiram uma integração plena, vivendo, sempre, numa situação precária. Cunha menciona um refugiado muito procurado em Espanha que se dedicava ao contrabando. Era conhecido como «Duro» e descrito por aqueles que lidaram com ele como: «corajoso, valente, arrojado, mas também cruel e muito violento»³⁸.

Quanto à operação conjunta entre autoridades portuguesas e espanholas, o antropólogo constatou que a memória deste acontecimento permaneceu «bem viva, sobretudo entre as pessoas que viviam na Referta ou em Degolados, onde parte da ação decorreu»³⁹. Contudo, não conseguiu obter informações precisas sobre aspetos centrais, como a data precisa em que tudo ocorreu, situando a operação depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Num artigo onde aborda a relação entre os conceitos «história» e «memória», o mesmo autor, recorre três episódios distintos, associados a diferentes fragmentos narrativos recolhidos no trabalho de

³⁵ Idem (2020), «Refugiados da Guerra civil de Espanha em Campo Maior» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia.*, *O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), pp. 109-117.

³⁶ Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Volume II: «Duarte», *O Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 164-168.

³⁷ Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 303.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 306.

campo no Concelho de Campo Maior, realizado para a sua tese de doutoramento, antes mencionada⁴⁰.

Por último, no que respeita ao destino que tiveram os refugiados após a operação de novembro de 1944, o historiador Julián Chavez Palacios partindo do artigo de Carlos Pessoa levou a cabo uma investigação em arquivos espanhóis, conseguindo encontrar referência ao carcere dos refugiados na Prisão de Badajoz, bem como, à sua posterior transferência para Madrid. O artigo de Chavez Palacios oferece o importante contributo de acrescentar dados pessoais dos refugiados, permitindo, assim, um maior conhecimento do seu perfil. O historiador revela, ainda, a identidade de duas das mulheres espanholas detidas na operação⁴¹.

1.3. METODOLOGIA E ESTRUTURA

A presente dissertação baseou-se na recolha de fontes primárias, bem como na consulta da bibliografia sobre a temática em estudo.

Os primeiros três capítulos do trabalho foram realizados tendo por base essencialmente bibliografia produzida por investigadores de diferentes áreas, o que permitiu abordar toda a temática relativa aos refugiados espanhóis em Portugal, enquadrando-a na conjuntura política nacional e internacional da época. De igual modo, foram utilizadas fontes dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Os capítulos 4 e 5 resultaram, igualmente, da consulta de bibliografia e de fontes dos Arquivos/Nacionais Torre do Tombo, bem como do Arquivo Histórico-Militar, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior, Arquivo Histórico da GNR e ainda periódicos.

⁴⁰ Idem (2020), «A guerra também foi nossa: memória raianas da guerra civil espanhola» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), pp. 95-108.

⁴¹ Chaves Palacios, Julián (2017), «Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)», *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine. De 1808 au temps présent*, n.º 18. (Disponível em: [Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia \(1936-1950\) \(openedition.org\)](https://www.openedition.org/)).

As fontes dos Arquivos/Nacionais Torre do Tombo e Arquivo Histórico-Militar, permitiram descrever com pormenor as diligências levadas a cabo pelas autoridades, bem como a perceção que estas tinham da situação política e social portuguesa. Estas fontes foram cruzadas com as publicações da imprensa da época, nomeadamente dois números do *Avante!*, o único periódico da época que noticiou os acontecimentos de novembro de 1944, em Campo Maior, o que permitiu acrescentar informação ao trabalho relativamente à atuação das autoridades portuguesas e ao destino imediato de alguns refugiados. Foram também consultadas publicações dos jornais *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Jornal de Elvas*, *Correio Elvense*, *A Voz de Portalegre* e *O Distrito de Portalegre*, de novembro de 1944 a dezembro de 1945.

Para descrever a conjuntura social no Concelho de Campo Maior, assim como a forma como o poder local encarava a presença de refugiados espanhóis no seu território, utilizaram-se fontes do Arquivo Histórico da Câmara Municipal local.

Em face da enorme dificuldade encontrada em recuperar fontes, procurou-se elaborar uma comparação interpretativa entre a operação de Campo Maior, de 1944, e os casos de Barrancos e Castro Laboreiro, bem como entre aquela e a operação de Cambedo da Raia, de 1946, aquela com a qual há mais elementos em comum, pois ocorrem ambas no pós-Guerra Civil Espanhola e resultam, de igual modo, da coordenação entre as autoridades portuguesas e espanholas, tendo por estas razões várias semelhanças geradoras de potenciais analogias, que podem contribuir para esclarecer fenómenos sociopolíticos e métodos policiais envolvidos.

2. O CONTEXTO

Podemos afirmar que a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) foi uma guerra com repercussão global, tendo suscitado interesse por todo o mundo. Milhares de voluntários, oriundos de todos os continentes, partiram para a Península Ibérica por motivações ideológicas, para combater de um ou de outro lado.

Porém, o conflito não se travou apenas no campo de batalha. «Nenhuma outra guerra civil europeia chegou aos extremos de confronto propagandístico e cultural a que chegou a Guerra Civil Espanhola». Ambos os lados desenvolveram mecanismos de propaganda não só nas zonas que dominavam, mas também no estrangeiro⁴². Os jornais e as rádios estrangeiras, dentro e fora da Europa, noticiaram, intensamente, o conflito, tomando partido por uma das fações.

Nos anos trinta, já depois da institucionalização do Estado Novo, Salazar manteve a política externa portuguesa tradicional. Consistia aquela em, por um lado, afirmar a vocação marítima de Portugal, defendendo a integridade do Império, procurando, assim, afastar-se dos conflitos continentais europeus; por outro, a aliança com a Inglaterra «como eixo central da sua política externa»; e, outro ainda, manter uma política de boas relações com a Espanha, «que sabia fundamental para a estabilidade e a longevidade política do seu regime», tendo este último objetivo bons resultados durante o Governo de Alejandro Lerroux, em Espanha (1933-1935). Lerroux procurou cultivar, com sucesso, boas relações com o Portugal de Salazar. Cortou o apoio aos grupos antissalazaristas e apoiou os direitos coloniais portugueses, questionados por outras potências europeias⁴³. Porém, a vitória da Frente Popular em fevereiro de 1936, depois de umas eleições bastante renhidas, fez com que as relações luso-espanholas voltassem a deteriorar-se, tendo em conta o antagonismo político-ideológico entre os Governos dos dois países peninsulares.

⁴² Payne, Stanley G. (2014), *La guerra civil española*, Madrid, Rialp, p. 197.

⁴³ Teixeira, Nuno Severiano (coord.), Domingos, Francisco Contente, Monteiro, João Gouveia (2017), *História Militar de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 472 e 474.

2.1. AS RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS DURANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

Quando em julho de 1936 começou a Guerra Civil no país vizinho, Portugal optou pela neutralidade. Todavia, na prática, prestou apoio diplomático, logístico, propagandístico e militar ao Exército sublevado, liderado pelo general Francisco Franco. Embora seja atribuída especial relevância ao apoio da Alemanha e da Itália aos sublevados, importa lembrar, contudo, que o apoio de Portugal, embora menos visível, foi fundamental para a vitória de Franco. Aquando da sublevação militar, o Governo da República tinha o apoio da maioria dos oficiais, da marinha, tinha em seu poder as reservas de ouro, a indústria e as principais cidades. Se a esta difícil situação dos sublevados se juntasse a hostilidade do país vizinho, a sua vitória seria ainda mais improvável.

Salazar tinha consciência de que as esquerdas espanholas representavam uma ameaça ao seu regime e até à própria independência do Estado português, temendo perspectivas federalistas e iberistas de parte delas. A isto há que juntar ainda a colaboração e o apoio das esquerdas espanholas e do Presidente do Governo Manuel Azaña (1931-1933), ao «revirinho» português⁴⁴. Azaña chegou mesmo a apoiar financeiramente e a fornecer armamento a grupos antissalazaristas, como o grupo dos Budas. Para o regime português, a República Espanhola era vista como uma «dupla ameaça: ao “perigo iberista” juntava-se, agora, o “perigo vermelho”»⁴⁵. «A notícia de uma insurreição no Exército espanhol, em julho de 1936, foi recebida com grande alívio nos círculos governamentais portugueses e, desde o primeiro instante, esses mesmos círculos declararam o seu apoio àquilo que se esperava ser uma rápida ação de “limpeza”»⁴⁶.

Se numa perspetiva a Guerra Civil de Espanha representou uma ameaça para o regime português, por outra, também serviu para Salazar ver o seu poder fortalecido junto das Forças Armadas. No dia 8 de setembro, «marinheiros da Organização Revolucionária da Armada

⁴⁴ Farinha, Luís (1998), *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 133-137. Reis, Bruno C. (2015), «A vida política» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal, Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva, pp. 41-42. Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *Franco y Salazar. La respuesta dictatorial a los desafíos de un mundo en cambio. 1936-1968*, Madrid, Sílex Ediciones, pp. 46-47. Torre Gómez, Hipólito de la (1997), *El Portugal de Salazar*, Madrid, Arco Libros, S.L., p. 39.

⁴⁵ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) et al. (2017), *Op. Cit.*, p. 473.

⁴⁶ Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar: Uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote, p. 216.

[(ORA)], afeta ao Partido Comunista Português [(PCP)], ocupam os vasos de guerra *Dão*, *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque* e tentam sair do Tejo com os dois últimos (o outro estava avariado)»⁴⁷. Segundo testemunhos dos sobreviventes, o motivo principal da revolta «teria sido a repressão sobre os marinheiros do *Afonso de Albuquerque*, que se tinham insubordinado numa viagem para recolher refugiados portugueses da guerra em Espanha. Os marinheiros tinham sido impedidos de irem a terra nas escalas em portos controlados pelos republicanos e responderam, recusando-se a escalar em qualquer outro porto»⁴⁸.

O objetivo principal da revolta era, portanto, a reincorporação dos marinheiros castigados; contudo e segundo José Pacheco Pereira, a ação resultou numa «amalgama de diferentes planos anteriores que, entretanto, tinham sido abandonados». Um dos planos consistia em «sair com os navios da barra [do Tejo], bombardear Lisboa da costa e fazer um ultimato exigindo a demissão do Governo». Se a operação falhasse, «os navios [partiriam] para os Açores, [com o objetivo de] libertar os presos políticos. Caso [também] não conseguissem [esse objetivo], só então os navios [rumariam] aos portos da Espanha republicana»⁴⁹.

A revolta de 8 de setembro resultou num desastre total para os marinheiros. Bombardeados a partir de terra, viram-se forçados ao ato de rendição, com um balanço final de 10 mortos⁵⁰. Este episódio contribuiu para a criação do campo de concentração do Tarrafal, na Ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde, local para onde serão enviados parte dos marinheiros revoltosos.

Conforme Fernando Rosas «a “ameaça vermelha” soprada de Espanha e a consolidação do Estado Novo criaram um quase consenso entre as chefias militares em torno da nomeação de Salazar como Ministro da Guerra, [ficando a acumular essa pasta, com a das Finanças e], ainda nesse ano, [a dos] Negócios Estrangeiros»⁵¹. Ao assumir a pasta da Guerra, Salazar pretendeu garantir o sucesso do programa de rearmamento do Exército, iniciado no ano de 1935. O programa tinha como objetivo a formação de «uma força de 5 divisões modernas», pronta a atuar numa «guerra defensiva contra a Espanha». «Esta força poderia ainda cooperar em

⁴⁷ Rosas, Fernando (2008a), «O Estado Novo (1926-1974)» in Mattoso, José (direção), *História de Portugal*, Volume XIII, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, p. 251.

⁴⁸ Pereira, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Volume I: «Daniel», *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates, p. 220.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 220.

⁵⁰ Rosas, Fernando (2008a), *Op. Cit.*, p. 251.

⁵¹ Idem (2018), *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 214-2015.

operações lançadas em conjunto com a Inglaterra a partir da Galiza, Cádiz, ou do território português»⁵².

O conflito espanhol também intensificou a «polarização entre os portugueses» e provocou uma maior afirmação do Partido Comunista Português, levando Salazar a intensificar os «mecanismos de vigilância e repressão política do regime»⁵³. Este clima de tensão provocou uma maior militância e radicalização dos sectores apoiantes do regime, o que levou Salazar a permitir a criação da Legião Portuguesa (LP), «uma organização paramilitar com funções de defesa territorial e vigilância política»⁵⁴. A LP, assim como a Mocidade Portuguesa (MP), obtiveram grande «destaque na memória coletiva sobre o Estado Novo», dominando «a coreografia do regime» até ao final da Guerra Civil de Espanha⁵⁵.

Esperava-se que a sublevação militar de 18 de julho, organizada pelo general Emílio Mola, derrubasse, em pouco tempo, o Governo republicano. Porém, a contenda transformou-se numa longa guerra civil de quase três anos. O general José Sanjurjo, que vivia em Portugal (Estoril) e já tinha estado preso por liderar um golpe de Estado em 1932, deveria assumir o comando dos sublevados. Contudo, viria a ter morte imediata, num acidente de aeronave na localidade da Areia, Cascais, a 20 de julho quando iniciava a viagem com destino à zona controlada pelos sublevados. Este acontecimento viria a ter grande impacto no futuro de Espanha, pois levou a que a 1 de outubro, em Salamanca, o general Francisco Franco fosse escolhido para assumir a liderança dos sublevados. Franco estaria, a partir de então, no comando do Exército nacionalista e depois da vitória, no comando de Espanha com poderes ditatoriais até à sua morte em 1975.

O embaixador de Espanha em Portugal desde maio de 1936, Cláudio Sánchez-Albornoz, tentou que o Governo português mantivesse as relações com as autoridades republicanas, nomeadamente com Manuel Azaña. Porém a «política portuguesa» deste e o seu apoio aos exilados portugueses fez com que Salazar rejeitasse esta possibilidade⁵⁶. Em outubro de 1936,

⁵² Telo, António J. (2007), «As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da U.N.L, p. 134.

⁵³ Reis, Bruno C. (2015), *Op. Cit.*, p. 40.

⁵⁴ Oliveira, Pedro Aires (2015), «Portugal no mundo» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *Op. Cit.*, p. 84.

⁵⁵ Pinto, António Costa (2015), *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições 70, p. 317.

⁵⁶ Torre Gómez, Hipólito de la (2007), «La Conspiración Iberista de Manuel Azaña» in Rosas, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, pp. 210 e 219-220.

o Governo português cortou relações diplomáticas com o Governo de Madrid, «reconhecendo, *de facto* – embora ainda não *de jure* – a junta militar de Burgos»⁵⁷. No contexto da internacionalização da Guerra Civil Espanhola com o apoio da Alemanha e da Itália aos sublevados, a Inglaterra e a França optaram pela não-intervenção no conflito espanhol e pressionaram Portugal para adotar a mesma política. Tendo sempre em mente a importância da aliança inglesa e face às «diligências do embaixador da Inglaterra», Salazar adere ao Comité de Não-Intervenção, a 21 de agosto de 1936⁵⁸. Porém, como veremos, a não-intervenção portuguesa seria bastante ambígua.

Pedro Theotónio Pereira, «agente especial» enviado por Salazar para a zona nacionalista em dezembro de 1937, passou a embaixador a 28 de abril de 1938⁵⁹. Nesta data, «Salazar anunciou que um reconhecimento *de Jure* do Governo de Franco estava próximo e, de facto, tal ocorreu a 12 de maio». O reconhecimento foi recebido com entusiasmo pelo Governo de Burgos, tendo Franco enviado o seu irmão Nicolás Franco para Lisboa como embaixador⁶⁰.

Como foi referido anteriormente, Portugal não «poupou esforços no apoio à causa nacionalista», apesar da adesão ao Comité de Londres. No plano diplomático, na Sociedade das Nações, Portugal «nunca deixou de favorecer a causa nacionalista» e de colocar obstáculos ao Governo da República, havendo, por isso, historiadores que consideram que Salazar atuou como «ministro para a política externa do general Franco», junto das demais potências europeias⁶¹. A 29 de agosto de 1936, o *Politburo* soviético aprovou «a proibição do envio de armas, munições e aviões para Espanha». Porém, face ao apoio dado pela Alemanha, Itália e Portugal aos sublevados, Estaline decide intervir no conflito. Neste sentido, o embaixador soviético em Londres, Ivan Mikhailovich Maisky, comunicou a 28 de outubro, numa reunião do Comité de Não-Intervenção que «a URSS desobrigava-se de cumprir o acordo [internacional] decidindo apoiar o Governo espanhol»⁶².

Do ponto de vista logístico, o território português serviu de zona de trânsito para o material de guerra enviado pela Alemanha e pela Itália. Estradas, portos, aeródromos civis e outros

⁵⁷ Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Op. Cit.*, p. 226.

⁵⁸ Oliveira, César (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, p. 305.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 328 e 330. Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *op. cit.*, p. 226.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 228.

⁶¹ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) *et al.* (2017), *Op. Cit.*, p. 477.

⁶² Martins, Fernando (2020), *Pedro Theotónio Pereira – O outro delfim de Salazar*, Alfragide, Dom Quixote, p. 387.

«improvisados» em propriedades no Alentejo foram postos ao serviço dos nacionalistas, com vista ao seu abastecimento de aviões, armamento e munições. Quando Franco transportara as suas tropas de Marrocos para o sul de Espanha, não tinha como comunicar com as tropas de Mola, situadas no norte da península. De novo, Portugal teve um desempenho importante. «Foi através do território português que as tropas do sul fizeram chegar às forças do norte, as munições e o material de guerra» que já escasseavam⁶³. Para os republicanos a fronteira portuguesa encontrava-se rigorosamente fechada, sendo detidos os suspeitos de apoiarem o Governo de Madrid - militares ou civis. Era também em território português que se faziam os «negócios de armamento entre os agentes de Franco e os fornecedores internacionais», havendo, inclusivamente, «empresas portuguesas que serviam de intermediárias entre os nacionalistas e empresas europeias e americanas». Houve, igualmente, «facilidades financeiras na concessão de empréstimos por parte de instituições bancárias portuguesas ao Governo de Burgos»⁶⁴.

Como já aludido, a guerra entre as «duas Espanhas» teve uma grande componente de propaganda. Novamente, neste campo, Portugal viria a ter um desempenho relevante. «A censura em Portugal estava, absolutamente, institucionalizada» em 1936. «Álvaro Salvação Barreto, diretor dos Serviços de Censura, introduziu modificações na sua estrutura organizativa, para dotá-la uma maior eficácia, depois do deflagrar do conflito espanhol»⁶⁵. A imprensa política republicana menos vinculada ao Estado Novo mereceu especial atenção por parte dos Serviços de Censura que procuraram suprimir todas as notícias que pudessem ser favoráveis ao Governo de Madrid, chegando mesmo a ser extintos órgãos de informação⁶⁶.

O conflito militar em Espanha recebeu uma ampla cobertura por parte de jornalistas portugueses, com especial incidência entre julho e dezembro de 1936⁶⁷. Neste período travaram-se dois importantes confrontos que mereceram grande destaque: a batalha de Badajoz, terminada a 14 de agosto de 1936; e o cerco de Alcazar de Toledo, terminado a 27 de setembro do mesmo ano.

⁶³ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, p. 145.

⁶⁴ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) *et al.* (2017), *Op. Cit.*, pp. 477-478.

⁶⁵ Sanz-Hernando, Clara (2020), «Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz y la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa», *Ler História*, n.º 77, par. 5-6. (Disponível em: [Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz y la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa \(openedition.org\)](https://www.openedition.org/)).

⁶⁶ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, O Jornal, p. 202.

⁶⁷ Sanz-Hernando, Clara (2020), *Op. Cit.*, par. 7.

Sobre Badajoz, escreveu-se muito na imprensa estrangeira, principalmente sobre a repressão levada a cabo pelos nacionalistas liderados pelo tenente-coronel Juan Yagüe, depois de tomada a cidade estremenha. Pela imprensa portuguesa foram escritas 28 crónicas, por quatro jornalistas⁶⁸, sendo as primordiais e mais célebres as do jornalista do *Diário de Lisboa*, Mário Neves.

Segundo Alberto Pena Rodríguez, a rádio portuguesa teve, também ela, um papel muito importante durante o conflito. A Emissora Nacional (EN) e o Rádio Club Português (RCP), fundado pelo capitão do Exército português Jorge Botelho Moniz, travaram uma importante «luta propagandística» em confronto com as emissoras leais ao Governo republicano, de Madrid e de Barcelona⁶⁹.

«Os efeitos da propaganda foram imediatos» e produziram um «ambiente amistoso para com Portugal» por parte da sociedade espanhola que apoiava os sublevados. Logo após o deflagrar do conflito, Franco e Asensio Cabanillas, «transmitiram oficialmente ao Governo luso o seu agradecimento pela campanha radiofónica levada a cabo pela emissora de Botelho Moniz», ao mesmo tempo que o embaixador da República Espanhola em Lisboa, Cláudio Sánchez-Albornoz, «se queixava da manifesta parcialidade da rádio portuguesa»⁷⁰.

As emissões tinham um papel fundamental na moral do Exército, tendo sido «lidas inúmeras mensagens dirigidas às tropas nacionalistas, [sendo-lhes fornecidas] orientações estratégicas preciosas sobre o posicionamento no terreno das forças do Governo republicano, de que é exemplo o célebre episódio do cerco a Alcazar de Toledo»⁷¹. A 21 de julho, poucos dias depois do início da Guerra Civil, o coronel e chefe da Academia Militar de Toledo, José Moscardó, colocou-se ao lado dos sublevados, tendo-se refugiado na fortaleza toledana juntamente com umas «1950 pessoas, civis e militares»⁷², entre as quais se encontravam mulheres e crianças. O assédio de dois meses, levado a cabo pelo Exército republicano, teve bastante repercussão na imprensa estrangeira e também na portuguesa. Nesse período o RCP fez diversas emissões de apoio aos sitiados, dando-lhes informação e animando-os a resistir ao

⁶⁸ Idem, *ibidem*, par. 13.

⁶⁹ Pena Rodríguez, Alberto (2011), «La “guerra del éter”», *Diacronie: Studi di Storia Contemporanea* [Online], n.º 7,3, documento 9, par. 4. (Disponível em: [La “guerra del éter” \(openedition.org\)](http://www.openedition.org)).

⁷⁰ Idem, *ibidem*, par 5. Abreu, Filomena (2007), «A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha» in Rosas, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 127.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 128.

⁷² Sanz-Hernando, Clara (2020), *Op. Cit.*, par. 21.

assédio. Segundo Clara Sanz-Hernando, após a libertação pelo Exército de Franco, os sitiados sublinharam a «importância» da emissora portuguesa e da sua locutora, Marisabel de la Torre Colombiana, mais conhecida como «la Berta de Parede»⁷³. Tal acontecimento vir-se-ia a transformar num mito para os nacionalistas, sendo amplamente utilizado pela propaganda.

Porém, a campanha radiofónica não se destinava só a levantar o ânimo às tropas, tendo igualmente como desígnio a promoção de uma intensa propaganda junto da população civil. A sociedade portuguesa seguia atentamente a evolução do conflito espanhol, tanto assim que «entre 1936 e 1939 Portugal aumentou quase em 69% o número de ouvintes de rádio»⁷⁴. «Era impossível as sociedades portuguesa e espanhola abstraírem-se da propaganda». Um dos atos radiofónicos que mais repercussão teve na sociedade portuguesa foi a cobertura da «manifestação anticomunista ocorrida na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, a 28 de agosto de 1936». «Foi a emissão radiofónica em direto mais popular» até então. Foi coberta pela EN, RCP, Rádio Renascença, entre outras emissoras, com altifalantes instalados em locais públicos por todo o país⁷⁵.

Por sua vez, autoridades franquistas incentivavam a população espanhola a ouvir o RCP, divulgando a frequência da emissora portuguesa. «Na Espanha rebelde, o nome de Portugal era muito invocado», tendo «a Rádio Sevilha por costume transmitir música portuguesa e o hino nacional de Portugal, como testemunho de gratidão para com o país vizinho»⁷⁶. Os simpatizantes dos nacionalistas espanhóis em Portugal também se preocuparam em difundir a propaganda radiofónica nas zonas rurais do continente e nos Açores⁷⁷. O RCP, que já tinha uma grande popularidade antes da guerra, alcançou uma popularidade nunca antes vista, tendo-se convertido numa «fonte essencial de informação para espanhóis e portugueses»⁷⁸.

A colónia espanhola em Portugal partidária de Franco teve um papel ativo na campanha radiofónica de Botelho Moniz. «A primeira locutora espanhola do RCP foi Charito Sáinz Rodríguez que [desempenhou um importante papel] nos primeiros dias da guerra, em colaboração com [elementos] falangistas». Mais tarde, foi substituída pela já citada «Berta de Parede». Junto a elas, outros espanhóis se destacaram pela sua colaboração com o RCP, entre

⁷³ Idem, *ibidem*, par. 31.

⁷⁴ Pena Rodríguez, Alberto (2011), *Op. Cit.*, par. 6.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, par. 10.

⁷⁶ Oliveira Marques, António de (1986), *História de Portugal*, Volume III, Lisboa, Pelas Editores, pp. 378-379.

⁷⁷ Pena Rodríguez, Alberto (2011), *Op. Cit.*, par. 13.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, par. 13 e 15.

eles Santiago Tarodo Fortis, José Maria Peman, o Marquês de Quintanar, o líder da CEDA José Maria Gil Robles ou Juan Pujol⁷⁹.

Do ponto de vista militar, Portugal enviou uma Missão Militar Portuguesa de Observação a Espanha (MMPOE) em março de 1937, fundamentalmente com os objetivos de: «observação e contacto com as novas tecnologias e modos de fazer a guerra»; «assistência aos voluntários portugueses que combatiam nas fileiras nacionalistas»; e «assegurar a Portugal uma posição política no quadro peninsular e, quiçá, europeu»⁸⁰.

Ademais, durante os dias 15 e 27 de maio desse ano, oito alunos do 2º curso do Estado-Maior Português, acompanhados por cinco professores, visitaram regiões espanholas sob domínio dos sublevados, concretamente as frentes de combate de Madrid e do norte da península. A visita foi previamente «acordada [...] com o Governo de Burgos e seguramente também com a [MMPOE]». Fruto desta visita, cujo plano foi organizado pelo Estado-Maior do Exército de Franco, resultou um relatório com «abundantes fotografias, publicado em Caxias, na Escola Central de Oficiais, em abril de 1938»⁸¹.

«No ano seguinte foi feita outra visita de alunos do Estado-Maior Português, desta vez na região da Andaluzia, a qual foi coordenada pelo general Gonzalo Queipo de Llano, Comandante do Exército sublevado no sul da península»⁸².

Os voluntários portugueses nas fileiras franquistas, conhecidos como «Viriatos», nunca constituíram uma unidade portuguesa, sendo integrados nas unidades regulares do Exército franquista, na Legião de Estrangeiros, nos tercios de *Requetés* e nas milícias da Falange Espanhola. A Missão Militar Portuguesa de Observação foi comandada, a partir de 1938, pelo capitão Jorge Botelho Moniz, tendo por ela passado 164 militares⁸³. Contudo, foram os Viriatos aqueles que obtiveram mais notoriedade no Estado Novo. Por motivos de propaganda, o número destes voluntários foi empolado. Todavia, as investigações em arquivos portugueses e espanhóis apontam, segundo César Oliveira, para cerca de 2654 combatentes⁸⁴. Houve,

⁷⁹ Idem, *ibidem*, par. 22-23.

⁸⁰ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) *et al.* (2017), *Op. Cit.*, p. 478.

⁸¹ Freire, João (2016), «El frente de combate de los nacionalistas españoles en 1937 visto por observadores del Estado Mayor portugués», *Espacio, Tiempo y Forma*, n.º 28, Serie V- História Contemporánea, p. 239 e 252.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 252.

⁸³ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) *et al.* (2017), *Op. Cit.*, p. 478.

⁸⁴ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, p. 244.

portugueses nas fileiras republicanas, mas, em menor número. Embora seja difícil apurar a sua quantificação, as estimativas apontam para mais de 1000⁸⁵.

Em 1938, apesar do Acordo de Munique, aumentavam os sinais de conflito na Europa central. O Governo de Franco, que já antevia a vitória na Guerra Civil, sabia que estava em dívida para com a Alemanha e a Itália. Dívida que poderia ser cobrada com a entrada de Espanha num futuro conflito europeu. Interessava a Franco uma saída diplomática que mostrasse alguma autonomia ao eixo Berlim-Roma. De acordo com Filipe Ribeiro de Menezes, é possível constatar através da correspondência de Theotónio Pereira, que em finais de 1938, «era o Governo de Franco que tentava forçar Lisboa a um pacto de não-agressão»⁸⁶.

Segundo o mesmo historiador, Nicolás Franco terá dito a Theotónio Pereira, que o pacto era «necessário à Espanha até para marcar posição junto de “outros amigos” que às vezes levam longe as suas pressões»⁸⁷. A 17 de março de 1939, dias antes do fim da guerra, com a entrada do Exército de Franco em Madrid, Salazar assinou com Nicolás Franco, em Lisboa, um Tratado de Amizade e Não-Agressão (Pacto Ibérico). «No sentido de o reforçar, [foi-lhe acrescentado um] protocolo adicional, em julho de 1940, já em plena Segunda Guerra Mundial»⁸⁸. Este acordo era vantajoso para os dois países, Salazar conseguia evitar uma total aproximação de Espanha aos inimigos da Inglaterra, de quem Portugal era aliado, e Franco dava um sinal aos seus aliados na Guerra Civil e à própria Inglaterra, com quem manteve relações diplomáticas e comerciais, de não estar interessado num conflito fora das suas fronteiras.

Como refere Nuno Severiano Teixeira, com a vitória de Franco na Guerra Civil, Salazar via assegurada a continuidade do seu regime. Com o Pacto Ibérico e a Aliança Inglesa, obtivera os «dois instrumentos diplomáticos fundamentais para o equilíbrio geopolítico do país e que presidiram à política externa portuguesa, durante a Segunda Guerra Mundial»⁸⁹.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 272.

⁸⁶ Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Op. Cit.*, p. 240.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 240.

⁸⁸ Teixeira, Nuno Severiano (coord.) *et al.* (2017), *Op. Cit.*, p. 480.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 480.

2.2. OS REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL

Os conflitos bélicos sempre provocaram fluxos populacionais, quer por parte dos combatentes mobilizados, quer por parte dos civis que fogem à destruição provocada pelo conflito. Quando se trata de uma guerra civil, marcada por uma alta conflitualidade do ponto de vista político, ideológico e religioso, como foi o caso da guerra de Espanha, as perseguições e as represálias tendem a ser muito mais significativas sobre a população civil. As famílias vêem-se muitas vezes forçadas a tomar partido por um ou outro lado, os homens são recrutados à força e a repressão é por vezes exercida sobre mulheres e crianças quando identificados como partidários do inimigo. Neste sentido, uma das muitas consequências que a Guerra Civil Espanhola teve veio a ser a fuga de centenas de milhares de espanhóis para o estrangeiro, não só para países europeus próximos como Portugal e França, mas também para a América Latina, em particular para o México e para a Argentina⁹⁰.

A fuga de espanhóis para Portugal começou logo após o início do conflito a 18 de julho de 1936. Cinco dias mais tarde, o general Queipo de Llano, chefe do Exército sublevado na Andaluzia, fez «o primeiro apelo para que o país vizinho ignorasse as leis internacionais de apoio aos refugiados e entregasse os fugitivos»⁹¹. Estes, quando identificados como partidários da Frente Popular, eram detidos pelas autoridades portuguesas e em muitos casos entregues às autoridades franquistas na fronteira. Oliveira Salazar temia que o conflito espanhol alastrasse a Portugal e que as ideologias revolucionárias ganhassem força no país, através do contacto da população portuguesa com os «refugiados vermelhos»⁹².

Como refere Fábio Alexandre Faria, o Governo português não poupou esforços no controlo da fronteira, contando para isso com a atuação coordenada das autoridades policiais portuguesas: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente refundada com o nome de Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), Guarda Nacional Republicana

⁹⁰ Faria, Fábio Alexandre (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia, O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), p. 29.

⁹¹ Espinosa Maestre, Francisco (2007), «Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do Niassa» in Simões, Dulce, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e Testemunhos, 1936*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Barrancos, p.124.

⁹² Faria, Fábio Alexandre (2017), «Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936 1939)», *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, p. 84.

(GNR), Guarda Fiscal (GF) e Polícia de Segurança Pública (PSP); e, quando necessário do próprio Exército Português. Ainda assim, apesar do esforço do Estado português, bastantes espanhóis conseguiam atravessar clandestinamente a fronteira, contando muitas vezes com a solidariedade da população portuguesa e nalguns casos com a colaboração das autoridades⁹³.

«Desde Caminha até Vila Real de Santo António, a entrada de refugiados republicanos foi constante, embora desigual em números, durante agosto, setembro, outubro e novembro, começando a declinar em dezembro de 1936». César Oliveira aponta essencialmente três motivos para a fuga para Portugal: a ocupação de aldeias, vilas e cidades pelos sublevados, logo após o início do conflito; a execução de medidas repressivas sobre os apoiantes da Frente Popular; e, a fuga à mobilização coerciva para o Exército sublevado⁹⁴.

Os procedimentos de detenção variaram conforme as características dos refugiados, podendo estes dividir-se em dois grupos principais: militares e civis. Os primeiros eram desarmados e «entregues à unidade militar mais próxima»; os segundos, quando apanhados sem documentos ou quando se suspeitava serem de esquerda, eram «entregues à Secção Internacional da PVDE»⁹⁵.

Quanto ao seu destino, nuns casos eram entregues na fronteira às autoridades franquistas, noutros eram presos, no Aljube em Lisboa, no Forte de Caxias em Oeiras, Forte da Graça em Elvas, ou nos campos de concentração da Coitadinha e das Russianas, na zona de Barrancos⁹⁶. Nestes locais, César Oliveira estima que no ano de 1936 estivessem detidos 1350 «refugiados vermelhos». No final do ano, depois de um acordo entre Governo português e o Governo republicano, muitos dos que aqui estavam detidos foram levados para a capital portuguesa, onde, no mês de outubro, embarcaram no navio *Niassa* com destino a Tarragona, Espanha. Segundo o mesmo historiador foram transportados, 1500 refugiados republicanos. Contudo, acrescenta que o número de refugiados em Portugal ultrapassou, certamente, os 2000, podendo mesmo ter sido superior aos 3000, se se tiver em conta os refugiados detidos noutras localidades, os que foram entregues na fronteira às autoridades franquistas e os que escaparam à detenção graças ao auxílio da população portuguesa e da parte da colónia espanhola em Portugal partidária da República. Há, ainda, outro tipo de refugiados, menos lembrado, que são os espanhóis partidários dos sublevados. A estes era permitida a circulação pelo território

⁹³ Idem (2020), *Op. Cit.*, p 30.

⁹⁴ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, pp. 155-156.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 156.

⁹⁶ Faria, Fábio Alexandre (2020), *Op. Cit.*, p 30.

nacional, depois de confirmadas as suas convicções políticas e, quando necessário, eram-lhes facultados documentos pelos consulados espanhóis partidários de Franco⁹⁷.

A 28 de julho de 1936, oito dias após o primeiro comunicado de detenção de refugiados pela GF de Safara (Concelho de Moura, Alentejo)⁹⁸ e quando já se verificava uma entrada significativa de espanhóis em território nacional, o Ministério da Guerra ordenou que os militares espanhóis detidos em Portugal fossem desarmados e conduzidos para os comandos militares mais próximos. Os civis ficariam a cargo da Secção Internacional da PVDE que deveria averiguar a identidade dos mesmos junto das autoridades espanholas⁹⁹.

Embora o fluxo de refugiados se tenha dado ao longo de toda a fronteira portuguesa, foi nos limites confinantes com a Galiza e com a Estremadura espanhola que se verificou maior incidência. A antropóloga Dulce Simões assinala quatro fluxos massivos de refugiados, com diferentes características, realizados entre julho e setembro de 1936. O primeiro fluxo «ocorreu na última semana de julho, quando se refugiaram no norte de Portugal carabineiros e milicianos que haviam [combatido os sublevados nas províncias] de Pontevedra e Ourense e civis provenientes de Tui e Vigo». O segundo sucedeu no mês de agosto, na fronteira do Caia (Concelho de Elvas), no Alentejo, devido aos bombardeamentos de Badajoz e à posterior tomada da cidade pelas tropas do tenente-coronel Juan Yagüe, a 14 de agosto. A 12 de agosto, verificou-se o terceiro fluxo, «quando os habitantes da Encinasola, [afetos à sublevação], procuraram refúgio em Barrancos, [sendo] acolhidos pelas autoridades locais». O quarto e último grande fluxo massivo aconteceu na fronteira de Barrancos, depois da ocupação de Oliva de la Frontera pelas tropas nacionalistas, a 21 de setembro de 1936¹⁰⁰.

Após a derrota do Exército republicano e de Franco comunicar a 1 de abril de 1939 que «*la guerra ha terminado*», iniciou-se a repressão por parte dos vencedores. Tendo por base as investigações mais recentes, os historiadores estimam que o conflito espanhol causou cerca de 600000 mortos, dos quais cerca de 100000 resultaram da repressão levada a cabo pelos nacionalistas e cerca de 55000 da repressão levada a cabo pelos republicanos¹⁰¹.

⁹⁷ Oliveira, César (1987), *Op. Cit.*, pp. 156 e 158-159.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 157-158.

⁹⁹ Simões, Dulce (2007), *Op. Cit.*, p. 212.

¹⁰⁰ Idem (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 198-199.

¹⁰¹ Casanova, Julián (2009), «República y guerra civil», in Fontana, Josep, Villares, Ramón (dir.), *Historia de España*, Vol. 8, Barcelona, Crítica / Marcial Pons, pp. 407-408.

O estado de guerra manteve-se até 1948 e em virtude da Lei de Responsabilidades Políticas, de 9 de fevereiro de 1939, com efeitos retroativos até 1 de outubro de 1934 (mês da revolução das Astúrias) e da Lei de Repressão da Maçonaria e do Comunismo, de 1 de março de 1940, várias centenas de milhares de pessoas foram julgadas e condenadas pelos Tribunais Militares no pós-guerra. Foram assinadas cerca de 50000 sentenças de morte. Embora parte delas fosse comutada, posteriormente, em pena de prisão, há que somar a estas execuções as extrajudiciais. Atualmente, os historiadores têm contabilizados 140159 mortos fruto da repressão dos nacionalistas, levada a cabo durante e depois da guerra, havendo autores que defendem que o número total de execuções pode aproximar-se das 200000. Cerca de 500000 espanhóis abandonaram o país, havendo, ainda em maio de 1940, cerca de 260000 prisioneiros¹⁰².

Devido à forte repressão levada a cabo pelos vencedores no pós-guerra e apesar da hostilidade do Governo português, o fim do conflito não significou o fim da presença de refugiados espanhóis em Portugal. Parte deles pertenciam a grupos guerrilheiros antifranquistas que, vivendo na clandestinidade, continuaram a lutar depois de terminada a guerra. Por vezes, contavam com a ajuda da população portuguesa da raia, pelo que lhes era mais fácil refugiar-se em território luso, principalmente no norte, devido à porosidade da fronteira e às características geográficas do terreno.

Como afirma Aurélio Velázquez Hernández, muitos dos espanhóis que iam chegando a Portugal, normalmente indocumentados, e que se concentravam maioritariamente na Cidade de Lisboa, não tinham como objetivo permanecer no país, mas sim embarcar com destino à América, sendo o México o destino de preferência. Com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e a ocupação alemã da França, Lisboa tornou-se no único porto possível para sair da Europa. «As autoridades mexicanas já haviam demonstrado grande preocupação com os refugiados [republicanos e recebido vários milhares no seu país]», tendo esta política continuado a ser fomentada em território português, através da atividade da Legação Mexicana em Lisboa. Este organismo facultava documentos aos refugiados espanhóis, porquanto as

¹⁰² Riquer, Borja de (2010), «La dictadura de Franco» in Fontana, Josep, Villares, Ramón (dir.), *Historia de España*, Vol. 9, Barcelona, Crítica / Marcial Pons, pp. 127-128. Espinosa Maestre, Francisco (2020), «La investigación de la represión franquista 40 años después (1979-2020)» in Cebellán, Vicent Gabarda (dir.), *Violencia, conceptualización, memoria, represión, estudios, monumentalización, exhumaciones. Valencia, 1936-2020*, Valencia, Diputación de Valencia. Delegación de Memoria Histórica, pp. 105 e 108-109. Valdeón, Julio, Pérez, Joseph, Juliá, Santos (2014), *História de Espanha*, Lisboa, Edições 70, p. 432. Torre Gómez, Hipólito de la, Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *História de una diferencia, Portugal y España. Ayer y hoy (1807-2019)*, Madrid, Sílex Ediciones, pp. 239-240 e 249.

empresas de navegação não aceitavam indocumentados. «Este procedimento administrativo podia demorar vários meses e não representava nenhuma [segurança face à atuação da polícia política portuguesa, que podia, a qualquer momento, deter e repatriar os indocumentados para Espanha]». «Contudo, na maioria dos casos, esta polícia era permissiva [e facilitava a saída dos refugiados do país]»¹⁰³.

Ainda assim, como lembra Hernández, poucos eram os espanhóis que tinham recursos financeiros para financiar a viagem, acrescido do facto das autoridades mexicanas não prestarem apoio financeiro para estes fins. Todavia, os refugiados contaram com o apoio de uma organização internacional, a *Unitarian Service Committee* (USC, com as siglas em inglês), uma agência fundada pela Igreja Unitária Norte-americana, sediada na Cidade de Boston¹⁰⁴. Embora esta organização prestasse auxílio a refugiados de diversas nacionalidades, durante os anos quarenta dedicou-se, fundamentalmente, na ajuda a espanhóis¹⁰⁵.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, Lisboa viria a receber uma grande quantidade de refugiados europeus que fugiam do nazismo, facto que provocou uma enorme pressão migratória. Após a ocupação da França pela Alemanha em 1940, «a rota ibérica de fuga pelos Pirenéus tornou-se [na principal via utilizada pelos refugiados]». Esta rota «ia geralmente até Lisboa, [donde era possível partir para outros destinos] fora da Europa»¹⁰⁶.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em Portugal os estrangeiros em situação irregular foram, por norma, enviados para zonas de residência forçada «onde, apesar da limitação de movimentos, viviam uma vida calma e detinham liberdades diversas, situação em nada comparável à dos campos de internamento europeus»¹⁰⁷.

Segundo Carolina Henriques Pereira, o Estado Novo apesar das suas características autoritárias distinguia-se dos regimes alemão, italiano e espanhol, pelo que Portugal era por isso genericamente «visto [pelos refugiados] como “uma terra simpática”» nas palavras de Patrick Mühlen. «No entanto, [diz-nos, ainda, Pereira,] o Estado português [...] não deixou de

¹⁰³ Velázquez Hernández, Aurélio (2017), «Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)», *Hispania*, n.º 257, pp. 869-870.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 870.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 875.

¹⁰⁶ Pereira, Carolina Henriques (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri, p. 48.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 51.

dificultar sempre que possível a entrada a estes estrangeiros, [quando] considerados [pelas autoridades] como “indesejáveis”»¹⁰⁸.

Em 1942 as autoridades portuguesas estabeleceram duas zonas de residência forçada: uma nas Caldas da Rainha e outra na Ericeira; contudo já em 1940 o chefe da PVDE, capitão Agostinho Lourenço, havia tido a ideia de enviar um conjunto de refugiados que se encontravam junto à fronteira de Vilar Formoso, vindos de França, para zonas balneares¹⁰⁹. Nas Caldas da Rainha, assim como na Ericeira, residiram espanhóis juntamente com refugiados de outras nacionalidades¹¹⁰. Estas localidades proporcionavam «melhores condições de vida [aos estrangeiros,] ainda que estivessem proibidos de se movimentarem sem autorização da polícia política local num raio superior a 3/5 quilómetros e [tivessem de solicitar junto da PVDE a renovação da autorização de residência] de trinta em trinta dias»¹¹¹.

Segundo Hernández, a política portuguesa face aos refugiados espanhóis não foi linear, foi mudando ao longo do tempo, moldando-se à conjuntura e aos interesses do Estado português, pelo que apesar das desconfianças da polícia política portuguesa – transformada em Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), a 22 de outubro de 1945 – em relação à USC, as duas instituições celebraram um acordo em 1945, segundo o qual a USC se comprometia a enviar à PIDE todos os espanhóis sem documentos. Em troca, esta polícia instalava-os na Ericeira, em regime de residência forçada, enquanto aguardavam permissão para viajar para o México. Porém, este acordo nunca foi verdadeiramente respeitado. A USC «nunca fez uma entrega sistemática de espanhóis à PIDE» e esta continuou a fazer detenções e devoluções para Espanha¹¹².

Mais tarde, em fevereiro de 1949, a PIDE notificou a USC informando-a que não permitiria mais a presença de ilegais no país, dando-lhe um prazo de trinta dias para tirar de Portugal todos aqueles estrangeiros que estivessem a receber auxílio da organização, terminando assim o acordo de 1945. Esta posição das autoridades portuguesas e a escassez de financiamento levou ao fecho da USC na Cidade de Lisboa em 1950 e à sua saída do país¹¹³.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, pp. 51-52.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 60. Velázquez Hernández, Aurélio (2017), *Op. Cit.*, p. 872.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 872-873.

¹¹¹ Pereira, Carolina Henriques (2017), *Op. Cit.*, pp. 59-60.

¹¹² Velázquez Hernández, Aurélio (2017), *Op. Cit.*, pp. 875-876. Pimentel, Irene Flunser (2007), *A história da PIDE*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates, p. 31.

¹¹³ Velázquez Hernández, Aurélio (2017), *Op. Cit.*, pp. 879-880.

Como anteriormente aludido, muitos foram aqueles que, uma vez terminada a Guerra Civil em Espanha, continuaram a combater através de ações de guerrilha: uns por convicção política, outros, porque temendo represálias por parte dos vencedores, tiveram de passar à clandestinidade. «Dominado por comunistas, mas incluindo também socialistas e anarquistas, o chamado *maquis* espanhol ameaçaria o regime até 1947». Todavia, permaneceram pequenos focos de resistência, tendo sido a resistência guerrilheira definitivamente derrotada apenas em 1951¹¹⁴.

Em 1942 formou-se a Federação de Guerrilhas de Galiza-Leão, tendo os seus elementos realizado «frequentes incursões» em território luso. Como assinalou Jorge Alves, as características geográficas da região do Barroso, em Trás-os-Montes, propiciou que ali se refugassem muitos espanhóis que recusaram a mobilização para o Exército sublevado, assim como vencidos do pós-Guerra Civil, que fugiam à repressão franquista. «A raia seca, o terreno inóspito e montanhoso e o isolamento da região», foram fatores que ofereceram «certa segurança» aos que ali procuravam refúgio. Alguns guerrilheiros marcaram a memória da população portuguesa da raia, nomeadamente os guerrilheiros Demetrio García Álvarez e Juan Salgado Ribera, que «refugiados desde 1937 e com sólidas bases de apoio em Portugal», viveram na clandestinidade até dezembro de 1946, data em que o grupo do qual faziam parte, foi desmantelado por uma operação conjunta das autoridades portuguesas e espanholas¹¹⁵.

Em Portugal, muitos destes homens dedicaram-se essencialmente à extração e contrabando de volfrâmio, ao mesmo tempo que integravam grupos guerrilheiros, levando a cabo ações de represália contra os partidários de Franco, na Galiza. Demetrio García Álvarez (que utilizava o pseudónimo «Pedro») líder de um destes grupos, nasceu em maio de 1912, na Aldeia de Chãs, a 4 quilómetros de Cambedo da Raia, filho de lavradores galegos. Em Cambedo vivia a sua irmã Manuela Álvarez, com o marido Manuel Barcea, o que proporcionou a Demetrio um apoio acrescido em território português, contado também com o beneplácito das autoridades locais,

¹¹⁴ Preston, Paul (1994), *Franco «Caudillo de España»*, Barcelona, Grijalbo, p.683.

¹¹⁵ Godinho, Paula (1996), «O maquis na Guerra Civil de Espanha: O caso do cerco a Cambedo da Raia», *História*, n.º 27, p. 31, citado por Loff, Manuel (2006), «A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa», *Ler História*, n.º 51, p. 116. Alves, Jorge Fernandes (1981), *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre, p. 9.

nomeadamente da GF. Em Portugal dedicou-se à agricultura tendo no início de 1946, integrado um grupo guerrilheiro¹¹⁶.

Juan Salgado Ribera (conhecido pela população portuguesa da raia apenas como Juan), era um ano mais novo, tendo nascido em Casas dos Montes, «povoação [raiana,] limítrofe [com] Cambedo». «Era conhecido por integrar, com o pai e irmãos, um grupo de gaiteiros que percorriam as aldeias da região, e também por ser um atirador excepcional»¹¹⁷.

Juan que estava sob vigilância da polícia política portuguesa, pelo menos desde 1944, era descrito pela mesma como «um indivíduo sanguinário», sedo-lhe atribuídos diversos assassinatos e roubos. Juan esteve implicado em diversas ações de guerrilha, como os assassinatos de Artur Queirós, «líder falangista ourensano», e em setembro de 1946, de António de Sousa Pinto, «proprietário rural de Negrões (Montalegre)». Sousa Pinto havia denunciado, no mês de julho, um médico galego que se hospedara em sua casa e que foi posteriormente entregue às autoridades espanholas e fuzilado. O motivo da denúncia aponta para um desentendimento relacionado com o negócio de volfrâmio. Sousa Pinto foi assassinado a 17 de setembro, juntamente com um dos seus serviçais, que se encontrava na casa¹¹⁸.

No dia 29 de outubro do mesmo ano, foi assaltada a camioneta da carreira Braga-Chaves, que se encontrava cheia de passageiros que se dirigiam à feira dos Santos. Foram roubados «seis cordões de ouro, quinze relógios e várias dezenas de contos». Demetrio Álvarez negou sempre o envolvimento nesta ação, havendo quem suspeitasse de que se tratou de uma cilada montada pela PIDE, para incriminar os guerrilheiros. O certo é que este acontecimento despoletou uma vaga repressiva por parte das autoridades dos dois Estados¹¹⁹.

Em dezembro de 1946, Demétrio encontrava-se na Aldeia de Cambedo da Raia – onde vivia a sua irmã – juntamente com o pai e dois companheiros de guerrilha, Juan e Bernardino García (este último, natural de Viana do Bolo, Ourense). Para descobrir o seu paradeiro a PIDE em colaboração com outras autoridades policiais (GNR e GF) levou a cabo várias diligências.

¹¹⁶ Godinho, Paula (2004), «“Maquisards” ou «atracadores»? A propósito da revisão da História no caso de Cambedo da Raia, 1946» in Daviña, Luis Martínez-Risco (coord.), *O Cambedo da Raia 1946 – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da República, pp. 189 e 194. Pessoa, Carlos, «Cambedo da Raia. Uma aldeia transmontana “maldita”», jornal *Público*, de 20 de julho de 2008, p. 38-39.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 38-39. Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, p. 197.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 197-199 e 206-207. Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 39. Alves, Jorge Fernandes (1981), *Op. Cit.*, p. 35.

¹¹⁹ Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, pp. 211-212. Alves, Jorge Fernandes (1981), *Op. Cit.*, p. 36. Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 39.

Foram efetuadas várias prisões nas aldeias do Concelho de Chaves, «no sentido de impedir a reorganização do grupo e obter [informações] para a localização dos restantes elementos»¹²⁰.

Quando localizaram o paradeiro dos guerrilheiros, centenas de militares da «GNR de Alijó, Chaves, Mesão Frio, Poiares, Santa Marta de Penaguião, Pinhão, [Peso da] Régua e Porto», agentes da GF e da PSP, soldados de Caçadores 10 (Chaves), coordenados por agentes da PIDE e, auxiliados pela Guarda Civil e carabineiros espanhóis, montaram o cerco à aldeia, no dia 20 de dezembro de 1946¹²¹.

A manhã de dia 20 começou com o bombardeamento da aldeia. O confronto entre os guerrilheiros e as autoridades prolongou-se até à tarde do dia seguinte. Quando tudo começou, Juan encontrava-se na casa de uma família amiga, a da viúva Engrácia Gonçalves, que vivia com os filhos. Tentou fugir para Casas dos Montes, de onde era natural, mas a zona fortemente cercada impediu qualquer tentativa de fuga. Depois de baleado várias vezes pela Guarda Civil, viu-se obrigado a recuar, acabando por ser morto pela GNR, «ao tentar empunhar uma arma. Segundo outra versão, terá sido morto depois de se render»¹²².

Demetrio e Bernardino Garcia resistiram até ao final, tendo morto dois guardas-republicanos, José Joaquim e José Nunes. Inicialmente «entrincheirados na casa de Manuel Barcea e Manuela [Álvarez]», acabaram por se refugiar na adega da casa de Albertina Tiago, «onde Demetrio e o seu pai acabarão por render-se». Bernardino García sabendo o que o esperava caso fosse capturado suicidou-se com um tiro¹²³.

Os corpos de Juan Salgado Ribera e de Bernardino García «foram expostos no cemitério de Chaves». Demetrio García Álvarez não foi entregue às autoridades espanholas, como ocorreu em tantos outros casos, escapando assim ao provável fuzilamento; ainda assim, passou um logo cativo de 19 anos em Portugal. Foi julgado pelo Tribunal Militar Territorial do Porto, em dezembro de 1947, e enviado, a 11 de junho do ano seguinte, para o Tarrafal, em Cabo Verde, onde permaneceu vários anos, tendo mais tarde sido transferido para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Libertado em 1965, partiu para a França, onde trabalhou como estivador em Bordéus, «tendo morrido em julho de 1990», sem nunca regressar a Espanha¹²⁴.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 39-40. Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, p. 218.

¹²¹ Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 40. Loff, Manuel (2006), *Op. Cit.*, p. 117.

¹²² Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, pp. 2019-220. Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 40.

¹²³ Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, p. 220. Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 40.

¹²⁴ Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, pp. 196-197 e 220. Pessoa, Carlos (2008), *Op. Cit.*, p. 41.

Depois de terminada a operação a 21 de dezembro de 1946, foram efetuadas diversas detenções de pessoas suspeitas de colaborar com os «*maquisards*», entre os quais se encontravam 4 agentes da GF em Cambedo, acusados de «cumplicidade passiva, por não denunciarem a presença dos refugiados». Ao todo foram detidas 63 pessoas: 55 portugueses, 18 dos quais da Aldeia de Cambedo, e 8 galegos¹²⁵.

¹²⁵ Godinho, Paula (2004), *Op. Cit.*, pp. 202, 206 e 222.

3. OS REFUGIADOS ESPANHÓIS NO ALENTEJO DURANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

Como vimos no capítulo anterior, dos quatro grandes fluxos de refugiados em Portugal¹²⁶, três tiveram lugar em território alentejano, sendo «as zonas raianas dos distritos de Portalegre e Beja [...] as mais conturbadas»¹²⁷. O primeiro ocorreu no início do mês de agosto, pela fronteira do Caia, devido aos bombardeamentos e ocupação de Badajoz pelos sublevados; A 12 de agosto, verificou-se a entrada dos habitantes da Encinasola (partidários da sublevação militar) em Barrancos; e, no dia 21 do mês seguinte o último grande fluxo, também na região de Barrancos, depois dos sublevados conquistarem Oliva de la Frontera. Embora o fluxo de refugiados para o Alentejo tenha diminuído drasticamente em finais de 1936, fruto da conquista definitiva da Estremadura espanhola pelos sublevados, persistiu durante vários anos a presença de republicanos que em território alentejano procuravam refúgio.

A Guerra Civil de Espanha e as suas consequências, como o êxodo de refugiados, foi tema que mereceu grande atenção por parte da imprensa portuguesa, em particular do *Diário de Notícias*, que ao longo do conflito, terá enviado para Espanha, onze jornalistas e dois fotógrafos, sendo as suas reportagens fontes importantes para o estudo desta temática. A concentração de refugiados no Caia, que se iniciara no início do mês de agosto, devido ao assédio à Cidade de Badajoz, foi descrita pelo jornalista português Mário Pires, do *Diário de Notícias* como «debandada», fazendo referência a «mais de seiscentos, setecentos, mil figuras de tragédia, com cestos de mantimentos, cobertores, utensílios de cozinha, trapos de toda a espécie»¹²⁸. Dias depois, também o jornalista do *Diário de Lisboa*, Mário Neves, escreveu um artigo sobre o tema, em que diz que «os funcionários do posto fronteiriço abriram uma subscrição entre os oficiais e outras pessoas presentes para matar a fome aos filhinhos dos

¹²⁶ O primeiro fluxo em território português ocorreu na última semana de julho, quando se refugiaram no norte de Portugal combatentes republicanos e civis, vindos da Galiza.

¹²⁷ Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a guerra civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 43.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1936, p. 5, citado por: Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri, p. 199.

emigrados», as quais descreve como, «um grupo de criancinhas, algumas loiras, lindas, olhos vivos, espavoridos que há dias não sabem o que é tranquilidade, e que na sua inocência nada mais conhecem que o riso e o choro»¹²⁹.

No dia 15 de agosto o *Diário de Notícias* noticiou «o voo humanitário do Dragon¹³⁰», «ação de solidariedade» onde se transportou alimentos como «pão, bolachas, sanduíches “Nacional”, sardinhas e chouriço em lata oferecido pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias, e ainda latas de Banacao oferecidas pela [Sociedade Comercial e Industrial de Produtos Alimentares Tropicais]». Posteriormente, noticiou o mesmo jornal, a entrega de duas camionetas de alimentos e roupas em Elvas e Campo Maior, ação «acompanhada pelo Governador Civil de Portalegre, pelos administradores dos concelhos de Elvas e Campo Maior e pelo presidente da União Nacional de Campo Maior». Segundo Dulce Simões, distribuíram-se no Caia «alimentos e agasalhos a cerca de quatrocentos refugiados, assim como aos cinquenta carabineiros» afetos ao Exército sublevado, e às suas famílias, as quais se encontravam no posto fronteiriço espanhol¹³¹.

Mário Neves foi dos primeiros jornalistas a entrar na Cidade de Badajoz depois desta ser tomada pelas forças do tenente-coronel Yagüe, a 14 de agosto. Na publicação do dia seguinte no *Diário de Lisboa*, Neves descreve o cenário de devastação provocado pela batalha que se traduzia, entre outras coisas, nos cadáveres pelas ruas da cidade. No dia seguinte – 16 de agosto – voltou a Badajoz, juntamente com alguns refugiados, e constatou que parte dos corpos já haviam sido removidos das ruas. Na crónica do dia 17, Neves faz menção às «execuções em massa», assim como, à «incineração de centenas de corpos empilhados no cemitério, cujo fumo e labaredas se avistavam no Caia». Encontravam-se, também, no cemitério, os cadáveres de vinte e três legionários mortos durante a conquista da cidade, aos quais foi proporcionado um funeral condigno¹³².

Durante a batalha de Badajoz, os tiros da artilharia sublevada fizeram-se ouvir na Vila de Campo Maior na manhã de 14 de agosto, o que levou alguns populares a dirigir-se ao alto do castelo e à Porta da Vila, onde foi possível observar o bombardeamento da cidade espanhola,

¹²⁹ *Diário de Lisboa*, 13 de agosto de 1936, p. 1, citado por: Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, p. 200.

¹³⁰ O bimotor “Dragon” da *Crilly Air* foi cedido pelo *Diário de Notícias* «para serviços de reportagem desde o início do conflito em Espanha». Idem, *ibidem*, p. 200.

¹³¹ Idem, *ibidem*, pp. 200-201.

¹³² Idem, *ibidem*, pp. 201-202.

pelos aviões da Legião Condor¹³³. Durante esse dia, Campo Maior começou a receber famílias espanholas, que fugiam à violência da batalha. Porém, «as precárias condições económicas dos habitantes de Campo Maior», não lhes permitiram prestar o devido acolhimento aos refugiados, sendo, para além disso, várias centenas destes detidos pelas autoridades portuguesas e «concentrados nos celeiros da antiga Federação Nacional de Produtores de Trigo». Ainda assim, «foram distribuídos alimentos e agasalhos provenientes da campanha *Diário de Notícias*»¹³⁴. Posteriormente, segundo o historiador campomaiorense Rui Rosado Vieira, estes espanhóis foram conduzidos por guardas-republicanos a cavalo até à fronteira e entregues às forças sublevadas. Depois de uma seleção, parte dos refugiados foram levados para a Praça de Touros de Badajoz, onde foram executados¹³⁵.

Também em Elvas se fizeram sentir os efeitos dos acontecimentos de Badajoz. Todavia, a entrada de espanhóis em busca de refúgio nesta cidade alentejana, verificou-se ainda antes do início da guerra. A partir do mês de fevereiro de 1936, mês em que tomou posse o Governo da Frente Popular, assistiu-se a uma entrada significativa de espanhóis «provenientes da província de Badajoz». A maioria daqueles acabou se fixar, durante meses, no Concelho de Elvas, regressando às suas terras de origem apenas depois dos sublevados as conquistarem. Esta colónia espanhola «criou relações de proximidade» com a população de Elvas, tendo sido, inclusivamente, realizadas «iniciativas conjuntas, como por exemplo a realização de uma celebração solene em memória de José Calvo Sotelo», líder importante da direita espanhola assassinado poucos dias antes do deflagrar da Guerra Civil¹³⁶.

Já em plena contenda, o assédio a Badajoz pelas forças de Yagüe fez com que os elvenses se vissem, novamente, confrontados com a chegada de grandes quantidades de espanhóis. Contudo, estes, identificados como «comunistas», não iriam receber o mesmo tratamento que os seus compatriotas ali chegados no mês de fevereiro, acabando detidos no Forte da Graça, na envolvente da cidade¹³⁷.

¹³³ Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote, p. 259. Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, p. 203.

¹³⁴ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, pp. 203-204.

¹³⁵ Vieira, Rui Rosado (2020), «Refugiados da Guerra civil de Espanha em Campo Maior» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), p. 111.

¹³⁶ Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2020), «Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1939): O caso de Elvas.» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Op. Cit.*, pp. 130-131.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p.130.

Quanto ao número de refugiados que passaram por Elvas, segundo apurou Moisés Antunes Lopes, estiveram concentrados na Praça de Touros 800 milicianos, 2 majores e 4 capitães republicanos. No mês de agosto, encontravam-se detidos no Forte da Graça, 82 espanhóis, entre eles 7 carabineiros. No mês seguinte somaram-se a estes, 136 refugiados. Ao longo de todo o ano de 1936, as autoridades portuguesas contabilizaram um total de 1024 espanhóis. Contudo, não foram contabilizadas as mulheres e as crianças espanholas, existido para além disso, clandestinos que conseguiram escapar ao controlo das autoridades, pelo que não é possível quantificar com exatidão o número de refugiados em Elvas¹³⁸.

A passagem de espanhóis por Elvas verificou-se sobretudo na estação e na fronteira de Caia-Elvas. No ano de 1936 terão por ali passado 6756 estrangeiros, «na sua grande maioria espanhóis». Ao todo, entre os anos de 1936 e 1938, entraram por aquela zona um total de 12101 indivíduos¹³⁹. Neste último ano, há que referir a ação levada a cabo pela organização portuguesa 3 AAA (Ação Antifascista e Anticlerical), que prestou auxílio a 50 refugiados espanhóis, perto da Cidade de Portalegre¹⁴⁰.

Os refugiados espanhóis também recorreram à via fluvial para entrar em território português, embora esta possibilidade tenha sido menos procurada. «Em Elvas e no Caia não foram relatados casos de entrada por via fluvial», todavia, no Baixo Alentejo, foram muitos aqueles que perderam a vida tentando atravessar ribeiras a nado. «Foram as ribeiras de Ardila e do Chança que permitiram algumas entradas nesta região, que foi muito castigada pelos confrontos»¹⁴¹.

Também se recorreu muito pouco à via aérea para entrar em território português. A aterragem de aviões espanhóis em Portugal deveu-se, na maioria dos casos, a «problemas mecânicos». Segundo Moisés Antunes Lopes, em agosto de 1936, três aviões sublevados aterraram perto da Cidade de Portalegre, devido a avarias. Os aviões foram reparados e as elevadas despesas suportadas pelo Governador Civil de Portalegre. De igual modo, aterraram aviões republicanos, no dia 24 do mesmo mês, em Alpalhão e a 23 de fevereiro do ano seguinte,

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 231-132.

¹³⁹ Idem (2017), *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 92.

¹⁴⁰ Proc. n.º 85/39 do TME, citado por Farinha, Luís (1998), *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 245.

¹⁴¹ Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2017), *Op. Cit.*, p. 93.

na área entre o Crato e Flor da Rosa, contudo sem que lhes fosse prestado a mesma assistência¹⁴².

Esta dualidade de critério assim como as detenções recorrentes de refugiados republicanos por parte das forças policiais portuguesas e sua entrega na fronteira aos franquistas levaram o Governo da República Espanhola a denunciar a atuação do Governo português, junto do Comité de Não-Intervenção, organismo do qual Portugal ainda não fazia parte. O Governo de Madrid denunciou «a entrega de refugiados para fuzilamentos sumários em Badajoz». Só a partir de abril de 1937 é que as fronteiras francesa e portuguesa passaram a ser controladas por observadores internacionais, com a entrada em vigor de um plano de controlo fronteiriço que tinha como objetivo impedir a entrada em Espanha de «voluntários estrangeiros e de armamento»¹⁴³. Porém, desde o início do conflito, Portugal já havia prestado uma ativa e valiosa ajuda aos sublevados.

Logo após o *Alzamiento* as autoridades espanholas afetas aos revoltosos colocaram os políticos de esquerda de Encinasola sob uma «discreta vigilância», com o objetivo de neutralizar qualquer ação de resistência. Estes, ao mesmo tempo, «organizaram-se num comité recolhendo as armas existentes nas herdades, montes e casas particulares», depositando-as posteriormente no *Ayuntamiento* governado pelos socialistas. «No dia 29 de julho de 1936 foi declarado o estado de guerra na província de Huelva», sendo ordenado que se libertassem e armassem todos os falangistas que se encontravam detidos, para que estes se juntassem aos sublevados. Face a esta realidade, o alcalde socialista Candeleiro López entregou ao comandante da Guarda Civil as armas que o comité de resistência lhe havia entregue, procurando, assim, «evitar confrontos militares e o possível derramamento de sangue»¹⁴⁴.

Muitos militantes de partidos de esquerda permaneceram na Vila de Encinasola, porém, os que estavam «ligados a comités de resistência de outras localidades vizinhas, como os da [Federação Anarquista Ibérica] (FAI), partiram para Aroche, Cumbres e Higuera, [para combater os revoltosos]». Nesta última localidade, o quartel da Guarda Civil foi assaltado a 11 de agosto por «milícias locais, apoiadas por uma coluna de mineiros de Riotinto e milicianos

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 93-94.

¹⁴³ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, p. 205.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 211-212. Tapada Pérez, Manuel (2001), «Barrancos, Encinasola (unidos por una guerra)» in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, p. 12.

de Rosal de la Frontera». Várias famílias de Encinasola afetadas à sublevação militar, temendo a possibilidade destas forças se dirigirem para a vila, decidiram procurar refúgio em Barrancos¹⁴⁵.

Segundo Dulce Simões, a 12 de agosto, o Administrador do Concelho de Barrancos informou, por telegrama, o Governador Civil de Beja acerca de «um ataque a Encinasola por uma coluna de marxistas das minas de Riotinto», acrescentando que dela faziam parte «muitos portugueses» que ali residiam. A Polícia de Segurança Pública, enviada para o local, identificou uma multidão de espanhóis que se dirigia para a fronteira, na sua maioria mulheres e crianças desarmados. O Administrador do Concelho temendo a fuga dos «comunistas» para Barrancos, caso estes fossem derrotados, destacou uma Companhia do Regimento de Infantaria 17, de Beja, apoiada por efetivos de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana e por uma brigada Móvel da PVDE. Segundo os números desta polícia, foram identificadas 400 pessoas, sobretudo mulheres e crianças, que ficaram alojadas em casas de famílias de conhecidos¹⁴⁶.

O Presidente da Câmara de Barrancos permitiu o alojamento de mulheres e crianças, «independentemente da filiação político-partidária dos chefes de família». «[Contudo, proibiu] determinantemente, a presença dos homens conotados com o Governo republicano». As famílias de Encinasola foram descritas como «gente de direita», existindo entre elas, «proprietários rurais, apoiantes do golpe militar», mas também outras «sem filiação política» que fugiam à violência da guerra. A 20 de agosto, fruto de uma campanha de caridade organizada pelo *Diário de Notícias*, efetuou-se a «distribuição de donativos e víveres», ação «efetuada sob a direção do Administrador do Concelho e do correspondente local do [jornal]». Como assinala Dulce Simões, devido às convicções políticas e ao estatuto social dos habitantes de Encinasola, foi-lhes dado um tratamento diferenciado, em relação aos demais refugiados partidários da República¹⁴⁷.

O tenente do Exército franquista Enrique Ruz, que assumira o comando das forças militares de Encinasola no início de agosto, pediu armamento ao Governador Militar de Huelva, com vista a eliminar os últimos focos de resistência aos sublevados. «O armamento chegou através de Portugal, pela fronteira de Barrancos, criando as condições necessárias para a tomada de

¹⁴⁵ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, pp. 212-213.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 213-214.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, pp. 215 e 217.

Oliva de la Frontera. Na noite de 20 de setembro [seguiu para esta localidade] uma coluna chefiada por Luis Velasca, formada por guardas civis, carabineiros e falangistas»¹⁴⁸.

Após o deflagrar da sublevação de 18 de julho, «foram detidos em Oliva de la Frontera 50 indivíduos, [...] proprietários rurais e falangistas», suspeitos de serem partidários dos revoltosos. À medida que as forças sublevadas se iam aproximando, estas perseguições e prisões foram-se multiplicando. Os detidos foram enviados para a prisão municipal, descrita como imunda. Face à insalubridade da prisão, o alcaide decidiu transferir os presos para a escola, ação que foi levada a cabo pelo carabineiro Fermín Velázquez¹⁴⁹.

De acordo com Simões, seguiu-se o assalto à Igreja Matriz de Oliva de la Frontera, entretanto «transformada em quartel de milicianos» e onde se cometeram alguns atos de vandalismo, como a destruição de imagens. Foi, também, assaltada a casa de Marcelina Durán, onde funcionava a Casa de Caridade, bem como o armazém do Sindicato Agrário Católico e a Sociedade de Ganadeiros e Lavradores¹⁵⁰. Importa ter presente, que os ataques a estes locais não eram furtivos, uma vez que estavam conotados com o poder local e com as classes dominantes. No que toca à Igreja Católica, instituição com enorme peso e influência na Espanha de então, a tensão entre esta e os republicanos de esquerda foi uma constante desde o início da Segunda República Espanhola, em 1931, tendo-se agudizado, fortemente, com o início da Guerra Civil.

Entretanto, foram chegando a Oliva milicianos vindos de territórios conquistados pelos sublevados, «alimentando ânimos mais exaltados e a hipótese de serem eliminados todos os detidos conotados com a direita»¹⁵¹. Estas soluções de «limpeza» foram constantes ao longo da guerra e praticadas pelos dois lados. A eliminação de presos era praticada, muitas vezes, pelas forças em retirada para evitar que estes, depois de libertados, engrossassem o Exército inimigo. Contudo, tal não se chegou a verificar em Oliva, tendo os presos acabado por ser postos em liberdade a 30 de agosto por ordem do alcalde Emiliano Romero¹⁵².

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 223.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 231-232.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 232.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 232.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 232.

Oliva de la Frontera, que foi dos últimos focos de resistência republicanos junto à fronteira estremente com Portugal, recebeu, por isso, «milhares de refugiados» vindos de outras localidades, já tomadas pelas forças sublevadas¹⁵³.

No dia 21 de setembro, as forças vindas de Encinasola, comandadas por Luis Velasca, tomam Oliva de la Frontera. Os refugiados que ali se encontravam, «procedentes das províncias Huelva e de Badajoz, dividiram-se em dois grandes grupos: [...] a “coluna do 8000”, [que partiram] rumo a Madrid, e os que, [procurando] refúgio, [se dirigiram para a] fronteira portuguesa de Barrancos»¹⁵⁴.

No combate pela tomada de Oliva, morreram três falangistas, um dos quais era filho do alcalde de Encinasola. A este facto atribui-se a onda de repressão que em seguida se levou a cabo nesta localidade. «As vítimas foram escolhidas aleatoriamente, entre os detidos pelos falangistas». Todavia, há que salientar o papel do tenente Enrique Ruz, que segundo alguns depoimentos, terá contido a repressão levada a cabo pela Falange. Como afirma Dulce Simões, a repressão em Encinasola não se limitou aos «dez homens fuzilados no cemitério da vila», houve ainda vários julgamentos e condenações a pena de prisão perpétua¹⁵⁵.

3.1. AS AUTORIDADES PORTUGUESAS, OS FRANQUISTAS E O CONTROLO DE FRONTEIRAS

A PVDE, criada a 29 de agosto de 1933, «era a principal força policial responsável [pela defesa do Estado Novo]», competindo-lhe «a vigilância e a repressão» de todos aqueles que atentassem contra o regime. A «repressão direta e preventiva dos movimentos sociais» foi sobretudo levada a cabo por esta polícia, com o objetivo de manter a «paz social». «De acordo com o Decreto-Lei n.º 22.992, [publicado no *Diário do Governo* a 29 de agosto de 1933], competia à Secção Internacional da PVDE»¹⁵⁶:

¹⁵³ Idem, *ibidem*, p. 235.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, pp. 235-236.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 223-225.

¹⁵⁶ Faria, Fábio Alexandre (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Op. Cit.*, p. 35. Garrido, Álvaro (2015), «População e sociedade» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva, p. 168.

«[...]»

4.º Impedir a entrada no País de estrangeiros e indocumentados ou indesejáveis;

5.º Organizar o registo geral e cadastro dos estrangeiros com residência permanente ou eventual no País;

6.º Exercer sobre os estrangeiros que residam ou transitem pelo país a ação policial necessária;

[...]

9.º Efetuar a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros;

10.º Organizar os processos e efetuar as diligências necessárias respeitantes a estrangeiros cuja permanência seja inconveniente no País, propondo ao Ministro do Interior as sanções aplicáveis de harmonia com a legislação em vigor;

[...]»¹⁵⁷.

Segundo Fábio Alexandre Faria, no ano de 1933 existiam 17 postos da PVDE ao longo de toda a fronteira portuguesa, com maior incidência nos limites fronteiriços com a Galiza e com a Estremadura espanhola, zonas com maior intercâmbio de populações. Estavam aqueles localizados em: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Galegos, Barca de Alva, Vilar Formoso, Marvão/Beirã, Elvas, Mourão, Barrancos, Vila Verde de Ficalho, e Vila Real de Santo António. Durante a guerra civil de Espanha, o sistema de vigilância sofreu algumas alterações, passando a PVDE a dispor de 22 postos, localizados em: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Portelo, Quintanilha, Barca de Alva, Vilar Formoso, Segura, Beirã (Marvão), Galegos, Campo Maior, Elvas (Caia e Estação), Mourão, Barrancos, Sobral da Adiça, Ficalho e Vila Real de Santo António¹⁵⁸.

Tendo por base Maria Fernanda Candeias, «à GF coube desde sempre a tarefa de fiscalização da fronteira», tendo durante a guerra de Espanha, desempenhado esta tarefa em

¹⁵⁷ Decreto-Lei n.º 22.992, de agosto de 1933, *Diário do Governo*, I Série, Número 195, p. 1584, citado por Faria, Fábio Alexandre (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Op. Cit.*, p. 35.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 36.

colaboração com a PVDE¹⁵⁹. Nos meios rurais, a GNR teve um papel crucial, tanto na vigilância das fronteiras, como no controlo das populações. Ainda antes do deflagrar da Guerra Civil em Espanha, esta força já vinha estando atenta às populações junto à fronteira, com vista a prevenir possíveis problemas fruto da tensão política que se vivia no país vizinho. No relatório mensal da 3.^a Companhia da GNR, de abril de 1936, é possível encontrar «referências a alguma agitação social, [que, segundo o relatório,] aumentava de dia para dia com os “acontecimentos de Espanha”». Segundo Candeias, apareceram, nesta altura, no Concelho de Mourão, «os primeiros folhetos de propaganda comunista», o que aumentou a preocupação das autoridades portuguesas com o «contágio» vindo de Espanha¹⁶⁰.

Com o deflagrar do conflito espanhol, a GNR montou um sistema de postos de vigilância nas áreas da 2.^a, 3.^a e 4.^a Companhias. «Na área da 2.^a Companhia foram criados 8 postos [de vigilância]: Barrancos (10 praças), Sobral da Adiça (1 sargento e 10 praças), Vila Verde de Ficalho (1 oficial e 17 praças), Crespo (2 praças), Valcovo (2 praças), S. Marcos (2 praças), Mina de S. Domingos (1 oficial e 13 praças) e Pomarão (6 praças)¹⁶¹.

«Na área da 3.^a Companhia, foram criados 9 postos»: S. Brás (9 praças), Mocissos (6 praças), Beatas (6 praças), Defesas (9 praças), Moinho do Gato (2 praças), Herdade da Abegoaria (7 praças), Herdade da Ameada (8 praças), Herdade da Galiana (7 praças), Herdade dos Castelos (10 praças)¹⁶².

Na área da 4.^a Companhia foram criados 8 postos. Niza (1 oficial e 14 praças), Castelo de Vide (7 praças), Marvão (5 praças), Portagem (8 praças), Alegrete (4 praças), Arronches (7 praças), Campo Maior (13 praças) e Elvas (1 oficial e 14 praças)¹⁶³.

Contudo, mesmo com o reforço do sistema de vigilância, «o policiamento acabaria por se revelar insuficiente». Em vários locais não foi possível evitar o contacto da população alentejana com os espanhóis, devido à escassez de meios humanos por parte das autoridades portuguesas¹⁶⁴.

A Mina de S. Domingos (Distrito de Beja), onde havia uma tradição de esquerda bastante enraizada na população e, por conseguinte, simpatia pelo Governo espanhol da Frente Popular,

¹⁵⁹ Candeias, Maria Fernanda (1997), *Op. Cit.*, pp. 41-42.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 46-47.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 47.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 47.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. 47.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 48.

mereceu especial atenção por parte das autoridades portuguesas. Logo no início da Guerra Civil de Espanha, a PSP de Beja efetuou «buscas domiciliárias nos núcleos mineiros de S. Domingos, Corte de Pinto e Morianes». Nesta operação foram apreendidas várias armas de fogo, navalhas, assim como panfletos de propaganda. A PSP teve, em colaboração com as demais forças policiais, um importante trabalho de controlo das populações bem como na repressão dos refugiados espanhóis¹⁶⁵.

Nesta altura, o Governo português não descartava a possibilidade do país ser atacado, achando, por isso, necessário organizar as guarnições militares junto à fronteira, missão que caberia às Regiões Militares. A função principal do Exército Português era auxiliar as forças policiais, sempre que estas o necessitassem. Embora o pedido de auxílio ao Exército fosse feito pelas forças policiais, a intervenção deste «seria sempre decidida pelos Comandos das Regiões Militares», que definiam o plano das operações para a intervenção¹⁶⁶.

Neste sentido e segundo Fábio Faria, a guerra de Espanha obrigou a uma maior colaboração entre as autoridades portuguesas, tendo estas de empregar novos métodos de atuação para fazer face à escassez de homens e de meios logísticos. A Leone Santoro, Chefe da Missão Italiana de Polícia, foi destinada a missão de «estudar a organização das polícias portuguesas entre 1937 e 1940». O polícia italiano detetou várias falhas no sistema português, o qual, segundo o próprio, não era eficaz no controlo da entrada de cidadãos estrangeiros no país. Santoro aconselhou o «reforço da colaboração entre as forças policiais [portuguesas], nomeadamente a PVDE, a PSP, a GNR, a GF, a Polícia de Trânsito e a Polícia Marítima, e a [necessidade da] criação de escolas de polícia, [com vista] a melhorar a preparação dos agentes e dos oficiais da PVDE»¹⁶⁷.

Um elemento que dificultava a atuação das autoridades portuguesas, para além da já referida escassez de meios humanos e materiais, prendia-se com as «extensas áreas» que era necessário vigiar. As características geográficas do terreno eram, em muitas zonas, pouco propícias para uma eficaz e permanente vigilância da fronteira¹⁶⁸.

Segundo Faria, poucos antes do início do conflito espanhol, o Inspetor da PVDE de Bragança, tenente Luís Borges, denunciava ser «relativamente fácil a entrada [de estrangeiros

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, pp. 47 e 49-50.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 62 e 65.

¹⁶⁷ Faria, Fábio Alexandre (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Op. Cit.*, pp. 36-37.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 37.

ilegais] em Portugal», fazendo referência ao caso do general do Exército espanhol, Juan José Gomes Caramiñero que, juntamente com vários militares, «percorreu vários quilómetros» do território português. Face a esta realidade Luís Borges solicitou o reforço de efetivos da GF na fronteira portuguesa e que a GNR intensificasse a vigilância das estradas com ligações a Espanha¹⁶⁹.

A nova conjuntura obrigava as autoridades portuguesas a levar a cabo um maior número de ações, para as quais não estavam preparadas e isso refletiu-se por todo o território nacional. Também o Comandante-geral da GNR oficiou ao Ministro do Interior, em julho de 1936, informando da escassez de meios humanos, o que dificultava a execução de patrulhas no Algarve. No mesmo mês, Francisco Pimenta da Gama, Comandante da PSP de Viana do Castelo, alertava para a pressão migratória vinda de Tui, o que obrigou à mobilização de várias dezenas de efetivos¹⁷⁰.

Face a esta realidade, foram reforçados os postos da GF nas principais zonas de entrada em Portugal e onde havia maior proveniência de refugiados, como por exemplo na região estremenha de Cáceres, quando no início de agosto o Exército sublevado tomou Cedillo, junto à fronteira portuguesa, o que ocasionou a fuga de 22 combatentes republicanos «que se entregaram, armados, no posto de Foz do Sever». Após estes acontecimentos, o posto da GF de Montalvão e Foz de Sever foram reforçados, cada um com quatro praças provenientes de Nisa e Castelo de Vide¹⁷¹.

Como afirma Faria, um fator que intensificava a fuga de espanhóis para território português era «a realização de batidas por parte das tropas franquistas» junto à raia portuguesa, o que obrigava à execução de ações preventivas por parte das autoridades portuguesas. A 14 de outubro, após «informações sobre a realização de uma batida na região fronteira com Barrancos, o capitão Aristides Coimbra ordenou o envio de um reforço [para junto da fronteira]», do qual faziam parte os tenentes Augusto Seixas e Serrão. As autoridades portuguesas capturaram 2 indivíduos e fizeram 1 morto, tendo os restantes conseguido escapar às autoridades¹⁷².

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 39.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 39.

¹⁷² Idem, *ibidem*, pp. 39-40.

Embora houvesse maior facilidade na observação e fiscalização das povoações fronteiriças no Alentejo face à geografia da região, marcada pela «imensidão da terra lisa ou apenas quebrada em frouxas ondulações»¹⁷³, as autoridades portuguesas tiveram dificuldades num controlo efetivo do território nos primeiros meses do conflito espanhol. «As ordens do Ministério da Guerra eram claras no sentido de avisar com tiros para o ar todos aqueles que não respeitassem a fronteira»¹⁷⁴.

Uma das principais preocupações das autoridades portuguesas era a de eliminar «bolsas de resistência republicana» que se encontrassem na fronteira portuguesa, tendo, para isso, atuado em conjunto com as autoridades espanholas sublevadas. Segundo Candeias, quando as autoridades tomavam conhecimento da presença de republicanos espanhóis em Portugal, «o Ministério do Interior autorizava, em regra, batidas às áreas onde estes se escondiam». Essas batidas «podiam ser realizadas pelas autoridades policiais portuguesas em colaboração [...] com o Exército», ou também «em colaboração com as autoridades espanholas» de modo a «limpar» a zona¹⁷⁵.

Também eram frequentes as batidas levadas a cabo pelas autoridades espanholas no seu lado da fronteira, como as efetuadas em agosto de 1937, junto à fronteira portuguesa do Alentejo. No dia 9 de agosto, o Chefe da PVDE de Ficalho dirigiu um relatório extraordinário à Secretaria Geral desta polícia, onde informava que, correndo na localidade o boato segundo o qual, durante a noite, «vários grupos armados de fugitivos marxistas» haviam atacado a povoação de Rosal de la Frontera, assaltando algumas casas e matando os seus proprietários, a PVDE entrou em contacto com as autoridades espanholas de Rosal, para apurar o ocorrido. Os acontecimentos foram confirmados pelas autoridades do país vizinho, que explicitaram que os assaltos ocorreram nos montes situados entre Aroche e Rosal¹⁷⁶.

¹⁷³ Ribeiro, Orlando (2021) [1.^a edição - 1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*, Lisboa, Letra Livre, p. 203.

¹⁷⁴ Candeias, Maria Fernanda (1997), *Op. Cit.*, p. 28.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 77.

¹⁷⁶ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia do relatório extraordinário da PVDE - Posto de Ficalho, dirigido à Secretaria Geral da PVDE (Lisboa), de 9 de agosto de 1937, MÇ 489, Liv. 1- DS/RE n.º 9, NT 363-1.

Informa ainda o relatório da PVDE de Ficalho, que, para «dar caça» aos fugitivos, o general Queipo de Llano enviou para Rosal duas colunas compostas por forças de *térccio*, *requetés* e falangistas, que percorreram os montes onde haviam ocorrido os crimes¹⁷⁷.

No entanto, as forças enviadas por Queipo de Llano não conseguiram eliminar os núcleos de republicanos naquela zona da Estremadura, que, por vezes, entravam em território português, tendo isso levado a uma operação conjunta entre as autoridades portuguesas e os nacionalistas espanhóis.

No dia 21 do mês seguinte, o Comandante da PSP de Beja, tenente Duarte Pernes, enviou um ofício ao Governador Civil do distrito, informando que no Concelho de Moura se encontravam «bastantes marxistas espanhóis [...] armados e municidados». Julgando «ser da máxima conveniência a limpeza imediata», sugere a execução de uma «rigorosa batida» por forças da polícia e tropas apeadas e montadas da GNR, pedindo por isso ao Governador Civil que solicite junto das instâncias superiores as medidas necessárias para resolver o problema¹⁷⁸.

O Governador Civil de Beja enviou uma cópia do ofício para o Ministério do Interior, que por sua vez informou o Diretor da PVDE, tendo esta polícia, a 1 de outubro, sugerido que a batida efetuada pelas autoridades portuguesas devia ser acompanhada por outra das autoridades espanholas, do seu lado da fronteira¹⁷⁹. No dia seguinte, o Ministro do Interior encarregou o Diretor da PVDE de tomar as diligências necessárias para efetuar a operação¹⁸⁰.

Na noite do dia 20 de outubro, apresentaram-se no Comando do Batalhão n.º 3 da GNR um tenente do Exército nacionalista espanhol, o Chefe do Posto da PVDE de Ficalho e o Comandante da PSP de Beja, solicitando a participação da GNR na batida que iria ocorrer do lado espanhol, em frente ao troço da fronteira portuguesa, entre Barrancos e Santo Aleixo. Após a autorização do Comando Geral da GNR, partiram, às 3 horas do dia 21 de outubro, para a

¹⁷⁷ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia do relatório extraordinário da PVDE - Posto de Ficalho, dirigido à Secretaria Geral da PVDE (Lisboa), de 9 de agosto de 1937, MÇ 489, Liv. 1 - DS/RE n.º 9, NT 363-1.

¹⁷⁸ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia do ofício do Comandante da PSP de Beja, dirigido ao Governador Civil de Beja, de 21 de setembro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 - DS/RE n.º 12, NT 363-1.

¹⁷⁹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Ofício do Diretor Geral da PVDE, dirigido Ministério do Interior, de 1 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 - DS/RE n.º 12, NT 363-1.

¹⁸⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Ofício do Ministério do Interior, dirigido ao Diretor Geral da PVDE, de 2 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 - DS/RE n.º 12, NT 363-1.

fronteira, em 2 camionetas fornecidas pela PSP, 2 oficiais subalternos (Comandantes das Secções de Beja e Moura) e 30 praças da GNR, e 30 elementos da PSP, com o objetivo de, em colaboração com o Chefe do Posto da PVDE de Ficalho, não permitir a entrada de espanhóis em Portugal, durante a batida efetuada pelas forças espanholas no seu território¹⁸¹. No final, a batida não teve os resultados esperados devido à chuva que obrigou as forças portuguesas a interromper a operação¹⁸².

Contudo, o controlo da fronteira persistiu, tendo, a 1 de novembro, o Comandante do Batalhão n.º 3 da GNR comunicado ao Comando Geral que a fronteira se encontrava «limpa», pelo que as forças da GNR recolheram aos seus postos¹⁸³.

Entre os muitos espanhóis que tiveram a má sorte de ser capturados em território português e devolvidos na fronteira aos franquistas, encontra-se o poeta Miguel Hernández, membro do Partido Comunista de Espanha (PCE) e combatente na Guerra Civil. Hernández encontrava-se em Madrid quando terminou o conflito. Nos dias seguintes decide ir a Orihuela (província de Valência) de onde era natural, para visitar a sua família. Daí, dias mais tarde, parte para Sevilha, com um salvo-conduto, tentando, sem sucesso, que um amigo ali lhe desse guarida em sua casa. Posto isto, decidiu ir para Portugal, ao encontro de uma poetiza amiga, na Cidade de Lisboa¹⁸⁴.

De acordo com Augusto Thassio, Hernández partiu de Sevilha a pé conseguindo pelo caminho boleia de um camião que o deixou a dois quilómetros de Aroche, povoação a que chegou a pé, tendo daí seguido para Portugal, depois de um breve descanso. No dia seguinte, chega à aldeia raiana portuguesa de Santo Aleixo da Restauração, no Concelho de Moura. Permaneceu pouco tempo em território português sem ser descoberto. A 4 de maio de 1939, Hernández foi detido em Moura, quando tentava empenhar um relógio que lhe haviam oferecido

¹⁸¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia do telegrama do Comandante da 2.ª Companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigido ao Comando Geral da GNR, de 21 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1. Cf. Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia da nota confidencial do Comando do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigida ao Comando Geral da GNR, de 21 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

¹⁸² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia do telegrama do Comandante da 2.ª Companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigido ao Comando Geral da GNR, de 22 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

¹⁸³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cópia da nota confidencial do Comandante do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigida ao Comando Geral da GNR, de 1 de novembro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

¹⁸⁴ Thassio, Augusto (2001), «Miguel Hernández, prisionero en Portugal y Rosal de la Frontera» in Rego, Miguel (coord.), *Op. Cit.*, pp. 50-51.

no casamento. «Daí foi levado para a casa-palácio do Marquês de Ficalho, [entretanto] transformada em prisão», onde permaneceu dois dias¹⁸⁵.

Segundo alguns relatos, Hernández foi entregue, na fronteira, por militares da GNR às autoridades franquistas em troca da recompensa de cinco pesetas. Encarcerado inicialmente em Rosal de la Frontera, passará, a partir de então, por diversos estabelecimentos prisionais, até ser, finalmente, condenado em janeiro de 1940 à pena de morte, pelo crime de rebelião, mas, a 29 de junho do mesmo ano a pena de morte é comutada em 30 anos de prisão. Gravemente doente, faleceu na prisão de Alicante a 28 de março de 1942, aos 32 anos¹⁸⁶.

3.2 OS REFUGIADOS DETIDOS: PRISÕES E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Tendo por base Dulce Simões, para fazer face à cada vez maior concentração de refugiados no Concelho de Barrancos, desde agosto de 1936, o Comandante da Secção da GF de Safara, tenente António Augusto de Seixas e o Comandante da Secção da GNR de Moura, tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares, acordaram dividir a área de que eram responsáveis em duas zonas. A zona da Coitadinha seria controlada por Infantaria e Cavalaria da GNR, com apoio do Exército Português, e a zona das Russianas ficaria sob a responsabilidade da GF, também auxiliada pelo Exército¹⁸⁷.

Os confrontos pela tomada de Oliva de la Frontera, a 21 de setembro, provocaram a fuga de refugiados para «junto ao Rio Ardila (do lado espanhol) em frente às herdades da Coitadinha e das Russianas», tendo os tenentes Augusto Seixas e Oliveira Soares, e o agente da PVDE, Júlio Lourenço Crespo, impedido a sua entrada em Portugal¹⁸⁸.

No relatório do tenente da GNR Oliveira Soares consta que até 22 de setembro, conforme as instruções recebidas, «todos os espanhóis que entraram na sua zona [(Coitadinha)] foram entregues à PVDE»¹⁸⁹. Segundo Simões, na noite do dia 21, o tenente Serrão da Veiga, do Regimento de Infantaria 17, de Beja acolheu na herdade da Coitadinha, um grupo de refugiados composto por 566 civis liderados por Ricardo Carrillo Almanso, 19 carabineiros chefiados por

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹⁸⁷ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, p. 236.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*, pp. 236-237.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 237.

Fermín Velázquez, 40 mulheres e 12 crianças. Ainda nessa noite, entraram na herdade das Russianas 300 refugiados, com o consentimento dos tenentes Augusto Seixas, Oliveira Soares e do agente Crespo¹⁹⁰.

Os espanhóis que entraram na Coitadinha, e que se encontravam armados, entregaram as armas e as munições às autoridades portuguesas sem oferecer resistência. «Os civis, pertencentes aos *Comités de Defensa*», enterraram as armas do outro lado da fronteira, junto ao rio, estando na posse apenas de navalhas, «que também tiveram de entregar». Daí que num grupo de centenas de homens, foram «apreendidas apenas 32 carabinas, 27 sabres, 17 caçadeiras, diversas munições e uma cesta de navalhas»¹⁹¹.

Nas Russianas, o tenente Seixas entregou a guarda do grupo de refugiados que aí se encontrava, ao cabo da GF Luís Ribeiro Venâncio, que devia identificar todas as pessoas. No posto da GF de Barrancos, Seixas recebeu um telefonema do Subsecretário da Guerra, capitão Fernando Santos Costa, que já estava a par das ocorrências. Santos Costa informou que o general Joaquim da Silveira Malheiro, Comandante da 4.º Região Militar, iria deslocar-se à Herdade da Coitadinha para comunicar as instruções de Salazar¹⁹².

Apesar do Governo português ter autorizado o acolhimento dos refugiados republicanos, depois da visita do Comandante da 4.º Região Militar para determinar as «condições do internamento», o Diretor Adjunto da PVDE, capitão Gaspar Marques de Oliveira deslocou-se ao posto da GF de Barrancos, interpelando o tenente Seixas sobre a situação e mostrando desagrado com a permanência dos espanhóis em território português. Seixas alegou que só cumpria as ordens, pelo que o oficial da PVDE disse que iria telefonar para Lisboa, com vista a inverter a situação. Na tarde de 24 de setembro, depois de «demorada conversação telefónica com Lisboa» e de se reunir com elementos da polícia de Badajoz, o Diretor Adjunto da PVDE abandonou Barrancos, pelo que, como afirma Dulce Simões, se pode depreender que Salazar não atendeu ao pedido de Marques de Oliveira¹⁹³.

«O número de refugiados aumentava diariamente», tornando a situação insustentável, pelo que o Subsecretário da Guerra proibiu, terminantemente, a entrada de espanhóis em território português. Para tal efeito, quando alguém tentasse atravessar a fronteira, as autoridades deviam

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 237-238.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 238.

¹⁹² Idem, *ibidem*, pp. 239-240.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. 240.

fazer fogo para o ar, no caso de não atenderem ao aviso e insistam em avançar para território português, o fogo devia ser feito «ao centro do alvo». A 2 de outubro, o general Joaquim da Silveira Malheiro, pressionado pelo capitão Aristides Coimbra, Comandante do Regimento de Infantaria 17, de Beja, e pelos tenentes Seixas e Oliveiras Soares da GF e GNR, respetivamente, mandou reforçar a fronteira com a Companhia de Caçadores 4, de Faro, «constituída por dois pelotões de atiradores e um pelotão de metralhadoras pesadas»¹⁹⁴.

Ainda assim, procurando passar em locais onde as características do terreno dificultavam o controlo das autoridades, várias dezenas de espanhóis tentaram a sua sorte em território luso. As maiores concentrações verificaram-se nas herdades da Coitadinha e das Russianas. Contudo, não eram reconhecidas oficialmente pelo Governo português¹⁹⁵.

A repressão dos sublevados, em Oliva de la Frontera provocava um aumento diário da fuga de espanhóis para Portugal, o que levou Seixas a solicitar, junto do Diretor da PVDE, a junção deste grupo ao grupo da Coitadinha, assim como o seu reconhecimento oficial por parte das autoridades portuguesas. Agostinho Lourenço não atendeu ao pedido de Seixas, tendo este, em seguida, entrado em contacto com as autoridades espanholas, com vista ao retorno dos espanhóis, porém com a condição de aquelas se comprometerem a não lhes fazer mal. Porém, não foi dada tal garantia e a efetivação de diversas incursões nos primeiros dias de outubro, de falangistas em território português para atacar os refugiados, levou a confrontos com as autoridades portuguesas¹⁹⁶.

A refugiada Manuela Martín fez uma lista onde constavam os nomes dos habitantes de Villanueva del Fresno que estavam na Coitadinha e nas Russianas, «para em caso de desaparecimento poder comprovar a sua presença». Possivelmente coagidos pelos sublevados, familiares e amigos enviavam «informações contraditórias» aos refugiados apelando ao seu regresso, assegurando-lhes que não corriam riscos; porém aqueles que o fizeram foram executados¹⁹⁷.

No campo das Russianas, o tenente Seixas recebeu, também, uma lista «elaborada pelos soldados Domingos Rodrigues Borrallho e Simão Tibúrcio Vidinha da GF, auxiliados por um

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 241.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 241.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 241-242. Espinosa Maestre, Francisco (2007), «Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do Niassa» in Simões, Dulce, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e Testemunhos, 1936*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Barrancos, p. 128.

¹⁹⁷ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, p. 243.

[refugiado] médico». O mesmo fez o agente Crespo, da PVDE, na Coitadinha, também com a ajuda de um refugiado. Mais tarde, o tenente Seixas «informou todos os espanhóis das Russianas, que tinha a “palavra de honra” das autoridades militares das suas localidades, [de que todos aqueles que] fossem indicados, [podiam regressar a casa, sem risco de sofrerem represálias]». Ainda assim ninguém foi enviado para Espanha contra a sua vontade¹⁹⁸.

Nos campos da Coitadinha e nas Russianas, os refugiados viviam em condições precárias, sem que lhes fosse fornecida alimentação. Com o consentimento das autoridades «circulavam entre os dois campos, partilhando comida e informações, e improvisando os seus próprios abrigos». Os refugiados da Coitadinha, «abasteciam-se de água no poço da Ferradura e lavavam-se na ribeira, onde podiam «comunicar com familiares, que muitas vezes os convenciam a regressar a casa»¹⁹⁹.

Os primeiros alimentos foram comprados, pelos refugiados, aos comerciantes barranquinhos, recorrendo ao dinheiro que tinham em sua posse. Os comerciantes, aproveitando-se da situação, cobraram preços exageradamente altos, o que indignou o tenente português, Jorge Serrão da Veiga, que fez com que no dia seguinte fosse descontado o valor que foi levado a mais na compra anterior. Porém, as economias dos refugiados esgotaram-se, e, «a partir do dia 30 de setembro, a alimentação passou a ser assegurada pelo rancho do Exército, [situado na] Coitadinha». «Os refugiados das Russianas nunca beneficiaram da alimentação, [dependendo da generosidade dos seus compatriotas do campo] da Coitadinha [e] de dádivas particulares», como no caso da subscrição que se abriu em Barrancos, para angariação de dinheiro, junto da população portuguesa²⁰⁰.

Na perspetiva de Dulce Simões, a adesão de Portugal ao Comité de Não-Intervenção, a 21 de agosto, e as pressões de organizações como a Cruz Vermelha Internacional, a Comissão de Refugiados da Sociedade das Nações, assim como as denúncias da imprensa estrangeira a respeito da situação que os refugiados viviam em Portugal, levaram Oliveira Salazar a solucionar este problema. Assim, o Governo português propôs ao Governo republicano o repatriamento de todos os espanhóis que se encontravam de forma irregular em Portugal. Para o efeito, Lisboa e Madrid acordaram no envio dos espanhóis para Tarragona. As autoridades republicanas aceitaram as condições apresentadas por Portugal. O Governo português

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 243-244.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 245-247.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 246. Idem (2007), *Op. Cit.*, p. 87.

encarregava-se das custas do repatriamento, sendo os espanhóis transportados num navio português até ao seu destino. Aqueles que não quisessem regressar, «nem seguir à sua custa para qualquer país estrangeiro, [ficariam] em Portugal», tendo de se sujeitar ao regime que o Governo português lhes destinasse, sem reclamações²⁰¹.

O Ministro do Interior encarregou-se da parte logística do repatriamento e o tenente Joaquim Gonçalves Duarte da Silveira, da PSP de Beja, organizou o transporte para Lisboa. O tenente comunicou as suas diligências ao Ministério do Interior, informando que nos dias 8 e 9 daquele mês, tinha promovido «a remoção para Moura de 1009 espanhóis dos campos da Coitadinha e das Russianas no Concelho de Barrancos, [...] tendo-os reunido na Praça de Touros». Daí, foram conduzidos para o comboio com destino a Santa Apolónia em Lisboa, onde embarcaram no *Niassa*, rumo a Espanha²⁰².

No dia 7 de outubro chegou a ordem para evacuar os refugiados. Na manhã do dia seguinte, o tenente Seixas, receando que a capacidade de transporte não fosse suficiente para tanta gente, «providenciou, duas camionetas em Safara», tendo o próprio conduzido uma das viaturas, ação que não agradou ao tenente Duarte da Silveira da PSP, que não dera ordem para a mobilização das viaturas. Ao chegar a Barrancos, constatou que «a operação estava praticamente concluída», tendo apenas transportado «35 crianças, 9 mulheres e um homem doente para Moura»²⁰³.

Salazar ao aperceber-se de tão elevado número de refugiados em Moura, «mandou instaurar um inquérito militar», que foi levado a cabo pelo major Manuel José Marques Júnior, do Comando Militar de Beja, tendo este, para o efeito, inquirido militares e civis. Os militares, nos seus depoimentos, justificaram a situação remetendo para «a falta de meios e de homens» para levar a cabo o controlo da fronteira com eficácia, assim como «as características físicas do terreno» que dificultaram a sua ação²⁰⁴.

Nas conclusões, Marques Júnior alega terem existido ordens contraditórias entre a Diretoria da PVDE, o Ministério da Guerra e o Comando Superior da Guarda Fiscal. Alegou que seria a PVDE quem deveria contabilizar o número de espanhóis nos campos, pois era a força policial responsável por «civis desarmados». Criticou, também, a retirada de Barrancos, a 24 de setembro, do Diretor Adjunto da PVDE, que em seu entender, devia ter, em colaboração com

²⁰¹ Idem (2016), *Op. Cit.*, pp. 251-252.

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 252.

²⁰³ Espinosa Maestre, Francisco (2007), «Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do *Niassa*» in Simões, Dulce, *Op. Cit.*, p. 129. Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, pp. 252-253.

²⁰⁴ Idem (2016), *Op. Cit.*, pp. 253-254.

as autoridades da GF, GNR e Exército, vigiado a fronteira. O major elogiou ainda o profissionalismo do tenente Augusto Seixas na forma como levou a cabo a sua missão de vigilância da fronteira e tratou os refugiados²⁰⁵.

O inquérito militar não apontou culpado algum. Ainda assim, sustentando a sua decisão com os gastos despendidos que a omissão do número de refugiados causou ao Estado, Salazar puniu o tenente Augusto Seixas com «dois meses de inatividade e passagem à reforma». Posteriormente, Seixas recorreu da sentença, tendo conseguido uma indemnização e a reincorporação na GF, em 1938. Foi-lhe atribuído o posto de Comandante da Secção de Sines, função que acumulou com as de Administrador do Concelho e Instrutor da Legião Portuguesa. Mais tarde, depois de passar à reserva, tornou-se num importante industrial²⁰⁶.

Em Santa Apolónia, «aos 1020 refugiados [que chegaram de Barrancos] juntaram-se [...] cerca de quatrocentos refugiados procedentes do Forte da Graça, em Elvas, dos fortes de Caxias e S. Julião da Barra, em Lisboa, e da delegação da PVDE do Porto». O *Niassa*, chefiado pelo Comandante António Bettencourt e com o capitão-tenente Forté Rebelo como Comandante de Bandeira, partiu para Tarragona com todos os espanhóis guardados por várias dezenas de agentes da PSP e 4 agentes da PVDE²⁰⁷.

Posteriormente, o capitão-tenente Forté Rebelo deu uma entrevista ao *Diário da Manhã*, sobre a viagem a Tarragona. Segundo este oficial, os refugiados eram esperados em Tarragona por «membros do comité local e alguns milicianos»²⁰⁸. Inicialmente, os refugiados «foram recebidos com o mais profundo desprezo e indiferença, com a exceção de um capitão da Guarda de Assalto e um capitão reformado»²⁰⁹. Já com todos os republicanos em terra, «o delegado marítimo, acompanhado por milicianos armados, subiram [a bordo do *Niassa*, interpellando Forté Rebelo a respeito de] três refugiados que eram esperados [naquela localidade espanhola]. Depois de se proporem a fazer uma «busca ao navio» para comprovar que não se encontravam lá os seus compatriotas, o que não foi permitido pelas autoridades portuguesas, abandonaram o navio, num clima de tensão, com os militares portugueses com as armas «em posições de defesa», e apoiados pelo contratorpedeiro *Douro*, pronto a intervir caso os espanhóis tentassem

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 253-254.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 255. Espinosa Maestre, Francisco (2007), «Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do *Niassa*» in Simões, Dulce, *Op. Cit.*, p. 140.

²⁰⁷ Simões, Dulce (2016), *Op. Cit.*, pp. 256-257.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 258.

²⁰⁹ *Diário da Manhã*, 17 de outubro de 1936, p. 1, citado por Idem, *ibidem*, p. 258.

tomar o *Niassa*. Entretanto, no cais tinham surgido «novos elementos armados em atitude hostil, entre os quais muitas mulheres de espingarda ao tiracolo», ouvindo-se gritos de hostilidade contra Portugal²¹⁰.

A situação levou à intervenção do cônsul português em Tarragona, que sugeriu a «imediata partida do navio, informando que os sete portugueses que deviam ser transportados para Lisboa não iam comparecer», o que levou o comandante Fortée a suspeitar do fuzilamento destes homens. Na entrevista ao *Diário da Manhã*, Fortée deu uma péssima imagem da situação que presenciou em Tarragona contribuindo para enegrecer, ainda mais, a imagem da República Espanhola junto das autoridades portuguesas²¹¹.

O desembarque em Tarragona «constituiu mais uma etapa» na vida destes refugiados. Muitos ingressaram no Exército republicano, tendo combatido nas mais variadas frentes, desde Aragão, Estremadura ou Madrid. Com a progressão do Exército de Franco, muitos deles viram-se confrontados com a prisão e com o exílio. Os que conseguiram sair de Espanha cruzaram a fronteira francesa, «durante os meses de janeiro de fevereiro de 1939», onde foram enviados para «campos improvisados», por decisão do Governo francês²¹².

²¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 258-259.

²¹¹ Idem, *ibidem*, p. 259.

²¹² Idem, *ibidem*, pp. 160-161.

4. A OPERAÇÃO DE CAMPO MAIOR, NOVEMBRO DE 1944

No dia 14 de novembro de 1944, uma operação luso-espanhola na Referta de Arronches, Minas da Tinoca, Ouguela e Degolados, no Concelho de Campo Maior, levou à captura de mais de duas dezenas de homens. Para melhor se entender este acontecimento, importa ter presente a conjuntura político-social em Portugal, nesse período.

Em agosto de 1943, Salazar cedeu aos britânicos bases militares nas ilhas Terceira e Faial e, no ano seguinte, aos norte-americanos na Ilha de Santa Maria, passando Portugal da «neutralidade geométrica» à «neutralidade colaborante». Pressionado para suspender a exportação de volfrâmio à Alemanha, o Governo português decidiu, a 12 de junho de 1944, suspender a venda do mineral a todos os países beligerantes. A política para «segurar» Franco e impedir a entrada da Espanha no conflito mundial estava a ter sucesso, em grande medida pela ação do embaixador português Pedro Theotónio Pereira. A visita a Lisboa, em dezembro de 1942, do ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, o aliadófilo general Francisco Jordana, visita mal vista por Berlim, «foi considerada o início da viragem» de Espanha da «não beligerância» para a «neutralidade»²¹³.

Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, Portugal procurou, cada vez mais, uma aproximação aos Aliados ocidentais. Política também seguida pela Espanha franquista que, depois de abandonar as tentações belicistas do início dos anos quarenta, apostou numa política de boas relações com Portugal, país visto como «ponte» com as potências ocidentais²¹⁴.

Embora a política exterior de Salazar estivesse a ser bem-sucedida, a situação social portuguesa estava longe de ser estável. Os anos da guerra foram marcados por alguma «agitação

²¹³ Rosas, Fernando (2008b), «O Estado Novo (1926-1974)» in Mattoso, José (direção), *História de Portugal*, Volume XIV, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 14, 27-29. Oliveira, Pedro Aires (2015), «Portugal no mundo» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva, p. 96. Torre Gómez, Hipólito de la, Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *História de una diferencia, Portugal y España. Ayer y hoy (1807-2019)*, Madrid, Sílex Ediciones, p. 230. Preston, Paul (1994), *Franco «Caudillo de España»*, Barcelona, Grijalbo, pp. 423-424, 446-447, 457-458 e 602.

²¹⁴ Torre Gómez, Hipólito de la, Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *Op. Cit.*, p. 223. Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *Franco y Salazar. La respuesta dictatorial a los desafíos de un mundo en cambio. 1936-1968*, Madrid, Sílex Ediciones, pp. 111-112. Preston, Paul (1994), *Op. Cit.*, p. 447.

social». Segundo Fernando Rosas, «a sucessão de importantes greves intersectoriais e regionais, entre 1942 e 1944, onde se notará uma crescente politização marcada pelo reforço da influência do Partido Comunista Português nesses movimentos» marcou profundamente a conjuntura política portuguesa²¹⁵.

«A visão portuguesa no final da guerra era, assim, essencialmente defensiva. O principal objetivo era manter a estabilidade do regime e do Império»²¹⁶. A perspectiva da vitória dos Aliados na Grande Guerra provocou nos movimentos oposicionistas ao Estado Novo a esperança da inevitável queda do regime, que viam como semelhante ao alemão e ao italiano. O ambiente de contestação social e o «ciclo grevista [...] capitalizado [pelo Partido Comunista Português,] foi também acompanhado pela formação, em 1943, [do] Movimento de Unidade Nacional Antifascista [(MUNAF)], uma plataforma unitária de combate [ao Estado Novo], integrada por diversos setores da oposição, com [grande influência do PCP]»²¹⁷.

Motivadas pela «escassez de géneros», pelos «salários rurais precários» e sobretudo pelo «início do racionamento do pão (anunciado em abril)», as greves de 8 e 9 de maio de 1944 foram «o último arranque significativo dos embates sociais da guerra». Este fenómeno propiciou «um ambiente de agitação no Ribatejo e na região “saloia”»²¹⁸.

A 7 de maio, o Partido Comunista Português apelou à «greve de dois dias nas fábricas e nos campos da região de Lisboa», tendo esta especial adesão a norte do Tejo, o que provocou uma paralisação significativa na região²¹⁹. O Ministério do Interior, em colaboração com o Ministério da Guerra, interveio de forma severa, tendo sido efetuadas «um grande número de prisões», e os grevistas concentrados, posteriormente, nas Praças de Touros de Vila Franca de Xira e do Campo Pequeno, em Lisboa²²⁰. Os grevistas foram despedidos e, «salvo licença do Ministério da Guerra, não podiam ser aceites até ao final de 1944 em nenhuma fábrica dos

²¹⁵ Rosas, Fernando (2008b), *Op. Cit.*, p. 64.

²¹⁶ Telo, António J. (2007), «As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da U.N.L., p. 143.

²¹⁷ Torre Gómez, Hipólito de la, Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *Op. Cit.*, p. 242.

²¹⁸ Rosas, Fernando (2008b), *Op. Cit.*, pp. 71-72.

²¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 72.

²²⁰ Serrão, Joaquim Veríssimo, s.d., *História de Portugal*, Volume XV [«Da II Guerra à morte do marechal Carmona (1941-1951)»], s.l., Verbo, pp. 72-73.

distritos de Lisboa e Setúbal». A medida foi aplicada a mais de metade dos implicados, «sendo que aos “dirigentes” e “chefes de indústria” [...] couberam “penas mais graves”»²²¹.

A repressão aplicada aos grevistas dos meios rurais era menos eficaz do que a aplicada nas fábricas, o que permitiu a durabilidade das greves nos campos depois de maio de 1944 e a sua extensão ao Alentejo²²².

Esta realidade levou ao endurecimento das medidas repressivas por parte do Estado, assim como a um maior desgaste político do Governo, o que terá provocado a convocação do II Congresso da União Nacional (UN), que teve lugar entre os dias 25 e 28 de maio de 1944²²³, e posteriormente, a importante remodelação ministerial de 6 de setembro do mesmo ano, na qual foram entregues as pastas do Interior e da Guerra, ao tenente-coronel Júlio Botelho Moniz e ao capitão Fernando dos Santos Costa, respetivamente²²⁴.

Salazar, para fazer face à ameaça ao regime, desenvolveu um conjunto de ações para assegurar o controlo das Forças Armadas, instituição fundamental para a sobrevivência do Estado Novo. De acordo com Fernando Rosas, nos anos de 1943 e 1944, sucederam-se diversas deslocações dos Chefes militares às unidades, assim como «grandes paradas intimidatórias de tropa e material bélico»; «manobras da Legião Portuguesa, [pronta a atuar] em cenário de guerra civil»; e um «drástico reforço [em] todo o aparelho militar e policial», promovido pelo novo Ministro da Guerra, Santos Costa²²⁵.

Santos Costa colocou oficiais da sua confiança «nos principais Comandos das Forças Armadas, bem como da PSP, da GNR, e da Legião». «Os Governadores Civis [foram] igualmente substituídos pelo novo Ministro do Interior», por indivíduos conotados com a ala dura do regime²²⁶.

É neste contexto de endurecimento da repressão do regime português, para assegurar a sua manutenção, que vão ocorrer os acontecimentos de Campo Maior, os quais vão ser acompanhados pelo Ministro Santos Costa.

²²¹ Rosas, Fernando (2008b), *Op. Cit.*, p. 73.

²²² Idem, *ibidem*, p. 75.

²²³ Idem, *ibidem*, p. 84.

²²⁴ Maltez, José Adelino (2005), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI, Volume II. (1910-2005)*, Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Lda, pp. 425-426.

²²⁵ Rosas, Fernando (2008b), *Op. Cit.*, pp. 83-84.

²²⁶ Idem, *ibidem*, p. 86.

4.1. OS CONTACTOS PRÉVIOS ENTRE AS AUTORIDADES PORTUGUESAS E ESPANHOLAS

Os campomaiorenses viram-se confrontados com os dramas do conflito espanhol logo após o deflagrar do mesmo. No primeiro mês da guerra, presenciaram os bombardeamentos da cidade vizinha de Badajoz e testemunharam o êxodo dos fugitivos espanhóis que em Campo Maior procuraram refúgio.

Pela proximidade geográfica a Espanha, os habitantes da Vila de Campo Maior não podiam ser alheios ao que se passava no país vizinho (ver Anexo). Assim como ao longo de toda a raia portuguesa, os seus habitantes foram envolvidos, de forma voluntária ou não, nos problemas resultantes da Guerra Civil Espanhola, problemas que, como referimos, se prolongaram muito para além de 1939.

O número de refugiados espanhóis no Concelho de Campo Maior «foi grande, ainda que seja impossível de quantificar». De igual modo não se pode traçar um perfil que se adequa a todos os que ali procuraram refúgio. Para muitos, Campo Maior foi um «local de passagem», tendo permanecido pouco tempo naquele concelho; para outros «constituiu [um] ponto de [...] abrigo», durante vários anos²²⁷.

Como assinalou Luís Cunha, sobre a situação destes refugiados, «não se tratava apenas de um exílio, mas também de uma clandestinidade», uma vez que tinham também de permanecer incógnitos no país onde se refugiavam, neste caso Portugal. Face a esta realidade, estes homens nunca conseguiram uma integração efetiva na sociedade portuguesa²²⁸.

Embora as forças policiais tivessem dificuldade em efetuar um controlo rigoroso do território, havia por parte do poder local uma constante preocupação a respeito da entrada de espanhóis em Campo Maior, como se pode verificar no registo de correspondência da Câmara Municipal de Campo Maior, no ano de 1944, onde se encontra inúmeras referências a espanhóis. Em junho do ano anterior, o Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior havia

²²⁷ Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 254-255.

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 297.

já alertado o Governador Civil de Portalegre a respeito da existência, no seu Concelho, de «refugiados espanhóis que, para obter alimentos, praticavam assaltos à mão armada»²²⁹.

Importa ter presente que a operação de novembro de 1944 não foi pioneira. A Referta, «região arborizada entre a vila espanhola de Albuquerque e as aldeias portuguesas de Ouguela e Degolados, ambas no Concelho de Campo Maior, [foi nos anos 40,] território de refúgio de [inúmeros] republicanos espanhóis», o que provocou diversas ações na zona, por parte das autoridades portuguesas para os capturar, não tendo, no entanto, nenhuma delas tido sucesso²³⁰.

A área do «triângulo» formado pelos limites, «Campo Maior-Degolados até à fronteira [e,] Campo Maior – Ouguela – [Rio] Xévara e a fronteira compreendida, [era] conhecida [como] “República de Andorra”», por ali ser recorrente a prática de contrabando e não haver controlo efetivo das autoridades portuguesas, podendo os clandestinos e os contrabandistas movimentarem-se com relativa liberdade. Era uma fronteira sujeita a toda a «infiltração». Do lado espanhol as autoridades substituíram os carabineiros por guardas civis, uma vez que os primeiros também não efetuavam um controlo rigoroso do território²³¹.

Um dos motivos para o insucesso das autoridades nas anteriores operações foi o facto dos refugiados serem avisados, previamente, das suas incursões. João Pires Marchã São Pedro, «antigo funcionário do Município campomaiorense [e] membro forçado da Legião Portuguesa», era quem alertava os refugiados, deslocando-se, para isso, de bicicleta até à Referta, onde aqueles se acoitavam²³².

Há que mencionar, também, o nome de António Abrantes, Comandante do Posto da GNR que, em colaboração com o agricultor campomaiorense Francisco Candeias Azinhais, impediu a prisão de inúmeros refugiados em Campo Maior, e «encaminhou outros para o exílio no México, através da Embaixada deste país»²³³.

²²⁹ Vieira, Rui Rosado (2020), «Refugiados da Guerra civil de Espanha em Campo Maior» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época), p. 113.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 113.

²³¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²³² Vieira, Rui Rosado (2020), *Op. Cit.*, p. 114.

²³³ Idem, *ibidem*, p. 114.

A presença constante de indocumentados obrigou a uma maior vigilância por parte das autoridades contrárias à sua presença, que identificavam os cidadãos estrangeiros suspeitos, que se encontrassem no concelho²³⁴. A 12 de setembro de 1944, foi entregue na fronteira, por ordem da PVDE, um espanhol que havia sido detido em Campo Maior²³⁵. Verificamos, de igual forma, que, quando necessário, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia prestava assistência a cidadãos do país vizinho, tendo no dia 18 do mesmo mês, uma mulher espanhola recebido alta²³⁶. Contudo, constatamos que três dias mais tarde um homem, também de nacionalidade espanhola, se evadiu do mesmo hospital, o que nos permite depreender que estava indocumentado ou era procurado pelas autoridades e temia ser detido²³⁷.

A PVDE havia detetado a presença de clandestinos espanhóis, quer em Lisboa quer junto à fronteira portuguesa, estando estes – segundo informou o relatório desta polícia de 30 de agosto de 1944 – a ser subsidiados pela USC, ou «*Unitarian*», como era comumente denominada. O autor do relatório apelou, ainda, para que se pusesse termo à atividade da USC em Portugal, pois, segundo o mesmo, a organização não correspondia à «hospitalidade que lhe foi concedida pelo Governo português»²³⁸.

Como vimos anteriormente, esta organização prestou auxílio a refugiados que se encontravam em Portugal, essencialmente de nacionalidade espanhola. Dirigida em Lisboa (onde dispunha de um escritório com «oito membros permanentes» em 1943) «primeiro pelo casal Sharp e, depois, por Charles Rhind Joy», a USC tinha como principal operacional um

²³⁴ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior, Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 3, (1941-1946), Serviços Administrativos; Pasta 47, GNR, solicita identificação de indivíduo, de 12 de maio de 1944. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior, Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 3, (1941-1946), Serviços Administrativos; Pasta 47, Secção da GF de Campo Maior, solicita informação sobre documentação de um espanhol, de 13 de dezembro de 1944.

²³⁵ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior; Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 3, (1941-1946), Serviços Administrativos, Pasta 47, Ordem da PVDE para entregar um espanhol na fronteira, de 12 de setembro de 1944.

²³⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior; Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 3, (1941-1946), Serviços Administrativos, Pasta 47, Santa Casa da Misericórdia informa da alta de uma doente espanhola, de 18 de setembro de 1944.

²³⁷ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior; Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 3, (1941-1946), Serviços Administrativos, Pasta 47, Santa Casa da Misericórdia informa da evasão de um doente de nacionalidade espanhola, de 21 de setembro de 1944.

²³⁸ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

agente dos Serviços Secretos soviéticos, o norte-americano Noel Field, «que atuava a partir da Suíça»²³⁹.

No referido relatório, a PVDE acusou a organização de Field de «desvirtuar» as suas funções e ainda de atentar contra a «soberania portuguesa». Após diligências policiais, alguns destes espanhóis com ligações à USC foram localizados e detidos em Lisboa; contudo, parte deles continuava livre, nomeadamente os que se encontravam no Concelho de Campo Maior, junto à fronteira com Espanha²⁴⁰.

No mês de agosto, a polícia política portuguesa dispunha já de algumas informações a respeito dos detidos em Lisboa. Eram eles: Joaquín Aspano Duran, membro das brigadas internacionais; Antonio Gallego Orellana, estudante de ideologia comunista; Antonio Pérez Sánchez, membro das brigadas internacionais e descrito pela PVDE como sendo um «elemento dos piores» e «bandido»; Pedro Tirado Navarro, militar de carreira, com patente de tenente-coronel, instrutor na Escola de Oficiais de Sabadell e usava o nome falso de Pedro Romero Rodriguez; Francisco Cacilla Gutiérrez, simples indocumentado a quem a USC retirou o subsídio; Vicente Robles Saavedra, tenente de Infantaria, recusou-se a aderir à sublevação de 18 de julho de 1936, tendo sido preso e condenado a 30 anos de prisão, vindo mais tarde a ser indultado e posto em liberdade em dezembro de 1943; Ramon Zama Aguza, antigo motorista em Badajoz, combateu na Guerra Civil tendo atingido a patente de capitão, tendo comandado uma companhia de carros na frente de Teruel; e Jaime Camp Obiols, natural da Catalunha, que apresentou documentos falsos. Este último, criado de bordo, estava em Cuba quando eclodiu a Guerra Civil tendo adquirido passaporte mexicano para poder vir combater no Exército republicano. Falava inglês fluentemente e era descrito pela PVDE como «bastante esperto e perigoso»²⁴¹.

Para além destes homens, foi também preso, em Lisboa, um português cujo nome a PVDE não referiu no relatório policial. Tratava-se, segundo esta polícia, de um agente de ligação entre a USC e os refugiados. Aquando da captura desse português, foi encontrado em sua casa um

²³⁹ Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Volume II: «Duarte», *O Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, p. 164-165.

²⁴⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

clandestino que inicialmente se apresentou como inglês, havendo pouco depois confessado ser um advogado alemão que abandonou a Alemanha em junho de 1944, para fugir à guerra e que pretendia seguir para Inglaterra. Segundo informou a PVDE, os serviços ingleses demonstraram grande interesse em que o alemão seguisse para Inglaterra²⁴².

Entretanto, foram apreendidos vários documentos aos presos, que provavam que estes recebiam subsídio da USC, assim como correspondência vinda de Espanha, que lhes era entregue na sede da organização, em Lisboa²⁴³.

No decurso da preparação da operação de novembro em Campo Maior, a Guarda Civil espanhola informou a PVDE da ocorrência de diversos roubos na linha de Albuquerque, tendo identificado os seus autores como sendo «indivíduos de nacionalidade espanhola, que residem em Portugal, todos eles de ideias extremistas». Segundo as autoridades espanholas estes homens eram procurados pela justiça, pelos atos praticados durante o «domínio vermelho»²⁴⁴.

De acordo com o relatório que a Guarda Civil facultou à PVDE, os roubos tiveram lugar nos locais: de Pesquerito, em Villar del Rey; no local de La Valenciana, em La Roca de la Sierra; em Albuquerque; e, no local de La Vica, em Codosera²⁴⁵.

Segundo as autoridades espanholas, os assaltos eram cometidos por grupos compostos por cerca de 9 indivíduos, que atuavam sempre de forma semelhante. Esperavam o fim da tarde nas proximidades da casa a assaltar e, na altura certa, apresentavam-se como querendo comerciar café ou qualquer outro produto de contrabando. Uma vez dentro da casa, ameaçavam os proprietários com pistolas e exigiam grandes quantidades precisas de dinheiro que sabiam de

²⁴² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴⁵ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

antemão estarem em posse dos proprietários, resultante da venda de gado ou de qualquer outra coisa²⁴⁶.

Na perspetiva da Guarda Civil os «atracadores» eram homens bastante experientes, uma vez que conheciam o dinheiro existente nas casas e sabiam como neutralizar os proprietários, que, sendo considerados «homens temidos» e de «pouco carácter», nunca nenhum deles se atreveu a oferecer resistência, limitando-se, no dia seguinte, a dar conhecimento do ocorrido aos Comandantes de Posto. Contudo, as diligências das autoridades tiveram sempre poucos resultados²⁴⁷.

As autoridades tinham os fugitivos localizados e sabiam, de igual modo, que estes estavam divididos em dois grupos. Um grupo era chefiado por Juan Rodriguez Iglesias, conhecido como «el Pitones», natural de La Roca, e o outro grupo, por Raimundo Duro Bueno, conhecido por «el Duro», natural de Albuquerque²⁴⁸.

Um dos grupos – a Guarda Civil não esclareceu qual – era constituído: por dois irmãos, conhecidos como «los Alemanes», habitantes de Albuquerque; um individuo cujo nome não é referido, habitante de Puebla Obando; por um conhecido como «el Sevillano»; por outro conhecido como «el Rondeño»; e, ainda por um outro cujo nome as autoridades não identificaram, mas que sabiam ter sido oficial do Exército republicano e que ia com frequência a Lisboa receber dinheiro. Mais tarde a PVDE descobriu tratar-se do tenente-coronel Pedro Tirado Navarro, detido em Lisboa²⁴⁹.

Os elementos deste grupo residiam em cabanas ou casas, situadas perto da fronteira, nas proximidades de uns terrenos denominados «La Clerva» e nas proximidades do lugar fronteiriço de Higuela. O seu raio de ação compreendia a área entre Villar del Rey e La Roca de la Sierra, atuando também na província de Cáceres, como na ocasião em que venderam uma

²⁴⁶ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴⁷ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴⁸ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁴⁹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

mercadoria a uns contrabandistas de Albalá (Cáceres), e vários quilómetros depois, disfarçados de guardas de fronteira, surpreenderam os mesmos, roubando-lhes o café que antes haviam vendido e cujo valor rondava as 7000 pesetas, segundo consta no relatório da Guarda Civil²⁵⁰.

O outro grupo era composto por indivíduos de San Vicente de Alcántara. Eram eles: Joaquín Rabazo Calvo; Manuel, conhecido como «el Carapeto»; Santiago, conhecido como «el Motolo»; um indivíduo conhecido como «el Fillo»; e, por Francisco Giménez García, que se apresentava com o nome falso José Herrera Matos, alcunhado de «el Pintor ou el Retratista». Este último era tenente de Engenharia e ex-combatente da guerra de Espanha. Faziam ainda parte deste grupo outros homens não identificados. Estavam refugiados perto da Rio Abrilongo, vivendo, tal como os elementos do outro grupo, em cabanas. Cabanas estas perfeitamente detetáveis, como aquela em que vivia «el Pintor», a cerca de 150 metros da fronteira²⁵¹.

Era sabido pelas autoridades espanholas que este grupo havia perdido o dinheiro no jogo e que por isso tiveram de procurar trabalho, alguns deles em Portugal. Segundo as autoridades todos se dedicaram, inicialmente, ao contrabando, tendo mais tarde passado a efetuar assaltos. Jogavam com frequência, chegando a amealhar quantias significativas de dinheiro²⁵².

Embora conseguissem quem lhes dessem emprego em Portugal, faltavam ao trabalho com frequência, coincidindo as datas das faltas com as datas dos assaltos em território espanhol. Quando regressavam eram vistos na posse de pesetas que trocavam na chamada «bolsa negra»²⁵³.

A Guarda Civil espanhola estimava que o número de fugitivos que se encontravam na área compreendida entre Arronches, Campo Maior e Elvas, podia ascender a um total de 200

²⁵⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

homens: 150 sem atividade suspeita e dos restantes 50, que se encontram próximos da fronteira, 20 deles podiam ser considerados «mais perigosos»²⁵⁴.

A polícia portuguesa deteve em Lisboa Francisco Victor Romero, elemento que fazia a ligação entre a USC e os refugiados que se encontravam em Campo Maior. O grupo que ali se encontrava estava em contacto com Lisboa através de dois elementos: João Peralta, deixado em liberdade até à noite de 13 para não alarmar os refugiados; e, Juan Gil, sendo este último um antigo juiz dos Tribunais Militares durante a Guerra Civil. Gil era quem tratava dos abonos com Peralta e, em sua casa, recebia correspondência para o grupo. Para tratar de assuntos de maior relevância iam a Lisboa outros elementos, entre os quais o Duro. Um importante elemento do grupo era conhecido como «el Andaluz», o qual tinha um papel relevante nas relações com a USC, sendo ainda, juntamente com o Duro, «o grande auxiliar de Pedro Tirado Navarro», um dos que havia sido preso em Lisboa²⁵⁵.

A preparação da operação exigiu por parte das autoridades portuguesas vários meses de diligências para localizar muitas das cabanas onde se acoitavam os espanhóis. A área onde incidiu a ação das autoridades «era limitada a sul do Rio Abrilongo, a este pelo Rio Xévora e a oeste pela ribeira dos Meloais».

As autoridades tiveram a preocupação que os preparativos fossem realizados no maior sigilo e que a operação não ocorresse muito tempo depois dos primeiros contactos com os Comandos, para evitar fugas de informação. De igual modo evitou-se troca de «ofícios, telegramas e telefonemas»²⁵⁶.

No relatório produzido pela PVDE, a 20 de novembro de 1944 – não assinado, mas provavelmente escrito pelo inspetor António Roquette, uma vez que era o elemento da PVDE com patente mais elevada – está indicado que o primeiro contacto foi feito por esta polícia no dia 9 de novembro. A PVDE contactou o Comandante-geral da GNR, que forneceu uma

²⁵⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵⁵ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵⁶ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

credencial onde autorizava o Comandante do Batalhão de Évora a pôr à disposição da PVDE «o máximo de forças de infantaria e cavalaria»²⁵⁷.

Ao meio dia de 10 de novembro, na posse da credencial, agentes da PVDE falaram com o Comandante do Batalhão de Évora, que horas mais tarde lhes entregou um ofício para o Comandante da Companhia aquartelada em Portalegre. Após receber as instruções do Gabinete do Ministro da Guerra, a 11 de novembro, o autor do relatório da PVDE, teve dois encontros com o Comandante do Regimento de Cavalaria 1, de Elvas (RC1), coronel Coutinho de Castro²⁵⁸, tendo ainda, no intervalo destes, viajado a Portalegre para apresentar o ofício que recebeu em Évora. Ainda no mesmo dia, «recorrendo a conhecimentos do tempo da guerra de Espanha,» o inspetor da PVDE encontrou-se em Badajoz com o Chefe de Estado-Maior da Região, o tenente-coronel Galea. Este contactou o Governador Civil, de quem dependia a Guarda Civil. O inspetor português conseguiu ainda falar com o Comissário Chefe da Polícia, que por sua vez contactou o Governador Civil. Segundo o relatório do inspetor da PVDE, a celeridade com que este pretendia efetuar as diligências deixou as autoridades espanholas assustadas²⁵⁹.

Na manhã do dia seguinte – dia 12 – partiu para Albuquerque um emissário e amigo do inspetor, com a intenção de se encontrar com o Comandante da Companhia da Guarda Civil local, o capitão Rafael Quintanilla. Nessa noite, o inspetor reuniu-se com o Governador Militar de Badajoz e com o Chefe de Estado-Maior da região. A partir desse momento, «todas as dificuldades desapareceram». Foram dadas ordens no sentido de por à disposição da PVDE, se necessário, «viaturas, munição, etc»²⁶⁰.

Foi marcada uma reunião para as 7 horas do dia seguinte – dia 13 – no quartel da Guarda Civil de Badajoz, com o tenente-coronel Navarrete e com o capitão Quintanilla, com quem, no dia anterior, havia contactado o emissário. Na reunião foi definida a distribuição das forças

²⁵⁷ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁵⁸ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944. Pessoa, Carlos, «Campo Maior, 1944 – A operação secreta que abalou o Alentejo», *Jornal Público*, de 3 de abril de 2011. (Disponível em: [Campo Maior, 1944 - A operação secreta que abalou o Alentejo | PÚBLICO \(publico.pt\)](http://www.publico.pt)).

²⁵⁹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

espanholas no terreno. A somar ao efetivo normal dos postos, o 206º Comando Rural da Guarda Civil distribuiu, ao longo da fronteira portuguesa, um total de 78 homens a partir das 6 horas do dia 14 de novembro, com o objetivo de capturar aqueles que cruzassem a fronteira para Espanha no decorrer da batida realizada do lado português²⁶¹.

As forças portuguesas eram compostas por:

- i) 1 esquadrão misto, do RC1, de Elvas, composto por um pelotão a cavalo a 5 esquadras e um pelotão auto a 3 secções, comandado pelo entretanto promovido a capitão, Oliveira Soares e pelos alferes Laranjeira e Nunes da Silva;
- ii) 50 homens da GNR, dos quais 12 de Cavalaria, comandados pelo capitão Freixo e pelo tenente Duarte (Comandante da Secção de Elvas);
- iii) 5 polícias da PVDE, o inspetor Roquette e os agentes Barros, Mesquita, Casaca Velez, e Lemos²⁶².

O esquadrão do RC1 posicionou-se ao longo do Rio Abrilongo, até ao limite, em frente a La Cierva; a GNR posicionou-se no Rio Xévora e no restante do Abrilongo. O capitão Oliveira Soares posicionou-se, juntamente com 2 agentes da PVDE, no flanco esquerdo entre os dois regatos afluentes do Abrilongo. Na confluência entre os Rios Xénova e Abrilongo, posicionaram-se o capitão Freixo, o tenente Duarte, o inspetor Roquette e dois agentes da PVDE. Ao centro, na direção de La Cierva, posicionou-se o alferes Nunes da Silva, tendo ficado o alferes Laranjeira encarregado de estabelecer as ligações entre as forças²⁶³.

No plano de operações as forças portuguesas deviam avançar sobre as cabanas e os montes onde se refugiavam os clandestinos, forçando-os a fugir na direção da fronteira, onde seriam intersetados, do outro lado, pelos militares da Guarda Civil espanhola. A primeira batida devia estar concluída até às 11 horas do dia 14, ficando combinada uma reunião posterior entre

²⁶¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

polícias e militares dos dois países, num monte em frente a La Barrosa, embora o relatório não esclarecesse se do lado português ou do espanhol²⁶⁴.

No dia 13, o Comandante da Secção da GNR de Elvas comunicou o plano das operações ao Comandante da Companhia de Portalegre, enquanto que no RC1 se tomavam os últimos preparativos²⁶⁵. No dia seguinte, o Ministério da Guerra informou o Comandante da 4.^a Região Militar, que autorizou o RC1, de Elvas, a colocar os seus efetivos ao dispor da PVDE²⁶⁶.

Nas últimas horas do dia 13, as forças portuguesas encaminharam-se para seus postos. Devido a uma avaria no camião, o capitão Freixo chegou atrasado ao cruzamento das estradas de Campo Maior e Degolados, local onde ficou acordado reunir-se com o tenente Duarte, o inspetor Roquette, dois agentes da PVDE e João Peralta, um dos agentes de ligação dos refugiados com Lisboa, entretanto «raptado» em Campo Maior, pelos agentes da polícia política²⁶⁷.

Pouco depois das 2:30 horas do dia 14, reuniram-se todas as forças. Para fazer face ao frio «intensíssimo» distribui-se aguardente aos militares. Daí partiram por «caminhos ásperos e duros» com a ajuda de um popular que se prontificou servir de guia até ao regato dos Meloais, onde chegaram por volta das 4:00 horas. Meia hora depois, era detido um português que se dirigia a cavalo em direção a Campo Maior, tendo aguardado num camião o término da operação. As ordens eram claras, qualquer individuo que tentasse atravessar o Rio Abrilongo, num ou noutro sentido, deveria ser detido²⁶⁸.

Preparadas, nos seus postos, as forças portuguesas aguardaram a «hora H» para iniciar a batida.

²⁶⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶⁵ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶⁶ Arquivo Histórico Militar, Fundos Orgânicos (confidenciais), Série 47, Caixa 44, Telegrama secreto do Gabinete do Ministro ao Comandante da 4.^a Região Militar, de 14 de novembro de 1944.

²⁶⁷ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁶⁸ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

4.2. O DECURSO DA OPERAÇÃO

Às 6:30 horas – «hora H» – teve início a operação. Ainda não tinha passado meia hora e já a Guarda Civil havia capturado «três dos mais célebres bandidos», Talaverano, Pintor e Duro. Os restantes, afugentados pelos militares portugueses, procuraram cruzar a fronteira, sendo, também eles, capturados pelas forças espanholas. Em território português os militares revistaram as cabanas onde viviam os refugiados, sendo estas mais numerosas do que o previsto. No seu interior foram encontrados documentos. A primeira fase da operação foi concluída com «ótimos resultados»²⁶⁹.

Entretanto, as autoridades encontraram um português esfaqueado no pescoço e no ventre. Segundo o próprio, o autor da agressão fora um espanhol, no contexto de uma discussão, depois de terem bebido muito. Porém, segundo o autor do relatório policial, constava que o português e o espanhol teriam feito um assalto, onde conseguiram uns milhares de pesetas, tendo-se desentendido na altura de dividir o lucro. As autoridades portuguesas foram a Ouguela procurar o espanhol, na casa da amante de onde havia saído às 2:00 horas. As autoridades cercaram a povoação e revistaram várias casas, não tendo logrado encontrá-lo. A amante foi detida e levada para Campo Maior para lhe ser aplicada uma multa²⁷⁰.

As pessoas que se encontravam nos campos foram «sistematicamente interrogadas» pelas autoridades, para averiguar a sua nacionalidade. «O critério de captura era claramente a língua [, que] surgia como elemento de identificação imediata»²⁷¹.

Em seguida, foi realizada uma batida no flanco esquerdo, entre o Rio Abrilongo e a fronteira, com o objetivo de «limpar» a zona e, no regresso a Elvas, foram cercadas as Minas da Tinoca. Às 6:00 horas os militares estavam a caminho pela estrada de Degolados. Bateram, de forma sistemática, montes, cabanas e palheiros. Cipriano Camacho Cerezo (o célebre Tortilla), «temido salteador e ex-combatente vermelho», e Juan Rodriguez Iglesias (Pitones),

²⁶⁹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷¹ Cunha, Luís (2006), *Op. Cit.*, pp. 306-307.

cabecilha de um dos grupos, ao aperceberem-se da presença das forças portuguesas, fugiram na direção da fronteira. Acabaram ambos capturados pela Guarda Civil²⁷².

Continuaram as batidas nos locais onde, hipoteticamente, podiam pernoitar os fugitivos. Seguiu-se a perseguição de um «bandido», que tendo conseguido fugir para Espanha, acabou, também ele, nas mãos das autoridades espanholas. Tratava-se de Manuel Hidalgo Rodriguez, «comunista convicto», com muitos processos em Espanha e que havia escapado da prisão de Badajoz²⁷³.

Como combinado, pelas 11:00 horas reuniram-se em frente a La Barrosa, os agentes da PVDE, oficiais espanhóis e o Comandante do RC1, de Elvas, com alguns oficiais da mesma Unidade, onde assistiram ao interrogatório de algumas mulheres encontradas nas cabanas onde se acoitavam os espanhóis²⁷⁴.

Na tarde do mesmo dia, depois das 16:00 horas, foi efetuado o cerco às Minas da Tinoca. A GNR não esteve presente nesta ação, uma vez que se considerou a sua participação desnecessária, tendo as suas forças regressado a Campo Maior pela estrada de Ouguela. Nas Minas da Tinoca foram presos 6 homens, tendo um deles sido baleado numa nádega quando tentava fugir²⁷⁵.

Após esta ação, as autoridades deram a operação por concluída, seguindo-se a análise do material apreendido²⁷⁶. A ausência de mortos ou feridos da parte das autoridades permite-nos concluir que os refugiados, embora armados, não ofereceram resistência violenta ao ato da captura, ao contrário do que aconteceu dois anos depois em Cambedo da Raia.

²⁷² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷⁵ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁷⁶ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

No relatório policial não consta que as autoridades portuguesas tenham feito mortos. Contudo, na publicação da segunda quinzena de dezembro de 1944 do jornal *Avante!*, *Órgão Central do Partido Comunista Português*, é referido que «quando eram conduzidos para a fronteira, para serem entregues aos pelotões falangistas, alguns refugiados tentaram fugir, mas foram imediatamente abatidos a tiro». Refere ainda o mesmo artigo que houve alguns protestos por parte de soldados portugueses, desagradados com as ordens recebidas, nomeadamente a apreensão dos bens dos refugiados²⁷⁷.

No mês seguinte o Ministério da Guerra enviou um telegrama ao Comandante da 4.^a Região Militar, agradecendo a colaboração do RC1, de Elvas, «na batida às regiões da Referta de Arronches e Ouguela nos limites de Campo Maior» e elogiando os militares que atuaram «com a maior galhardia e decisão, evidenciando um espírito de disciplina e um sentimento de dever que muito honra a unidade», acrescentou²⁷⁸.

4.3. OS DETIDOS E O MATERIAL APREENDIDO

A PVDE considerou que a «limpeza» foi realizada «numa zona considerada perigosa». Todavia, alertou para a hipótese da dita zona voltar a ser «ocupada por outros bandidos», uma vez que existia, segundo esta polícia, «complacência das autoridades locais e da própria Guarda Fiscal». «O próprio regedor de Degolados tinha numa das suas propriedades, um indocumentado», acrescentou o autor do relatório. Contudo, esta polícia classificou esta operação de «relativamente pequena em relação ao que consta existir ao longo da fronteira desde Marvão a Vila Real de Santo António», acrescentando que havia ocorrência de roubos ao longo de toda a raia portuguesa²⁷⁹.

Embora afirmassem existir roubos por todo o Concelho de Campo Maior, para a PVDE estes homens não eram simples ladrões, tratando-se, a seu ver, de uma organização «muito mais

²⁷⁷ «Massacre na fronteira», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 68, 2.^a Quinzena de dezembro de 1944.

²⁷⁸ Arquivo Histórico Militar, Fundos Orgânicos (confidenciais), Série 47, Caixa 44, Telegrama secreto do Gabinete do Ministro ao Comandante da 4.^a Região Militar, de 5 dezembro de 1944.

²⁷⁹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

perigosa». Depois das detenções efetuadas na região de Lisboa e de várias averiguações, esta polícia elaborou um esquema onde associava os refugiados de Campo Maior a outros núcleos de clandestinos no sul e Espanha e, possivelmente, no norte de Portugal, estando a colaborar com esta rede a USC e a Legação do México²⁸⁰.

Na perspetiva da PVDE, tratavam-se de «perigosos salteadores e comunistas», pertencentes a uma «organização terrorista com capitais, agentes de ligação e possivelmente armamento, [...] disposta a atuar em caso de revolução em Espanha»²⁸¹.

As autoridades associaram ainda este grupo de refugiados às «tropas de resistência» que combatiam na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Exércitos Aliados, e que atuavam «sob a direção de elementos comunistas vindos da Rússia». Segundo o autor do relatório, esta rede de que faziam parte o grupo de Campo Maior, tinha por objetivo «ativar a propaganda comunista e desenvolver ação terrorista na península», à semelhança do que dizia acontecer na «Bélgica, França, Itália e Balcãs»²⁸². Certamente referia-se aos *maquisards* da resistência francesa e aos *partisans* italianos e jugoslavos.

Do armamento apreendido pelas autoridades aos refugiados, constam no relatório policial:

- 2 pistolas de calibre 9;
- 1 revolver de calibre 9;
- 1 revolver de calibre 7,65;
- 1 revolver de 4 canos;
- 3 caçadeiras de 2 canos;
- 3 caçadeiras de 1 cano²⁸³.

²⁸⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁸¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁸² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁸³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

A PVDE apelou ainda a uma maior colaboração da parte da GF, da GNR e dos Serviços Florestais, para fazer face ao «período agitado [...] em que as ideias dissolventes procuram subverter tudo e todos». Para tal elaborou um projeto, cuja cópia foi anexada ao relatório das operações. Tratava-se de um conjunto de instruções que deviam ser seguidas pela GF, GNR e Serviços Florestais, com o fim de colaborar com a Secção Internacional da PVDE²⁸⁴.

Através da análise de vários papéis apreendidos, a PVDE concluiu que a GF era conhecedora das atividades dos refugiados assim como do seu local de residência. Foram apreendidas inúmeras guias de trânsito para géneros passadas por esta Guarda. Contudo, segundo PVDE, a GF nunca procurou alertar as demais autoridades a respeito da presença destes homens em Campo Maior, acrescentando, ainda, que nos seus Comandos não constava informação a respeito dos assaltos e roubos praticados do outro lado da fronteira²⁸⁵.

A cumplicidade entre guardas-fiscais e indivíduos com atividades irregulares – portugueses ou espanhóis – era recorrente em vários pontos da fronteira. Isto levou a que em muitas aldeias da raia os guardas-fiscais fossem vistos pela população com certa simpatia²⁸⁶.

Nem sempre a relação entre GF e contrabandistas se baseava em situações de confronto. Por norma, os agentes desta força policial eram naturais de «terras raianas próximas» àquelas em que trabalhavam, «na maioria dos casos do próprio concelho». «Muitos haviam [, inclusivamente,] praticado contrabando» ou «eram familiares de contrabandistas». Face a esta realidade, «os confrontos entre contrabandistas e autoridades» ocorriam «maioritariamente com a Guarda Civil [espanhola]», considerada uma força «muito mais repressiva»²⁸⁷.

Era frequente os guardas-fiscais permanecerem muitos anos na mesma povoação, o que propiciava que formassem laços de amizade com os habitantes da região, mesmo aqueles que se dedicavam a atividades ilegais, chegando a ocorrer convívios nas tabernas entre contrabandistas e agentes da GF²⁸⁸.

²⁸⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁸⁵ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁸⁶ Rovisco, Eduarda (2013), *Não Queirais ser Castelhana. Fronteira e contrabando na Raia da Beira Baixa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 249.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 250-251 e 257.

²⁸⁸ Idem, *ibidem*, pp. 251-253.

«A Guerra Civil de Espanha e a [Segunda] Guerra Mundial [marcaram, profundamente, a prática de] contrabando entre Portugal e Espanha»²⁸⁹, não só pela escassez de bens que estes conflitos provocaram, mas também porque os republicanos espanhóis derrotados viram-se impossibilitados de regressar às suas localidades de origem e confrontados com o desemprego. De facto, muitos destes homens viram na prática de contrabando um modo de subsistência, tendo alguns passado, posteriormente, a fazer assaltos.

A atitude passiva desta força policial também se verificava em Campo Maior. Entre os objetos apreendidos durante as batidas, encontrava-se uma fotografia de «um guarda-fiscal de garrafa na mão [,] confraternizando com vários indivíduos», que, segundo a PVDE, aparentavam ser espanhóis²⁹⁰.

A polícia política contactou o Administrador do Concelho de Campo Maior, alertando-o para a necessidade de saber o local onde a fotografia foi tirada. Este mostrou vontade de cooperar. Porém, segundo a PVDE, os seus oitenta e três anos, acompanhados de graves problemas de reumatismo e de uma «duríssima surdez», não lhe permitiam grande diligência. Em seguida, contactaram a PSP, força «que mostrou antes e depois da operação, [...] grande dedicação e interesse» e que forneceu à PVDE «esclarecimentos utilíssimos». Destacaram-se na colaboração o Subchefe Manuel Joaquim Vacas e o agente José Joaquim Salgado, que «em tempos lutou com dois bandidos, tendo atravessado com uma bala o braço de um deles». O agente da PVDE sugeriu, no relatório, que fosse fornecida ao agente uma pistola-metralhadora, assim como fosse aumentado o número de efetivos desta polícia²⁹¹.

Quanto aos refugiados detidos do lado espanhol durante operação, a Guarda Civil deu conhecimento às autoridades portuguesas de 17 homens, podendo um deles, pelos apelidos que apresenta, ser português.

Os nomes eram os seguintes:

- Benigno López Hernández, (el Talaverano), camponês, 22 anos, solteiro;

²⁸⁹ Cunha, Luís (2006), *Op. Cit.*, p. 180.

²⁹⁰ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁹¹ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

- Cipriano Camacho Cerezo, (el Tortilla);
- Clemente Gil Garrón, agricultor, 56 anos, casado, três filhos;
- Raimundo Duro Bueno, (el Duro), jornaleiro, 31 anos;
- Manuel Hidalgo Rodriguez, enfermeiro, 37 anos, solteiro;
- Juan Tomaz Sánchez, jornaleiro, 28 anos, solteiro;
- Agustín Corado Cabeza;
- José Garcia Pajares, camponês, 36 anos, casado, dois filhos;
- Joaquín Palmarim Pajuelo, jornaleiro, 17 anos, solteiro;
- Manuel Marcillo;
- Agustín Pulido Romero, camponês, 23 anos, solteiro;
- Juan Pulido Rubiales, jornaleiro, 30 anos, solteiro;
- Vicente Rodriguez Hernández, jornaleiro, 33 anos, casado;
- Joaquim Pereira Pires, jornaleiro, 27 anos, casado, um filho;
- Juan Rodriguez Iglesias (el Pitones), jornaleiro, 34 anos, viúvo;
- José Donoso Romero, jornaleiro, 37 anos, casado, um filho;
- Francisco Giménez García (el Pintor ou el Retratista), jornaleiro, 39 anos, solteiro. Foi registado pelas autoridades espanholas com o nome falso, José Herrera de Matos²⁹².

Das 6 detenções efetuadas pelas forças portuguesas no cerco às Minas da Tinoca constam os seguintes nomes, aos quais a PVDE acrescentou alguma informação:

- José Barahona Pacheco, agricultor, 33 anos, solteiro. Capitão do Exército republicano, foi distinguido por méritos de guerra. Recebeu auxílio da USC;

²⁹² Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944. Chaves Palacios, Julián (2017), «Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)», *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine. De 1808 au temps présent*, n.º 18. (Disponível em: [Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia \(1936-1950\) \(openedition.org\)](https://www.openedition.org/60900)).

- Juan de Souza Tobal, mineiro, 32 anos, solteiro. «Combatente vermelho» e amigo do político espanhol Juan Rovisco, que partiu para a URSS depois da guerra de Espanha;
- Telesforo Tarrío Borrega, jornalista, 33 anos, solteiro. Sargento do «Exército vermelho [espanhol]». Recebia subsídio da USC;
- José Fernández Vásquez, jornalista, 31 anos, casado. «Combatente vermelho». Escapou do campo de concentração do Montijo (Badajoz);
- José Maria García Matador. «Combatente vermelho»;
- Isidoro Joaquín Vélez, lavrador, 29 anos, casado, um filho. «Combatente vermelho». Recebia auxílio da USC²⁹³.

Os 23 detidos nesta operação foram todos classificados pela PVDE como «perigosos». Foram, ainda, detidos indivíduos que após recolha de informações nas localidades portuguesas onde trabalhavam, assim como em Espanha, verificou-se nada terem que ver com os «bandidos», pelo que foram postos em liberdade²⁹⁴.

Através dos testemunhos recolhidos em Degolados, por Luís Cunha, verificamos que os acontecimentos de novembro de 1944 permaneceram vivos na memória da população. Há quem alegue ter presenciado o «desfile dos prisioneiros, pelas ruas, mas outras pessoas, igualmente reivindicando testemunho presencial, afirmam [que os detidos foram logo entregues na raia às autoridades espanholas]»²⁹⁵.

O historiador Rui Rosado Vieira, à data com pouco mais de cinco anos, é um dos que afirma ter visto os prisioneiros espanhóis, «homens, mulheres e crianças atados uns aos outros», nas ruas de Campo Maior, antes de serem entregues aos franquistas²⁹⁶.

Na memória da população de Degolados ficou também a prisão de um barbeiro espanhol que trabalhava na aldeia. Durante a operação levou um tiro numa perna, quando tentava fugir. Posteriormente foi entregue às autoridades espanholas e enviado para Badajoz. Este homem

²⁹³ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944. Chaves Palacios, Julián (2017), *Op. Cit.*

²⁹⁴ Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944.

²⁹⁵ Cunha, Luís (2006), *Op. Cit.*, p. 308.

²⁹⁶ Pessoa, Carlos (2011), *Op. Cit.*

teve mais sorte, pois não foi executado, nem preso. Depois de ser tratado, regressou a Portugal, daí tendo partido para o México. Desde esse país continuou em contacto com o barbeiro que o empregara em Degolados, através de correspondência por carta²⁹⁷.

Contrariando o completo silêncio da imprensa portuguesa, a publicação da primeira quinzena de março de 1945 do jornal *Avante!* volta a noticiar a operação, com o título «os assassinos de Campo Maior». No artigo, o PCP alega ter informação de fonte segura vinda do país vizinho, que 12 refugiados foram logo fuzilados pelas autoridades espanholas²⁹⁸, o que não se verificou. Houve mortes, mas não em tão elevado número. Os únicos executados foram Raimundo Duro Bueno e a sua mãe, Dolores Bueno Resmella, que ia presa com ele. Segundo testemunhos recolhidos por Luís Cunha, em Espanha, a Guarda Civil tinha ordens para «não o trazer vivo». Perto do cruzamento de Codosera, os guardas tiraram-no do camião juntamente com a mãe e em seguida fuzilaram ambos²⁹⁹. Esta tese é confirmada pela investigação de Julián Chaves Palacios, que encontrou no Registo Civil de Albuquerque referência às mortes de Duro e Dolores a 16 de novembro de 1944, vítimas de baleamento na cabeça³⁰⁰.

Num relatório elaborado pelas autoridades espanholas datado de março de 1945, encontramos referência a mais uma das mulheres espanholas que se encontravam em Campo Maior, em novembro do ano anterior. Trata-se de Telesfora Román Morgado, mulher de José García Pajares. Telesfora, de 25 anos de idade e classificada pelas autoridades como mulher de conduta «duvidosa», foi colocada mais tarde em regime de liberdade condicional³⁰¹.

Os demais detidos permaneceram vários meses na Prisão de Badajoz, sendo, entre março e julho do ano seguinte, transferidos para a Prisão de Madrid e julgados pelo Tribunal Especial de Espionagem e Comunismo. Não se conhece o destino que tiveram estes homens. No entanto, um deles vai voltar a Portugal anos mais tarde. Encontramos referência a Juan de Souza Tobal, um dos capturados no cerco às Minas da Tinoca, «num processo de 1949, aberto depois de ser

²⁹⁷ Cunha, Luís (2006), *Op. Cit.*, p. 308-309.

²⁹⁸ «Os assassinos de Campo Maior», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 76, 1.ª Quinzena de março de 1945.

²⁹⁹ Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote, p. 311.

³⁰⁰ Chaves Palacios, Julián (2017), *Op. Cit.*, par. 51.

³⁰¹ Chaves Palacios, Julián (2017), *Op. Cit.*, par. 54.

detido pela PIDE [...] em 22 de fevereiro desse ano por estar indocumentado». Tobal «foi entregue às autoridades espanholas no posto de Elvas no dia 26 do mesmo mês»³⁰².

O PCP denunciou a colaboração entre as autoridades portuguesas e espanholas, assim como a entrega de «muitas famílias espanholas» aos «pelotões de execução de Franco». Segundo o artigo, os oficiais portugueses mandaram fazer fogueiras com as roupas apanhadas nas «cerca de 40 cabanas, onde se albergavam 300 refugiados», entre os quais «mulheres e crianças». A notícia faz ainda referência a roubos de objetos pessoais e dinheiro³⁰³.

São mencionados 4 militares portugueses que participaram na operação. O capitão Oliveira Soares, identificado como comandante da «força repressiva»; o alferes Laranjeira, a quem atribuíram uma ordem para bombardear as cabanas com artilharia e ainda de agredir as mulheres com a espada; o 1.º sargento Risco, a quem acusaram de ter-se apoderado de «7 sobretudos, sapatos e 18 galinhas»; e, o furriel Carreta, que ao deparar-se com a fuga de alguns refugiados, com o consentimento dos soldados portugueses, disparou a pistola-metralhadora, tendo baleado dois deles³⁰⁴.

O *Avante!* faz ainda menção ao desagrado do major Sousa Menezes do RC1, de Elvas, com a atuação de alguns militares, tendo mais tarde ordenado a devolução das roupas roubadas pelo 1.º sargento Risco, às mulheres espanholas entretanto enviadas para Badajoz³⁰⁵.

Das informações encontradas no órgão do PCP, destaca-se a complacência de parte dos militares portugueses para com os refugiados, permitindo-lhes a fuga, embora tenham acabado por ser capturados mais tarde. Todavia, não se verifica o número de execuções apresentado no artigo, da mesma forma que não parece verosímil o bombardeamento de artilharia durante a operação, não só por não ser referido no relatório policial, mas também por não terem estado presentes na operação forças desta Arma³⁰⁶.

³⁰² Chaves Palacios, Julián (2017), *Op. Cit.*, par. 50. Pessoa, Carlos (2011), *Op. Cit.*

³⁰³ «Os assassinos de Campo Maior», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 76, 1.ª Quinzena de março de 1945.

³⁰⁴ «Os assassinos de Campo Maior», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 76, 1.ª Quinzena de março de 1945.

³⁰⁵ «Os assassinos de Campo Maior», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 76, 1.ª Quinzena de março de 1945.

³⁰⁶ «Os assassinos de Campo Maior», *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, Série VI, n.º 76, 1.ª Quinzena de março de 1945.

5. CONCLUSÃO

A Guerra Civil de Espanha provocou, como todas as guerras, grandes fluxos migratórios. Após o deflagrar do conflito a 18 de julho de 1936, centenas de milhares de espanhóis cruzaram a fronteira, procurando assim fugir à violência. Ao todo, durante os quase três anos de guerra, entraram em Portugal seguramente mais de 2000 refugiados, podendo mesmo o número ter superado os 3000³⁰⁷.

Em território português registaram-se quatro grandes fluxos de refugiados, todos no ano de 1936. O primeiro fluxo ocorreu nos primeiros dias da guerra pela fronteira do norte, quando combatentes republicanos e civis abandonaram a Galiza, território dominado pelos sublevados desde o início da contenda. O segundo registou-se no princípio do mês de agosto, através da fronteira do Caia, durante o assédio à Cidade de Badajoz, pelas forças do tenente-coronel Juan Yagüe. O terceiro ocorreu no dia 12 do mesmo mês, quando se refugiaram em Barrancos habitantes de Encinasola, partidários do golpe militar. O quarto e último grande fluxo verificou-se a 21 de setembro, também no Concelho de Barrancos, depois da tomada de Oliva de la Frontera pelo Exército sublevado³⁰⁸.

O Governo português, apoiante da sublevação militar, procurou por todos os meios impedir a entrada em Portugal de refugiados partidários da República. Para o efeito contou com a ação coordenada das forças policiais, PVDE, GNR, PSP, GF e, quando necessário, do Exército português. Ao mesmo tempo, aperfeiçoou o sistema controlo fronteiriço, criando mais postos de vigilância e aumentando o número de efetivos policiais.

Ainda assim, apesar da hostilidade das autoridades portuguesas, muitos espanhóis conseguiram entrar em território nacional. Estes, quando identificados como partidários do Governo da Frente Popular, eram detidos e enviados para estabelecimentos prisionais, concentrados em campos no Alentejo e, em muitos casos, entregues na fronteira aos sublevados.

³⁰⁷ Oliveira, César (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, p. 159.

³⁰⁸ Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri, p. 198.

A presença de refugiados espanhóis em Portugal, continuou a ser uma relevante realidade, mesmo depois do fim da Guerra Civil de Espanha (1 de abril de 1939). Guerrilheiros do *maquis* espanhol, contrabandistas, ou simples indocumentados que fugiam à repressão dos nacionalistas, vencedores da Guerra Civil, foram muitos os espanhóis que procuraram refúgio em território português, tendo, similarmente, de ali permanecer na clandestinidade, face à hostilidade do Governo português. A presença de refugiados, verificou-se ao longo de toda a raia, com especial incidência nos limites fronteiriços confinantes com a Galiza e a Estremadura espanhola.

No ano de 1944, a conjuntura portuguesa era de visível contestação social face às difíceis condições económicas provocadas pelo conflito mundial, e de maior atividade dos setores oposicionistas ao Estado Novo, com especial destaque do PCP. Face a esta realidade, verificou-se um aumento significativo da repressão do regime e um reforço do aparelho militar e policial. Neste processo tiveram um papel preponderante os novos ministros do Interior e da Guerra, empossados a 6 de setembro, o tenente-coronel Júlio Botelho Moniz e o capitão Fernando Santos Costa, respetivamente.

Neste contexto, o Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar deu continuidade à sua política de combate à presença de refugiados espanhóis em território nacional, procurando, assim, evitar o contacto destes com a população portuguesa e por esta forma tentar impedir a putativa proliferação de ideias adversas à política vigente em Portugal. Em 1944, através de vários meses de diligências, a polícia política – PVDE – identificou um número significativo de refugiados que recebiam apoio da *Unitarian Service Commitee* (USC), quer em Lisboa, quer junto à fronteira portuguesa na Referta de Arronches, Ouguela e Degolados, no Concelho de Campo Maior.

Apesar de viverem em condições difíceis, aquelas pessoas não estavam totalmente isoladas. Através da USC, estavam inseridas numa rede clandestina bastante complexa, mantendo contacto com outros grupos de espanhóis que se encontravam noutras regiões de Portugal e em Espanha.

Como referido no decurso do trabalho, ao longo de toda a fronteira portuguesa havia presença de cidadãos espanhóis, com especial incidência na raia alentejana. Contudo, o grupo que se encontrava no Concelho de Campo Maior suscitou maior atenção por parte das autoridades policiais e do poder local em 1944.

Vivendo em situação de grande precariedade, estes espanhóis, muitos deles ex-combatentes republicanos, dividiam-se em dois grupos, liderados por Juan Rodríguez Iglesias (el Pitones) e Raimundo Duro Bueno (el Duro). Dedicavam-se, essencialmente, ao contrabando e supostamente à prática de assaltos, levados a cabo em Portugal e em Espanha. Alguns conseguiam, por vezes, trabalho em território português, porém, sempre efémero, o que, também, dificultava a integração na sociedade local. Embora possuíssem armas, não se pode depreender, só por isso, que estes refugiados levassem a cabo alguma atividade de guerrilha contra o regime espanhol, sedo as armas apenas utilizadas, à data, para a prática de assaltos.

Não é possível quantificar o número de espanhóis que se encontrava em Campo Maior, junto à fronteira. Dos cerca de 200 espanhóis que as autoridades espanholas – Guarda Civil – estimavam existirem na área compreendida entre Campo Maior e Elvas, 50 estavam localizados junto à fronteira, sendo 20 destes considerados os «mais perigosos».

As autoridades portuguesas levaram a cabo diversas ações para capturar os refugiados que se encontravam em Campo Maior. Contudo, nenhuma delas obteve os resultados pretendidos até novembro de 1944.

Do levantamento levado a cabo no decurso da presente dissertação, concluímos que o insucesso daquelas ações para capturar os refugiados espanhóis se deveu a vários fatores. Por um lado, às características do terreno, com áreas bastante arborizadas, nomeadamente na Referta de Arronches, o que dificultava uma vigilância rigorosa da fronteira e, por outro, à cumplicidade da parte de elementos das autoridades e de populares de Campo Maior. Desde figuras como João Pires Marchã São Pedro, António Abrantes e Francisco Candeias Azinhais, até diversos elementos da GF que permitiam a circulação dos refugiados pelo Concelho de Campo Maior, são exemplos reais do que se acaba de referir. A tolerância das autoridades portuguesas, em particular da GF, foi recorrente ao longo da fronteira portuguesa, muitas vezes propiciada pelas relações familiares ou de amizade dos guardas-fiscais com as populações de ambos os lados da raia.

Esta realidade permitiu que a área compreendida entre a Vila de Campo Maior e o Rio Abrilongo, ladeada a oeste pela Aldeia de Degolados e a este pela Aldeia de Ouguela, fosse conhecida pela «República de Andorra», uma vez que era recorrente a prática de contrabando e não havia um controlo efetivo do território por parte das autoridades, potenciando aos refugiados a capacidade de se movimentarem com relativa liberdade.

Face ao panorama da relativa tolerância que os refugiados iam usufruindo, suportado pelo auxílio português local, em tudo contrário aos desígnios políticos vigentes, no mês de novembro de 1944, a PVDE desenvolveu um plano de operações articulado entre forças policiais e militares, portuguesas e espanholas, com vista a «limpar» a área onde se encontravam os espanhóis.

A operação envolveu a PVDE, a GNR e militares do RC1, de Elvas, da parte portuguesa, e a Guarda Civil, da parte espanhola. Os vários contactos produzidos pelas autoridades de ambos os países, com vista à preparação da ação, partiram da iniciativa da PVDE e foram levados a cabo com o maior sigilo, para evitar fugas de informação e assim obter o maior sucesso.

No dia 13 de novembro as forças portuguesas começaram a dirigir-se para o terreno e as 6:30 horas do dia 14, já com as forças espanholas posicionadas do outro lado da fronteira, iniciaram a batida.

A operação durou até ao fim da tarde do dia 14. Dela resultaram, detidos pela Guarda Civil 17 espanhóis que cruzaram a fronteira, fugindo à perseguição das autoridades portuguesas. Estas, por sua vez, detiveram 6 homens nas Minas da Tinoca. Ao todo, segundo o relatório da PVDE, de 20 de novembro de 1944, foram detidos 23 homens, acrescentando ao número algumas mulheres espanholas que viviam com os refugiados, embora destas só se conheça a identidade de Dolores Bueno Resmella, mãe de Duro, executada junto ao filho, e de Telesfora Román Morgado, mulher de José García Pajares.

Não há registo de mortos nem de feridos por parte das autoridades portuguesas ou espanholas, o que nos permite concluir que, embora armados, os refugiados se limitaram a fugir, não oferecendo resistência violenta.

Todos os detidos foram entregues às autoridades espanholas. Após vários meses de cárcere na Prisão de Badajoz, os presos foram transferidos em 1945 para Madrid e julgados pelo Tribunal Especial de Espionagem e Comunismo. Duro Bueno e a sua mãe foram executados, sem julgamento, em novembro de 1944, após a detenção.

Ao contrário do habitual, não há registo das detenções nas Ordens de Serviço da PIDE, assim como não há referência à operação nas Ordens de Serviço do Batalhão n.º 3 da GNR (Évora), do qual faz parte a Companhia de Portalegre, onde se integra a Secção de Elvas, presente na ação.

Concluimos, também, que a operação não era consensual entre as autoridades portuguesas. Se, por um lado, houve militares portugueses que levaram a cabo a missão concordando com ela, houve, também, militares que, segundo informou o PCP, permitiram, a dada altura, a fuga de espanhóis, embora estes tenham acabado, mais tarde, por ser capturados. A título de exemplo da postura tomada por parte de militares portugueses, tome-se o do major Sousa Menezes do RC1, de Elvas, que, não tendo participado na operação, ao tomar conhecimento de que militares portugueses se apoderaram dos bens dos refugiados, ordenou que os mesmos lhes fossem restituídos, em Espanha.

Como vimos, houve vários episódios em que militares portugueses procuraram, ao contrário das instruções recebidas, auxiliar os refugiados. Recorde-se, como exemplo, o caso do tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas. Por ter permitido a permanência no campo das Russianas, em 1936, de um número de refugiados superior aquele que o Governo português tinha conhecimento, este oficial foi castigado com dois meses de inatividade e passagem à reforma. Mais tarde, Augusto Seixas recorreu da sentença e conseguiu ser indemnizado e reincorporado na Guarda Fiscal, em 1938.

Contudo, a realidade de Barrancos, em 1936, é muito diferente do episódio de Campo Maior, pois os refugiados internados nos campos de Barrancos estavam sob a tutela das autoridades portuguesas, enquanto os espanhóis capturados em novembro de 1944, estavam clandestinos, e a operação policial-militar visava, precisamente, acabar com a sua presença no local.

A ausência de referências na imprensa portuguesa, quer de âmbito nacional, como regional, à operação de novembro de 1944 evidencia que ao poder político não convinha a divulgação do acontecimento. Apesar de sujeitos à censura prévia e de se referirem sempre aos refugiados de forma depreciativa, atribuindo-lhes inúmeros crimes, nomeadamente roubos e assassinatos, os jornais portugueses noticiavam os acontecimentos relacionados com os clandestinos espanhóis, durante e depois da Guerra Civil de Espanha.

Porém, note-se que a operação de Campo Maior ocorreu no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Os últimos anos do conflito foram marcados pelo aumento da incerteza das autoridades do Estado Novo quanto ao futuro do regime, sendo que «a partir do verão de 1944 houve uma grande pressão sobre o Governo de Salazar por parte dos Aliados, traduzida nas recomendações dos diplomatas portugueses nas embaixadas estrangeiras no sentido de “não se

levantarem ondas”»³⁰⁹. Neste sentido, se por um lado nos anos da Segunda Guerra Mundial se verificou o aumento da repressão por parte do Estado português, por outro, o Governo de Salazar viu-se obrigado a ser mais cauteloso, para não ter problemas com os Aliados ocidentais. Daí que possamos depreender que terá sido esse o motivo que levou as autoridades portuguesas a manter os acontecimentos de Campo Maior no máximo sigilo. Já a operação de Cambedo da Raia, em 1946, apesar dos seus contornos de violência e das mortes que dela resultaram, não deixou por isso de ser noticiada pelos jornais: *O Comércio do Porto*, *Diário do Minho*, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*³¹⁰. Concluimos que esta diferença de comportamento se prende com o facto da operação de Cambedo ter ocorrido no pós-guerra, quando Salazar já havia assegurado a continuidade do Estado Novo, verificando-se, por isso, menor censura das notícias relacionadas com a captura de refugiados.

Após a operação de novembro de 1944, não foram levadas a cabo represálias sobre a população do Concelho de Campo Maior, como viria a acontecer dois anos mais tarde em Cambedo da Raia, onde foram detidas um número considerável de pessoas. Como refere a antropóloga Paula Godinho, a fronteira luso-galaica é marcada por uma forte miscibilidade, havendo entre as populações dos dois lados da raia, antigas e recorrentes relações sociais, muitas vezes marcadas pelo parentesco, realidade menos visível na fronteira do sul³¹¹. Este fenómeno talvez tenha propiciado uma maior cumplicidade da população transmontana com os refugiados galegos, do que a da população alentejana para com os seus vizinhos da Estremadura.

Outro exemplo que evidencia auxílio aos refugiados por parte da população portuguesa da raia luso-galaica, é a realidade de Castro Laboreiro (Distrito de Viana do Castelo), no Minho. Há registo da presença de refugiados em Castro Laboreiro desde o início da Guerra Civil de Espanha. Foram efetuadas batidas por parte das autoridades portuguesas ao longo de todo o conflito e mesmo no pós-guerra; contudo em muitos casos os clandestinos conseguiam escapar às autoridades portuguesas. Estas apontaram como um dos motivos do insucesso das diligências efetuadas a ajuda portuguesa prestada aos refugiados, que «sustentando-se à custa do que a

³⁰⁹ Pessoa, Carlos, «Campo Maior, 1944 – A operação secreta que abalou o Alentejo», *Jornal Público*, de 3 de abril de 2011. (Disponível em: [Campo Maior, 1944 - A operação secreta que abalou o Alentejo | PÚBLICO \(publico.pt\)](http://www.publico.pt)).

³¹⁰ Cf. Godinho, Paula (2004), «“Maquisards” ou «atracadores»? A propósito da revisão da História no caso de Cambedo da Raia, 1946» in Daviña, Luis Martínez-Risco (coord.), *O Cambedo da Raia 1946 – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da República, pp. 214-217.

³¹¹ Godinho, Paula (2004), *op. cit.*, p. 184.

população local lhes dava», conseguiam subsistir e diminuir as dificuldades que o isolamento lhes impunha³¹².

Em Campo Maior, a PVDE apenas fez menção à colaboração de elementos da GF com os clandestinos, tendo encontrado entre os materiais apreendidos nas cabanas, uma fotografia de um guarda-fiscal a confraternizar com indivíduos que se suspeitava serem de nacionalidade espanhola. Embora a polícia política tenha iniciado diligências para descobrir a identidade das pessoas na fotografia, bem com o local em que esta foi tirada, desconhece-se o desfecho da investigação.

Ainda que a operação de «limpeza» tivesse tido sucesso, segundo o objetivo traçado, isso não significa que tenha acabado a presença de espanhóis na região. Este núcleo de refugiados correspondeu apenas a uma pequena parte dos espanhóis que se encontravam em situação irregular em território português, não só no Distrito de Portalegre, como em toda a raia portuguesa e nada impedia, como assinalou a PVDE, que a área voltasse, mais tarde, a ser ocupada por outros refugiados.

O presente trabalho oferece uma visão global do drama dos refugiados espanhóis em Portugal, ao longo de um amplo período temporal e uma descrição pormenorizada da operação de Campo Maior, suportado pela compilação daquilo que já havia sido escrito sobre o tema e avançando com novas informações encontradas em fontes de arquivo ainda não utilizadas.

Porém, não foi possível aceder a fontes de arquivos espanhóis, o que permitirá, caso elas existam, acrescentar informação relativa à visão espanhola dos acontecimentos. O mesmo se poderá dizer sobre potenciais fontes presentes em arquivos e coleções particulares (eventualmente existentes e/ou não tratados, veja-se o caso do Arquivo Histórico Municipal de Campo Maior, onde só tivemos acesso às atas da Câmara Municipal e ao livro de registo de correspondência, sem que os documentos tivessem sido disponibilizados ou mesmo existisse a certeza da sua existência).

Ultrapassadas que estejam – se possível – as limitações impostas e por nós mencionadas no parágrafo anterior, estamos convictos que o levantamento das eventuais fontes poderá permitir continuar a pesquisa em futuros trabalhos de investigação sobre esta problemática, a qual se

³¹² Faria, Fábio Alexandre, Vaz, Maria João (2020), «Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro (1936-1939)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 20, pp. 231-232 e 238. (Disponível em: [Visualização de Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro \(1936-1939\) \(uc.pt\)](#)).

vem mostrando ser de elevado interesse para a historiografia sobre a relação política entre Portugal e Espanha, sobre as ações policiais-militares levadas a cabo pelos dois Estados, bem como sobre as relações socio-humanas estabelecidas entre as comunidades da raia e a sua postura face ao fenómeno dos refugiados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

1. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Maior:

Livro de registo de correspondência recebida, n.º 3, (1941-1946); Serviços Administrativos; Pasta 47.

2. Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana:

Batalhão n.º 3 da GNR, Ordens do Batalhão, 1944.

3. Arquivo Histórico Militar:

Fundos Orgânicos (confidenciais), Série 47, Caixa 44, Telegrama secreto do Gabinete do Ministro ao Comandante da 4.ª Região Militar, de 14 de novembro de 1944.

Fundos Orgânicos (confidenciais), Série 47, Caixa 44, Telegrama secreto do Gabinete do Ministro ao Comandante da 4.ª Região Militar, de 5 dezembro de 1944.

4. Instituto Arquivos Nacionais / Torre do Tombo:

Arquivo Oliveira Salazar:

Informações da PVDE sobre clandestinos espanhóis. Realização de diligência na Referta de Arronches e de Ouguela, de 20 de novembro de 1944, IN-8C, Cx. 332, Capilha 22.

Arquivo do Ministério do Interior:

Gabinete do Ministro, Cópia do relatório extraordinário da PVDE - Posto de Ficalho, dirigido à Secretaria Geral da PVDE (Lisboa), de 9 de agosto de 1937, MÇ 489, Liv. 1 - DS/RE n.º 9, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Cópia do ofício do Comandante da PSP de Beja, dirigido ao Governador Civil de Beja, de 21 de setembro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Ofício do Diretor Geral da PVDE, dirigido Ministério do Interior, de 1 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Ofício do Ministério do Interior, dirigido ao Diretor Geral da PVDE, de 2 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Cópia do telegrama do Comandante da 2ª Companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigido ao Comando Geral da GNR, de 21 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Cópia da nota confidencial do Comando do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigida ao Comando Geral da GNR, de 21 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Cópia do telegrama do Comandante da 2.ª Companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigido ao Comando Geral da GNR, de 22 de outubro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Gabinete do Ministro, Cópia da nota confidencial do Comandante do Batalhão n.º 3 da GNR, dirigida ao Comando Geral da GNR, de 1 de novembro de 1937, MÇ 489, Liv. 1 – DS/RE n.º 12, NT 363-1.

Arquivo PIDE/DGS:

Ordens de Serviço, 1944.

5. Periódicos:

Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Diário de Notícias. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Diário de Lisboa. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Diário da Manhã. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Jornal de Elvas. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Correio Elvense. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

A Voz de Portalegre. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

O Distrito de Portalegre. (De novembro de 1944 a dezembro de 1945).

Bibliografia:

Abreu, Filomena (2007), «A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Universidade de contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da U.N.L.

Alves, Jorge Fernandes (1981), *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre.

Candeias, Maria Fernanda (2020), «O outro lado da fronteira – memória de espaços, imagens e diálogos a propósito da guerra civil espanhola.» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).

Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a guerra civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças, Dissertação de Mestrado*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Casanova, Julián (2009), «República y guerra civil», in Fontana, Josep, Villares, Ramón (dir.), *Historia de España*, Vol. 8, Barcelona, Crítica / Marcial Pons.
- Chaves Palacios, Julián (2017), «Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)», *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine. De 1808 au temps présent*, n.º 18. (Disponível em: [Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia \(1936-1950\)](#) (openedition.org)).
- Cunha, Luís (2020), «A guerra também foi nossa: memória raianas da guerra civil espanhola» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).
- Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote.
- Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, s.l., Europa América.
- Dionísio, Sant'Anna (coord.) (1991) [1.ª edição - 1927], *Guia de Portugal. Vol. II. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Espinosa Maestre, Francisco (2020), «La investigación de la represión franquista 40 años después (1979-2020)» in Cebellán, Vicent Gabarda (dir.), *Violencia, conceptualización, memoria, represión, estudios, monumentalización, exhumaciones. Valencia, 1936-2020*, Valencia, Diputación de Valencia. Delegación de Memoria Histórica.
- Espinosa Maestre, Francisco (2007), «Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do Niassa» in Simões, Dulce, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e Testemunhos, 1936*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Barrancos.
- Faria, Fábio Alexandre, Vaz, Maria João (2020), «Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro (1936-1939)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 20, pp. 221-242. (Disponível em: [Visualização de Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro \(1936-1939\)](#) (uc.pt)).
- Faria, Fábio Alexandre (2020), «Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).
- Faria, Fábio Alexandre (2017), «Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)», *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, pp. 61-84. (Disponível em: [Visualização de Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha \(1936-1939\)](#) (uc.pt)).
- Farinha, Luís (1998), *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Ferreira, F. E. Rodrigues (1996), «Os Barranquinhos e a memória da Guerra Civil. “Os fugitivos eram entregues aos soldados de Franco, que os matavam...”», *História*, n.º 20, (Reeditado em 2002, como, *Guerra Civil de Espanha na Memória de Barrancos*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência).
- Freire, João (2016), «El frente de combate de los nacionalistas españoles en 1937 visto por observadores del Estado Mayor portugués», *Espacio, Tiempo y Forma*, n.º 28, Serie V-História Contemporânea, pp. 237-256. (Disponível em: [Vista de El frente de combate de los nacionalistas españoles en 1937 visto por observadores del Estado Mayor portugués](#) (uned.es)).
- Garrido, Álvaro (2015), «População e sociedade» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva.

- Godinho, Paula (2011), *Oír o galo cantar duas veces. Identificacións locais, culturas de marxes e construción de nacións na froneira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprensa da Deputación.
- Godinho, Paula (2004), «“Maquisards” ou «atracadores»? A propósito da revisão da História no caso de Cambedo da Raia, 1946» in Daviña, Luis Martínez-Risco (coord.), *O Cambedo da Raia 1946 – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da República.
- Godinho, Paula (1996), «O maquis na Guerra Civil de Espanha: O caso do cerco a Cambedo da Raia», *História*, n.º 27.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *Franco y Salazar. La respuesta dictatorial a los desafíos de un mundo en cambio. 1936-1968*, Madrid, Sílex Ediciones.
- Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2020), «Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1939): O caso de Elvas.» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia., O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).
- Lopes, Moisés Alexandre Antunes (2017), *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Loff, Manuel (2006), «A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa», *Ler História*, n.º 51, pp. 77-131. (Disponível em: [A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa \(openedition.org\)](http://www.openedition.org)).
- Maltez, José Adelino (2005), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI, Volume II. (1910-2005)*, Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Martins, Fernando (2020), *Pedro Theotónio Pereira – O outro delfim de Salazar*, Alfragide, Dom Quixote.
- Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar: Uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote.
- Neves, Mário (1985), *A chacina de Badajoz. Relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da guerra civil de Espanha (Agosto de 1936)*, Lisboa, O Jornal.
- Oliveira, César (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.
- Oliveira Marques, António de (1986), *História de Portugal*, Volume III, Lisboa, Pelas Editores.
- Oliveira, Pedro Aires (2015), «Portugal no mundo» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva.
- Payne, Stanley G. (2014), *La guerra civil española*, Madrid, Rialp.
- Pena Rodríguez, Alberto (2011), «La “guerra del éter”», *Diacronie: Studi di Storia Contemporanea* [Online], n.º 7,3, documento 9. (Disponível em: [La “guerra del éter” \(openedition.org\)](http://www.openedition.org)).
- Pereira, Carolina Henriques (2017), *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri.
- Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Volume II: «Duarte», *O Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates.
- Pereira, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Volume I: «Daniel», *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates.
- Pessoa, Carlos, «Campo Maior, 1944 – A operação secreta que abalou o Alentejo», jornal *Público*, de 3 de abril de 2011. (Disponível em: [Campo Maior, 1944 - A operação secreta que abalou o Alentejo | PÚBLICO \(publico.pt\)](http://publico.pt)).
- Pessoa, Carlos, «Cambedo da Raia. Uma aldeia transmontana “maldita”», jornal *Público*, de 20 de julho de 2008.

- Pimentel, Irene Flunser (2007), *A história da PIDE*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Pinto, António Costa (2015), *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições 70.
- Pires, João Urbano (1997), *A memória da guerra civil de Espanha no Baixo Alentejo raiano*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.
- Preston, Paul (1994), *Franco «Caudillo de España»*, Barcelona, Grijalbo.
- Reis, Bruno C. (2015), «A vida política» in Pinto, António Costa, Monteiro, Nuno Gonçalo (direção), *História Contemporânea de Portugal Vol. 4, Olhando Para Dentro 1930-1960*, Lisboa, Objectiva.
- Ribeiro, Orlando (2021) [1.ª edição - 1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*, Lisboa, Letra Livre.
- Riquer, Borja de (2010), «La dictadura de Franco» in Fontana, Josep, Villares, Ramón (dir.), *Historia de España*, Vol. 9, Barcelona, Crítica / Marcial Pons.
- Rosas, Fernando (2018), *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando (2008a), «O Estado Novo (1926-1974)» in Mattoso, José (direção), *História de Portugal*, Volume XIII, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2008b), «O Estado Novo (1926-1974)» in Mattoso, José (direção), *História de Portugal*, Volume XIV, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Rovisco, Eduarda (2013), *Não Queirais ser Castelhana. Fronteira e contrabando na Raia da Beira Baixa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sanz-Hernando, Clara (2020), «Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz y la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa», *Ler História*, n.º 77. (Disponível em: [Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz y la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa \(openedition.org\)](https://www.openedition.org)).
- Serrão, Joaquim Veríssimo, s.d., *História de Portugal*, Volume XV [«Da II Guerra à morte do marechal Carmona (1941-1951)»], s.l., Verbo.
- Simões, Dulce (2020), «A construção da memória pública dos refugiados da guerra civil espanhola» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia.*, *O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).
- Simões, Dulce (2013), *Frontera y guerra civil española: dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones. (Reeditado como [2016], *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.)
- Simões, Dulce (2007), *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e Testemunhos, 1936*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Barrancos.
- Tapada Pérez, Manuel (2001), «Barrancos, Encinasola (unidos por una guerra)» in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.
- Teixeira, Nuno Severiano (coord.), Domingos, Francisco Contente, Monteiro, João Gouveia (2017), *História Militar de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Telo, António J. (2007), «As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da U.N.L.
- Thassio, Augusto (2001), «Miguel Hernández, prisionero en Portugal y Rosal de la Frontera» in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

- Torre Gómez, Hipólito de la, Jiménez Redondo, Juan Carlos (2019), *História de una diferencia, Portugal y España. Ayer y hoy (1807-2019)*, Madrid, Sílex Ediciones.
- Torre Gómez, Hipólito de la (2007), «La Conspiración Iberista de Manuel Azaña» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.
- Torre Gómez, Hipólito de la (1997), *El Portugal de Salazar*, Madrid, Arco Libros, S.L.
- Valdeón, Julio, Pérez, Joseph, Juliá, Santos (2014), *História de Espanha*, Lisboa, Edições 70.
- Velázquez Hernández, Aurélio (2017), «Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español através de Portugal (1936-1950)», *Hispania*, n.º 257, pp. 857-883. (Disponível em: [Vista de Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal \(1936-1950\) \(csic.es\)](http://www.csic.es)).
- Vieira, Rui Rosado (2020), «Refugiados da Guerra civil de Espanha em Campo Maior» in Rosado, Moisés Cayetano (dir.), *Estragos da Guerra. Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e pós-guerra imediato. Solidariedade e vida na Raia, O Pelourinho*, n.º 24 (2.ª época).
- Vieira, Rui Rosado (1987), *Degolados (Elementos para a sua História)*, Degolados, Edição da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Degolados.
- Vicente, António Pedro (2007), «O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa» in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da U.N.L.

ANEXO

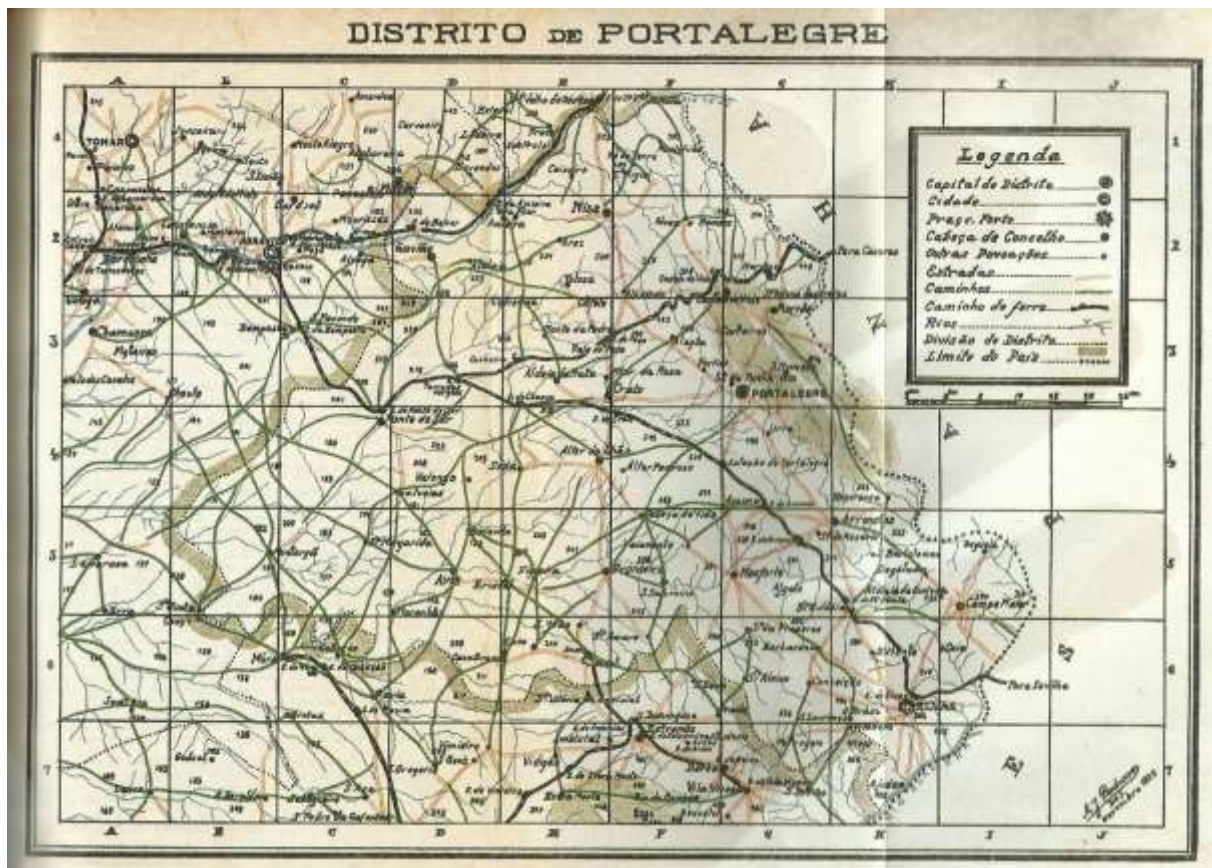


Figura 4.1 – Mapa do Distrito de Portalegre

(Fonte: Dionísio, Sant'Anna (coord.) (1991) [1.^a edição - 1927], *Guia de Portugal. Vol. II. Estremadura, Alentejo, Algarve, Coimbra*, Fundação Calouste Gulbenkian)